

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE ARQUITETURA E DESIGN
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

MATHEUS JOSÉ MEZZOMO

**DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E ARRANJOS DE GOVERNANÇA LOCAL DE
MEDIANEIRA, NO PARANÁ**

CURITIBA

2017

MATHEUS JOSÉ MEZZOMO

**DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E ARRANJOS DE GOVERNANÇA LOCAL DE
MEDIANEIRA, NO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU da Escola de Arquitetura e Design da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Mario Procopiuck

Linha de pesquisa: Políticas Públicas

CURITIBA

2017

Dados catalográficos

MATHEUS JOSÉ MEZZOMO

**DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E ARRANJOS DE GOVERNANÇA LOCAL DE
MEDIANEIRA, NO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU da Escola de Arquitetura e Design da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dr.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dr.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Mario Procopiuck, por sua orientação e, principalmente, pela paciência e apoio durante a realização deste trabalho.

À minha querida esposa Giuliana Rupp Mezzomo, incentivadora e fortaleza nos momentos difíceis.

A minha filha Laura Rupp Mezzomo, razão de todo o meu esforço.

Aos meus pais Leonardo Mezzomo e Aidê Pereira Mezzomo, que sempre vibraram e se orgulharam com minhas vitórias e conquistas.

Aos companheiros de mestrado que seguiram esta caminhada sem esmorecimento.

A todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para realização deste trabalho.

Índice de figuras

Figura 1 - Etapas do processo para um desenvolvimento endógeno	36
Figura 2 - Localização geográfica de Medianeira	47
Figura 3 - Mapa original da cidade de Medianeira	53
Figura 4 - Projeto loteamento original e chácaras urbanas circunvizinhas	55
Figura 5 - Divulgação da venda de lotes na cidade de Medianeira (1953).....	56
Figura 6 - Prefeitos de Medianeira (1960 - 2020)	59
Figura 7 - Forças políticas que ocuparam os cargos de prefeito e vice-prefeito em Medianeira (1960-2017)	60
Figura 8 - Forças políticas no Poder Legislativo de Medianeira (1960-2017)	60
Figura 9 - Linha históricados mandados de vereadores de Medianeira (1960 - 2020).....	61
Figura 10 - Estrutura do sistema Sicredi	67
Figura 11 - Pontos de atendimento do Sicredi.....	68
Figura 12 - Sistema Cooperativo Frimesa.....	69
Figura 13 - Linha histórica da criação de loteamentos em Medianeira (1973-2016)	94
Figura 14 - Comparativo entre a área urbana inicial e Medianeira e a atual	96
Figura 15 - Mapa da localização de invasões	99
Figura 16 - Invasão da Pedreira.....	99
Figura 17 - Invasão do Bairro Florença.....	99
Figura 18 - Invasão do Bairro Ipezinho.....	99

Índice de quadros

Quadro 1 - Objetivo geral e objetivos específicos	15
Quadro 2 - Fatores da existência do desenvolvimento endógeno	35
Quadro 3 - Fases, objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa	45
Quadro 4 - Atores públicos e privados entrevistados	46
Quadro 5 - Narrativa sobre a fundação da cidade de Medianeira.....	51
Quadro 6 - Narrativa dos momentos iniciais do desenvolvimento de Medianeira	57
Quadro 7 - História da Lar Cooperativa Agroindustrial	64
Quadro 8 - Síntese das entrevistas realizadas com atores locais	118
Quadro 9 - Loteamentos com as respectivas datas de aprovação	121

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Número de funcionários e associados da Cooperativa Lar (2007 - 2016).....	65
Gráfico 2 - Número de alunos da UTFPR por localidade (2017)	72
Gráfico 3 - Variação do PIB-M de Medianeira com base em 1999.....	77
Gráfico 4 - PIB Municipal dos impostos e valores adicionados (1999 - 2014).....	78
Gráfico 5 - PIB Municipal dos impostos e valores adicionados de Matelândia (1999 - 2014)	79
Gráfico 6 - PIB Municipal dos impostos e valores adicionados de São Miguel do Iguazu (1999 - 2014)	80
Gráfico 7 - PIB Municipal dos impostos e valores adicionados de Marechal Cândido Rondon (1999 - 2014)	80

Gráfico 8 - Proporções do PIB Municipal dos impostos e valores adicionados de Toledo (1999 - 2014)	81
Gráfico 9 – Área total adquirida dos municípios atingidos pela Itaipu Binacional	83
Gráfico 10 - Área alagada com a Itaipu nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu	85
Gráfico 11 - Ranking dos 50 maiores IDHM paranaenses	88
Gráfico 12 - Evolução do IDHM de Medianeira (1991 - 2010)	89
Gráfico 13 - Pirâmides etárias de Medianeira (1991-2010).....	90
Gráfico 14 - Escolaridade da população de Medianeira (1991-2010)	91
Gráfico 15 - Relação entre tempo e área, em m ² , dos loteamentos criados em Medianeira (1970-2016)	93
Gráfico 16 - Percentual de domicílios com água encanada, energia elétrica e coleta de lixo (1991 – 2010)	97
Gráfico 17 - Indicadores de Trabalho e Renda do Município de Medianeira.....	97

Índice de tabelas

Tabela 1 - Empregos formais em Medianeira (2015)	66
Tabela 2 – Empregos formais em Matelândia (2015).....	66
Tabela 3 - PIB Municipal, impostos, e valores adicionados da agropecuária, indústria e serviços (1999 - 2014), em milhões de Reais.....	77
Tabela 4 - Municípios atingidos e propriedades rurais cadastradas pela Itaipu Binacional.....	83
Tabela 5 - Área alagada com a Itaipu Binacional nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.....	84
Tabela 6 - Royalties recebidos por Medianeira.....	86
Tabela 7 - Balanço orçamentário, orçamento fiscal e a seguridade social, exercício 2016.....	87

RESUMO

O processo de urbanização vivenciado pelo Brasil nas últimas décadas é marcado pelo crescimento desigual, acelerado e pela fragmentação político-administrativa e territorial. Isso tudo tem lançado desafios para que gestores urbanos deem conta das competências atribuídas ao município, potencializando as suas capacidades de gestão e governança local, com vistas a potencializar políticas públicas para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Nesse sentido, os esforços de teóricos e praticantes têm sido constantes para identificar casos em que é possível dar respostas às novas demandas que emergem desse cenário, principalmente quando se buscam explicitar e compreender em tentativas históricas de ajustar a atuação do Estado mais ajustadas às necessidades de desenvolvimento endógeno em sistemas de governança local. Nesse contexto, o objetivo da presente investigação é avaliar os fatores sociais, políticos e econômicos que contribuíram para o desenvolvimento endógeno a partir da relação entre atores públicos, privados e do terceiro setor ao longo da história de Medianeira (PR). Em termos metodológicos, o estudo de caso foi utilizado com estratégia de abordagem do objeto empírico, com utilização de bases documentais e de relatos orais obtidos a partir de entrevistas em profundidade para formação de um corpus de análise para ser explorado com base em análise de conteúdo e análise de discurso. Como resultado, a investigação permitiu concluir que (I) o desenvolvimento a configuração territorial de Medianeira teve início em bases planejadas e com a particularidade de tal planejamento ter sido realizado por empreendedores privados; (II) em termos de vocação, a concepção, existe diferença de Medianeira em relação a municípios, como, por exemplo, São Miguel do Iguazu e Matelândia por o município ter nascido de uma estratégia pautada em uma visão que a concebeu como agrícola e com viés industrial; (III) e que o empreendedorismo dos fundadores associado com o espírito cooperativista criaram uma forte base sociopolítica que transformou a cidade em sede de importantes cooperativas, com fortes influências na economia e na dinamização do mercado local, sendo o principal fator de desenvolvimento endógeno do município.

Palavras-chave: Desenvolvimento endógeno, planejamento, políticas públicas.

ABSTRACT

The process of urbanization experienced by Brazil over the last decades is marked by uneven, accelerated growth and political-administrative and territorial fragmentation. All this has launched challenges for urban managers to be able to fulfill the competencies attributed to the municipality, enhancing their management capacities and local governance, with the aim of strengthening public policies to improve the quality of citizens' life. In this sense, the efforts of theorists and practitioners have been constant in identifying cases in which it is possible to respond to the new demands that emerge from this scenario, especially when seeking to make explicit and understand historical attempts to adjust State performance more adjusted to the endogenous development needs in local governance systems. In this context, the objective of the present research is to evaluate the social, political and economic factors that contributed to the endogenous development from the relationship between public, private and third sector agents throughout the history of Medianeira (PR). In methodological terms, the case study was used with a strategy to approach the empirical object, using documentary bases and oral reports obtained from in-depth interviews to form a corpus of analysis to be explored on the basis of content analysis and discourse analysis. As a result, the investigation allowed to conclude that (I) the development of the Medianeira territorial configuration began on a planned basis and with the particularity of such planning being carried out by private entrepreneurs; (II) in terms of vocation, the conception, there is a difference between Medianeira and other municipalities, such as, for example, São Miguel do Iguaçu and Matelândia because the municipality was born of a strategy based on a vision that conceived it as agricultural and industrial bias; (III), and that the entrepreneurship of the founders associated with the cooperative spirit created a strong sociopolitical base that transformed the city into important cooperatives site with strong influences on the local economy and the dynamism of the local market, being the main factor of endogenous development of the municipality.

Keywords: Endogenous development, planning, public policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I –FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	17
1 POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA	17
2 GESTÃO URBANA	22
2.1 Plano diretor e estatuto da cidade.....	23
2.2 Planejamento urbano	25
3 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....	28
3.1 Desenvolvimento local	31
3.2 Desenvolvimento endógeno	33
3.3 Cooperativismo e potenciais de desenvolvimento endógeno	37
3.3.1 Cooperativismo no Brasil	38
3.3.2 Cooperativismo no Paraná.....	39
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA PESQUISA.....	43
CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	47
1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDEDORISMOS DOS FUNDADORES	48
1.1 Colonização do Oeste Paranaense.....	48
1.2 Origens e fundação de Medianeira	50
1.3 O plano urbano de Medianeira e sua venda	52
1.4 Contextos e características marcantes do desenvolvimento inicial de Medianeira	57
2 COOPERATIVISMO	62
2.1 Origem e desenvolvimento	62
2.1.1 Sicredi.....	67
2.1.2 Frimesa Cooperativa Central	69
3 ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR.....	70
3.1 Universidade Tecnológica Federal do Paraná	70
3.2 Faculdade Educacional de Medianeira (UDC).....	73
4 ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	74
5 ATUAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO.....	76

5.1 Desenvolvimento Econômico.....	76
5.1.1 Evolução dos setores de atividades econômicas e dos níveis de tributação municipal...	77
5.1.1.1 Comparativos entre os Produtos Internos dos municípios vizinhos e com características semelhantes.....	79
5.1.2 Influência dos Royalties para o desenvolvimento endógeno.....	82
5.2 Desenvolvimento Social	87
5.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	88
5.2.2 Evolução demográfica municipal	89
5.2.3 Evolução de indicadores de educação	91
5.2.4 Evolução da renda e das condições de trabalho no município	91
6 URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA	92
6.1 Outro lado da moeda.....	98
CONCLUSÕES.....	100
REFERÊNCIAS	107
ANEXO I – QUADRO-SÍNTESE DAS ENTREVISTAS	116
ANEXO II – LOTEAMENTOS COM AS RESPECTIVAS DATAS DE APROVAÇÃO	119
ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	122

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização vivenciado pelo Brasil nas últimas décadas é marcado pelo crescimento desigual, acelerado e pela fragmentação político-administrativa e territorial. Aliado a tudo isso, há o desacordo entre as competências atribuídas ao município e sua capacidade de gestão e arrecadação, o que o leva a ter baixo impacto da gestão urbana e das políticas destinadas à sua população. Não obstante essas restrições, os esforços de teóricos e praticantes têm sido constantes para identificar casos em que é possível dar respostas às novas demandas que emergem desse cenário, principalmente quando se buscam explicitar e compreender em tentativas históricas de ajustar a máquina do Estado para que tenha uma melhor performance na gestão local.

Nesse contexto, as políticas públicas vêm tendo uma posição cada vez mais importante na administração pública em alguns contextos, principalmente como ferramentas de gestão que fazem parte da rotina dos gestores públicos e, crescentemente, devem passar a ser objeto de atenção de agentes privados interessados na definição de vocações para o desenvolvimento de potencialidades endógenas de cidades e municípios. Para compreender as bases de desenvolvimento de um município é importante retroagir no tempo e procurar identificar as suas estratégias de planejamento, de gestão e de articulação de políticas públicas de multiníveis.

No desenvolvimento de políticas públicas, o Município de Medianeira encontra alguns desafios. Como em todos os municípios de pequeno e médio porte, existe uma influência social e financeira mais intensa sobre a administração pública, que deve ser considerada a partir da perspectiva de um amplo sistema de governança capaz de conduzir harmonicamente o desenvolvimento urbano, em específico, e municipal, como um todo. Nesse ponto, partir de uma visão histórica de desenvolvimento pode ser importante para compreender e avaliar o conjunto de influências culturais e políticas, que sempre existiram ou que se surgem, como fenômenos capazes de condicionar o desenvolvimento endógeno local. Nesse sentido, para identificar como isso ocorreu ao longo do tempo, na primeira parte da presente investigação, buscou-se retroagir no tempo para avaliar em perspectiva de longo prazo as condições de planejamento e estratégias de desenvolvimento adotadas por tal município.

A presente pesquisa se desenvolve sob a Linha de Pesquisa em Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana, desenvolvida no Mestrado Interinstitucional realizado entre a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e o Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC), e enfatiza pesquisas sobre planejamento, gestão e gover-

nança, enfocando os arranjos institucionais e as práticas de articulação e participação de atores sociopolíticos na elaboração, implementação e monitoramento em diferentes áreas de políticas públicas.

Os objetivos, linha de pesquisa são analisar a transformação das práticas de atuação da administração pública e da sociedade civil, enfatizando o uso de instrumentos de planejamento, de sistemas e tecnologias da informação e comunicação e de gestão em diferentes escalas: comunitária, municipal, intermunicipal, metropolitana, estadual e em redes nacionais e internacionais.

O trabalho está vinculado especificamente ao projeto “Arranjos institucionais e de governança para inovações em políticas públicas para desenvolvimento urbano”. Sob esse projeto são desenvolvidas pesquisas sobre:

Arranjos institucionais e de governança para inovação em políticas públicas para desenvolvimento urbano compreendem investigações sobre planejamento governamental, arquiteturas institucionais e bases regulatórias públicas e público-privadas, redes de políticas e sistemas de governança multinível, considerando a capacidade de agência de atores do setor público, do setor privado e do terceiro setor implexos em diferentes estruturas político-administrativas em que se desenvolvem Ciclos de Políticas Públicas (concepção, elaboração, implementação e avaliação). As pesquisas têm por objetivos analisar, em perspectivas horizontais e transversais, as interações entre Administração Pública, o mercado e a sociedade civil organizada em ações instrumentalizadas por tecnologias de planejamento, modelos de gestão e estratégias de ação aplicáveis em municipalidades e comunidades implexas e articuladas em redes políticos-institucionais das esferas estadual, federal e de organismos internacionais (PROCOPIUCK, 2015).

A problematização que justifica e possibilita avaliar a importância do presente trabalho está relacionada com o arranjo da República Federativa do Brasil, institucionalizado pela Constituição Federal de 1988, que define como entes autônomos a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Essa autonomia se refere à capacidade desses entes para se auto-organizarem e se autogovernarem. Para isso, contam com a presença dos poderes Executivos, Legislativo e Judiciário (BRASIL, 1988). Quanto a esses poderes, os dois primeiros são comuns a todos os entes, enquanto o Poder Judiciário não faz parte da estrutura formal dos municípios. Contudo, isso não deixa os gestores públicos municipais fora do poder de controle judicial. Além disso, é importante considerar também que, para os municípios, as instituições públicas podem ter atuação em diferentes rumos e intensidades. Esses rumos e intensidades dependem de fatores que definem identidades históricas de comunidades que as capacitam a atuar de diferentes maneiras para articular os seus recursos, competências e capacidades.

Retomando a questão das instituições, a associação da União e Estados é, em parte, continuidade de modelo tradicional definido na Primeira República. Naquele modelo inicial, os municípios eram submetidos diretamente à diretrizes e autoridade políticas estaduais. Esse modelo foi ajustado com a concepção de uma ideia de federalismo ampliado para estruturação do Estado brasileiro pela Constituição de 1988. Nesse novo modelo, os municípios ganharam autonomia, de modo que foi instituído um conjunto superposto de campos de negociação, coordenação e produção de políticas e serviços públicos, de maneira horizontal e vertical. Verticalmente há relações diretas entre União, estados e municípios e horizontalmente há vários mecanismos de articulação entre os próprios municípios, a exemplo dos convênios e consórcios.

Contudo, como é natural em qualquer sistema político democrático, nesses níveis as relações são pautadas por cooperação e/ou competição entre os entes federados. A isso tudo, no âmbito das relações horizontais, há, ainda, o desafio de procurar viabilizar interesses de atores da sociedade civil organizada e dos próprios cidadãos.

As relações entre os entes federativas, ao longo do tempo, tenderam a formar um quadro de fragmentação, que levou à exacerbação da competição por recursos. Há, por exemplo, estratégias de clara disputa nos campos fiscal e de estruturação urbana para atração de investimentos e de recursos estaduais e federais para aplicação em infraestruturas. Entretanto, em termos ideais, continua a vigência de uma forte crença de que no federalismo brasileiro se busquem formas harmônicas de cooperação, coordenação e integração, seja seu objetivo maior (ABRUCIO; COSTA, 1998). A reestruturação das relações verticais aliadas à elevação da complexidade das relações horizontais em que estão envolvidos os municípios brasileiros abriu espaços para discussões sobre novas bases de gestão pautadas na ideia de governança. A ampliação em relação aos limites do Estado significou que as fronteiras entre os setores públicos e privados se tornam mais indefinidas (RHODES, 2005). Nesse contexto, a governança pública se associa à “capacidade que um governo tem para formular e implementar as suas políticas públicas articuladamente com múltiplos atores a fim de atender demandas coletivas, associadas a questões financeiras, gerenciais e técnicas” (MARTINS; CKAGNAZAROFF; LAGE, 2012, p. 226).

Em face dessas profundas transformações, emerge uma série de problemas e desafios a serem enfrentados no campo da gestão municipal, principalmente em pequenos e médios municípios. Nesse contexto se sobressaem como problemas importantes:

- a) a influência da política em cidades de pequeno porte, onde o domínio político e domínio econômico são em muitos casos exercidos pelos mesmos atores da sociedade local;
- b) dificuldade de planejar o desenvolvimento urbano em função das limitações de pessoal e estruturas técnicas de suporte alocadas exclusivamente para o planejamento urbano;
- c) falta de continuidade dos planos urbanos, principalmente pelo fato de os gestores públicos ainda não vislumbrarem no planejamento urbano uma fonte constante de organização e estruturação da cidade;
- d) utilização de argumentos de que haveria separação entre aquilo que se considera política do que se compreende como políticas públicas.

Nesse contexto, com fins de definir com maior clareza o objetivo geral e os objetivos específicos a serem alcançados, define-se como **questão central** a ser enfrentada pela dissertação: **Quais são os fatores sociais e econômicos que contribuíram para o desenvolvimento endógeno a partir da relação entre atores públicos, privados e do terceiro setor ao longo da história de Medianeira (PR)?** A partir da questão-problema, a seguir são apresentados o objetivo geral a que se propôs alcançar com o desenvolvimento da dissertação. São também definidos e apresentados os objetivos específicos, que são colocados como subfases utilizadas para estruturação de referenciais teóricos, levantamentos de dados empíricos e realização de análises para subsidiar o alcance do objetivo geral.

Quadro 1 - Objetivo geral e objetivos específicos

Objetivo Geral: avaliar os fatores sociais, políticos e econômicos que contribuíram para o desenvolvimento endógeno a partir da relação entre atores públicos, privados e do terceiro setor ao longo da história de Medianeira (PR).

Objetivos específicos	I. Desenvolver um referencial teórico-conceitual que associe de modo consistente e coerente os fundamentos sobre gestão e planejamento urbano com sistemas de governança que <u>pautam políticas públicas para o desenvolvimento municipal endógeno;</u>
	II. Realizar levantamento de indicadores sociais e econômicos que auxiliem na identificação dos fatores que <u>contribuíram para o desenvolvimento endógeno de Medianeira</u>
	III. Identificar por meio dos atores quais os fatores de maior relevância para potencializar o desenvolvimento endógeno de Medianeira (PR)
	IV. Determinar os mecanismos de gestão utilizados para o planejamento municipal que potencializaram o desenvolvimento do município de Medianeira e o situaram como um emergente polo regional.
	V. Avaliar a influência do cooperativismo no crescimento do município de Medianeira.

A busca de respostas à questão-problema posta como base para o desenvolvimento do presente trabalho tem como contexto o processo de redemocratização, iniciado na década de

80, e se justifica pela importância que novas diretrizes para políticas públicas vinculadas ao planejamento urbano foram potencializadas a partir disso. Esse processo possibilitou o surgimento de diferentes experiências democráticas, principalmente a descentralização do poder, com delegação para os municípios maior autonomia em termos de capacidade de gestão para potencializar o desenvolvimento endógeno. É importante também ter em conta que grande parte dos municípios brasileiros foi criada anteriormente à Constituição de 1988. Portanto, devem ter suas bases de desenvolvimento compreendidas com profundidade para que se tenha clareza quanto às suas estratégias de desenvolvimento em perspectivas de longo prazo.

Buscar meios para avaliar a capacidade de os municípios potencializarem o seu desenvolvimento endógeno por meio do planejamento local, a exemplo do plano diretor, tem fundamentos constitucionais. A Constituição vigente atribui aos municípios: a) a competência da União para elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (art. 21, inc. IX); b) a capacidade de incluir o planejamento entre os instrumentos de atuação do Estado no domínio econômico (art. 174, § 1º); c) o que dever ser realizado pelos municípios por meio da competência para estabelecer o planejamento e os planos urbanísticos para o ordenamento de seu território (arts. 30, inc. VIII, e 182) (SILVA, 2006).

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

As subseções que seguem são construídas do referencial teórico-conceitual para dar suporte à associação, de modo consistente e coerente, aos fundamentos sobre gestão e planejamento urbano com sistemas de governança que pautam políticas públicas para o desenvolvimento municipal endógeno. Em seguida, procurando associar políticas públicas institucionalizadas por meio da legislação, serão tratadas questões relacionadas ao plano diretor.

Portanto, em primeiro momento são tratados aspectos teórico-conceituais de políticas públicas, de interesse mais de acadêmicos e pesquisadores, e, em segundo momento, como as políticas públicas são institucionalizadas para servirem de parâmetros para a atuação dos praticantes da gestão pública em função das demandas locais, o que é discutido especificamente a partir da institucionalização de instrumentos de organização e regulação urbana, como o Plano Diretor e o Estatuto das Cidades.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA

A administração pública no que diz respeito a temas como políticas públicas e governança são estudadas por vários pesquisadores. Existe a linha de pesquisa que tenta avaliar essa administração pública de uma forma mais baseada em abordagens técnicas. Por outro lado, existem pesquisadores que buscam esse conhecimento do tema em uma linha mais humana, através de atores, como os políticos e da sociedade civil organizada. Desde que devidamente fundamentadas quaisquer dessas linhas de pesquisas podem ajudar na interpretação de como se desenvolve a administração pública.

Na política pública, os problemas podem ser enfrentados de duas formas. A primeira maneira é identificar os problemas e criar políticas visando alcançar um resultado satisfatório, sendo feito ajustes durante o processo, se necessário. A segunda se configura como um modelo mais imediatista, quando não existe um consenso da decisão a ser tomada, visando apenas resolver temporariamente o problema. Existe uma diferença importante nos diferentes gestores, sendo que quando levado em conta o conjunto de capacidades políticas, econômicas e operacionais do Estado, os gestores burocráticos podem ter vantagem em relação aos gestores políticos por trabalharem com perspectivas de longo prazo (PROCOPIUCK, 2013) na obtenção e alocação de recursos.

Os líderes governamentais devem ter uma responsabilidade na hora de fomentar esses recursos públicos e privados para que haja um ganho para a sociedade e que esses sejam as

prioridades. A visão de que a separação público-privado protegia a burocracia pública, tornou-se um obstáculo para uma reforma do setor público. Uma grande vantagem de se ter os dois setores trabalhando juntos é o aumento da eficiência e a sensibilidade para com os destinatários finais das ações desencadeadas no âmbito da gestão pública, trazendo os ideais empreendedores para o setor público (PETERS; PIERRE, 2005).

A administração científica concebia a administração pública como o espaço da execução, pelo executivo, de políticas definidas na esfera da política. A disciplina voltava-se à formação da burocracia governamental, responsável pela execução ou pela implementação das políticas públicas. A burocracia deveria atuar de forma apolítica e imparcial, com base em uma sólida formação profissional. A administração pública era vista, assim, como uma ciência “livre de valores”, cuja missão era contribuir para que a administração governamental sem interesses pessoais, apenas que “funcionasse” de forma eficiente e econômica. O foco da disciplina era a preparação dos servidores para atividades-meio, centrais à atuação do executivo e à implementação de políticas públicas: orçamento, gestão de pessoal e organização (HENRY, 1995) de maneira que o desenvolvimento da administração pública fosse marcado por certa proximidade de origem relacionada com a ciência política e a administração como a ciência mãe.

A administração pública era, em último interesse, a administração governamental. Formar quadros para a administração pública era, portanto, formar servidores para o Estado. Pesquisar nesta área era tratar de temas referentes a este *locus* governamental. Mas, nas últimas décadas, o público alvo da administração pública foi redefinido, ampliando suas fronteiras para além do Estado, passando a incluir organizações não governamentais, entidades do setor privado e da comunidade e instituições voltadas à inclusão dos cidadãos no processo de formulação, implementação e controle de políticas públicas. Esta mudança teve impactos sobre a disciplina e o estudo de políticas públicas, como apontado por diversos autores, tais como Frederickson (1999) e Rabell (2000).

Em uma análise, a administração pública nos Estados Unidos no final dos anos 1990, chama a atenção para o reposicionamento da disciplina, destacando a constituição de novas abordagens teóricas e analíticas, capazes de descrever e interpretar mudanças importantes ocorridas no Estado contemporâneo e em sua relação com a sociedade. Um dos elementos destacados em sua análise é a redefinição de público, que passa a incluir não apenas o gover-

no, mas organizações não governamentais e organizações privadas orientadas para a prestação de serviços públicos (FREDERICKSON, 1999).

Em meados de 2000, apontava-se como um dos desafios a ser enfrentado pela disciplina a ampliação do domínio do campo de estudo tradicional da administração pública, sob o impacto da “reinvenção” do governo ou reforma do Estado, destacando também a ampliação do campo de estudos de políticas públicas derivada da ampliação do público (RABELL, 2000). Segundo o autor, a disciplina não pode se restringir mais, portanto, ao estudo de questões ligadas à burocracia governamental, uma vez que as políticas públicas dependem, desde as últimas décadas do século passado, de uma rede de atores sociais, da coordenação de diversas jurisdições, diferentes níveis de governo, distintas agências de um mesmo nível de governo, e da articulação de atores governamentais e não governamentais, assim como de articulações de governos nacionais a entidades supranacionais ou a atores privados transnacionais.

Segundo Farah (2011), a administração pública como conteúdo de estudo teve, no seu início, a meta de formar servidores públicos dentro do círculo da governança burocrática, sendo a administração governamental confundida com a administração pública. Assim, formar grupos para a administração pública era, portanto, formar servidores para o Estado, e pesquisar nesta área era tratar de temas referentes a esta posição governamental. No entanto, nas últimas décadas, o “público” da administração pública foi delimitado de modo a expandir suas fronteiras para além do Estado, passando a incluir organizações não governamentais, entidades do setor privado e da comunidade e instituições voltadas à inclusão dos cidadãos no processo de formulação, implementação e controle de políticas públicas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o espírito de uma nação de governo descentralizado é forte, visto que a base de governo é o setor privado, pois é este setor que desenvolve e implementa as políticas públicas. Apesar de o governo nacional ser bem descentralizado, o governo local americano traz uma grande ênfase nessas parcerias público-privadas (PETERS; PIERRE, 2005).

No Brasil, a exemplo do ocorrido nos Estados Unidos, a administração pública teve seu início associado ao objetivo de treinamento de servidores para a administração pública moderna. Este surgimento da disciplina administração pública em nosso país aconteceu a partir dos anos 1930. Antes disso, a administração pública tendia a se assimilar com o direito administrativo, ou seja, “com as regras jurídicas, limitando seu problema à elaboração de leis e regulamentos de aplicação” (AMATO, 1958).

Farah (2011) relata que, no Brasil, a disciplina administração pública constituiu-se “à imagem e semelhança” da administração pública norte-americana, mas marcada por uma especificidade. Afinal, estamos nos referindo a um país pobre e, na visão então hegemônica, atrasado, sendo prioritárias ações para o seu desenvolvimento. Já a inclusão do estudo de políticas públicas pela disciplina de administração pública no Brasil ocorreu praticamente no mesmo período em que esta incorporação ocorria nos Estados Unidos.

Segundo Rhodes (2005), a “*nueva gestión pública*” (NGP) possui dois significados: o primeiro seria o gerencialismo e o outro é a nova economia institucional. O gerencialismo refere-se a um método onde o sistema de gestão do setor privado é aplicado no setor público, buscando o desempenho por resultados, busca por valores e a proximidade da população faz parte da gestão. Já a nova economia institucional refere-se à introdução de estruturas que incentiva na prestação de serviços públicos, enfatizando burocracias descentralizadas, aumento da concorrência utilizando a terceirização e a liberdade de escolha do cliente. O NGP e o governo empresarial compartilham a preocupação pela concorrência, mercados, consumidores e resultados. Esta transformação do setor público significa menos governo e mais governança.

Conforme Procopiuck (2013), uma forma de governo defendida é a de estado-rede, que aumentaria a capacidade de governar para a sociedade, sendo que haveria uma divisão da autoridade governamental, onde as políticas públicas seriam norteadas por um consenso mínimo pautado em valores da sociedade. Esse modelo também expressa as parcerias públicas e privadas, que, com uma descentralização do poder, podem agir de forma virtual na utilização de recursos. As redes são vistas como uma forma de integrar os sistemas de atores diferentes, e com a evolução tecnológica esses sistemas surgem como uma nova forma de governo transparente, norteadas as relações econômicas, sociais e de política estruturada pelas tecnologias.

Assim, abre-se uma nova forma de se fazer política, onde a sociedade civil se fortalece com menos burocratização, e que demandam de políticas orientadas para o bem comum. A governança acaba tendo o papel de implementação dessas políticas, porém de forma coletiva e respeitando o que a população tem como objetivo. A governança traz vantagens para as novas políticas, mas o termo vem sendo utilizado com uma amplitude muito grande com relação às relações organizacionais, visto que “resulta da diferenciação do aparato estatal, representado pela administração pública, o governo e os meios pelos quais políticas públicas são imple-

mentadas e coordenadas, e da adição da participação de multiatores extraestatais” (PROCOPIUCK, 2013).

A governança então passa a ser a organização das atividades para que os resultados sejam obtidos, através de um modelo socialmente apontado, o que o torna de responsabilidade coletiva. É importante frisar que o modelo não segue apenas modelos informais. A estruturação deste arranjo deve ser feita por regras formais e informais, de maneira que exista uma coordenação dos mecanismos para alcançar os objetivos coletivos. É importante ver a governança como a regulação do estado cooperativo, onde existe uma rede de políticas públicas, sendo influenciadas por atores governamentais e da sociedade civil (PROCOPIUCK, 2013).

No processo de formação de políticas públicas através da governança, é importante ressaltar que não se limita apenas ao conteúdo, visto que os atores envolvidos nesse processo também têm seus interesses. O que se busca então é planejar para que o processo se torne legítimo, gerando credibilidade entre os multiatores envolvidos no processo e assim, possibilitando às instituições políticas se tornarem capazes de estruturar e definir os sistemas para ajustar controvérsias e resolver conflitos. Já quando falamos em redes de políticas públicas, percebe-se que há um grande tumulto de lógica e conflitos, visto que existem muitas instituições trabalhando em torno de um interesse comum, e este deve ser o fator para que haja uma convergência de ações (PROCOPIUCK, 2013).

É necessária a capacidade de se fazer arranjos de governança para que este modelo venha a prosperar nos ambientes de políticas públicas, onde o estado, mesmo fragmentando os poderes governamentais, deve estabelecer parâmetros prévios, para que o modelo não fique fragmentado e ineficiente. Assim, o governo deve ser capaz de lutar pelos interesses da sociedade e o poder deve ser legítimo, com apoio da população. Os arranjos devem conter uma sociedade civil estável, onde todos sigam as leis, sejam organizados e busquem o bem coletivo. E as metas privadas devem estar dispostas dentro de um processo igualitário, como direito de qualquer cidadão pertencente àquela sociedade (PROCOPIUCK, 2013).

As condições de estruturação da governança são baseadas em um sistema considerado ideal, o que não acontece em contextos da sociedade real, mas esta estruturação pode ser conseguida através da formação de arranjos, que podem ser formados por atores em qualquer nível do estado, como os públicos, semi-públicos e privados, desde que estes estejam dispostos a cooperar entre si, o que normalmente forma as associações público-privadas (PROCOPIUCK, 2013).

Uma busca por tecnologias sociais baseadas na participação e no compartilhamento de responsabilidade no processo de tomada de decisão é sugerida para tentar responder aos desafios socioambientais que se renovam e que se complicam a cada dia quando se programa os próximos anos da economia do Brasil. O fenômeno mudança tem como suporte, ciclos dinâmicos que, por sua vez, origina-se de um estado de estabilidade. As organizações sofrem modificações entre dois modelos de desenvolvimento, didaticamente denominado de decadente e inovador (SAMPAIO; MANTOVANELI JR.; FERNANDES, 2011). Nesse sentido, criado com objetivo de servir de meio para institucionalização de decisões originárias de negociações sociopolíticas locais voltadas para a organização das cidades, no Brasil tiveram origem o Plano Diretor e o Estatuto das Cidades.

2 GESTÃO URBANA

O processo de urbanização desenvolvido no Brasil nas últimas décadas trouxe como reflexos o crescimento desigual, acelerado e marcado pela fragmentação político-administrativa e territorial. Isso, em muitos casos, abriu espaços para conflitos e vazios institucionais entre as competências atribuídas ao município e sua capacidade de gestão e arrecadação. A consequência imediata sentida no âmbito local foi o impacto na gestão urbana e nas políticas destinadas ao desenvolvimento endógeno, que é base para a elevação do bem-estar da população urbana municipal.

A gestão urbana é um conceito de gerir a gestão e a política, sendo entendida como uma governança urbana. Atualmente, as parcerias público-privadas são processos políticos muito presentes no mundo urbano (HIRST, 2000). Nesse campo, como resposta às novas demandas que emergem, também chama a atenção nesse cenário, que clama por estratégias inovadoras de planejamento e gestão urbana, os esforços com fins adaptar o aparato político-administrativo do Estado para obter melhores níveis de desempenho de políticas públicas locais em diferentes momentos da história. Nesse sentido, avançar para compreensão com maior profundidade de questões urbanas e de como a gestão urbana pode se instrumentalizar para se posicionar como instrumento efetivo de potencialização do desenvolvimento endógeno local se coloca como essencial.

O planejamento, apesar de ser uma possibilidade de alcance da justiça social na cidade, é apresentado de forma a facilitar as ações que não contribuem com o alcance da mesma, possibilitando práticas divergentes de algumas determinações presentes na redação das leis

que o regem. Prova disso, é a determinação presente no Estatuto da Cidade acerca do cumprimento da função social da propriedade urbana, a qual não é posta em prática nas cidades brasileiras. O planejamento é um dos elementos fundamentais para compreender a produção do espaço urbano, pois ele expressa as ações e decisões dos agentes produtores do mesmo, os quais se relacionam de forma contraditória e complexa (CRUZ, 2011).

De acordo com Costa (2003), o momento atual de administração das cidades tem sido marcado pela ênfase nas questões do plano diretor e da gestão, com o abandono do planejamento urbano, enquanto um processo contínuo e compreensivo. Este tipo de afirmação/hipótese remete à necessidade de se resgatar os conceitos e princípios que orientaram as propostas e metodologias de planejamento urbano no Brasil, especialmente a partir do momento em que ele passa a ser institucionalizado no início dos anos sessenta chegando ao período após a Constituição de 1988.

2.1 Plano diretor e estatuto da cidade

A ideia do Plano Diretor ganha força no Brasil por volta da década 1930, quando o urbanista francês Alfred Agache propõe um plano para o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro e usa pela primeira vez o termo “*plan directeur*”, ideia que passou a ser adotada e defendida por arquitetos e engenheiros, e se tornou um instrumento de planejamento do desenvolvimento de expansão urbana (MOREIRA, 2008). Na medida em que essa abordagem do planejamento passou a ser utilizada como meio de atuação institucionalizada do Estado, surgem tendências de configuração das ideias de desenvolvimento de políticas públicas voltadas especificamente para o desenvolvimento urbano, a partir de uma perspectiva bem mais ampla que as visões da administração pública burocrática.

Mais recentemente, o plano diretor foi definido pela Constituição Federal como “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (BRASIL, 1988). Essa metodologia de regulação urbana se caracteriza pela imposição legal quanto à sua obrigatoriedade em municípios com mais de vinte mil habitantes e se constitui em política de desenvolvimento urbano que deve ser executada pelo poder público municipal (BRASIL, 1988). No campo da aplicação prática, o que torna o plano diretor significativo no âmbito de política de desenvolvimento urbano é a possibilidade de considerar amplamente e em longo prazo os problemas urbanos, visto que sua abordagem é ampla e integra áreas tanto administrativas

quando físico-territoriais, além de ser desenvolvido com participação popular democrática (VILLAÇA, 1993).

Na atualidade, um dos principais objetivos do Plano Diretor aplicado nos municípios é dar transparência à política urbana, torná-la pública e acessível. Assim, esse instrumento de planejamento funcionaria como um “jogo de regras” para o desenvolvimento urbano (BRAGA, 1995). Nessa linha, no âmbito municipal, o Plano Diretor precisa funcionar em conjunto com a participação da população. Ao envolver os moradores nas decisões do desenvolvimento urbano, gera-se um sentimento de responsabilidade sobre aquilo que deve ser feito e fiscalizado durante a gestão das políticas públicas, além de envolver os maiores interessados nas sugestões de mudanças e alterações da urbanidade (MOREIRA, 2008).

Para os efeitos dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que delimitam o Plano Diretor, foi criada a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, o chamado Estatuto da Cidade, que regulamenta a execução das políticas urbanas previstas na Constituição. Esse Estatuto “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos [...]” (BRASIL, 2001, p.1) através de artigos que incluem diretrizes de cooperação entre governos, gestão democrática, ordenação e controle do uso do solo, e planejamento do desenvolvimento das cidades. Portanto, considerando a necessidade de, quando o governo planeja, considerar, ao mesmo tempo, a necessidade de regulamentação de natureza técnica das cidades associada com a natureza política da regulação das relações sociais, se configura, na essência, a incorporação explícita da ideia de governança local no Brasil.

O desenvolvimento da lei do Estatuto da Cidade teve início em 1988 e sua discussão durou até 2001, quando foi publicada a lei. É possível assinalar três temas da reforma urbana que se desencadearam nos anos em que a lei ficou sob discussão e que influenciaram em seus artigos: a participação popular, a regularização das favelas e a renovação das práticas e instrumentos do planejamento urbano (ROLNIK, 2011).

Como sinal de avanço das necessidades de organização e regulação das relações que incidem sobre os espaços urbanos, como complemento do Estatuto da Cidade, surgiu a lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, o chamado Estatuto da Metrópole. Esse Estatuto regulamenta o desenvolvimento urbano em regiões metropolitanas por meio de políticas como o plano de desenvolvimento integrado, apontando diretrizes sobre gestão plena, políticas de habitação, mobilidade urbana e desenvolvimento urbano integrado (BRASIL, 2015).

A preocupação do planejamento urbano no Brasil, como visto, tem evoluído na esfera da regulamentação legal, trazendo instrumentos de ação para gestores públicos e para as cidades e municipalidades. Contudo, considerando a realidade enfrentada pelas comunidades locais, ainda é perceptível que há um longo caminho a ser percorrido para que a idealização da legislação influencie a realidade para que de tal visão ela se aproxime. Neste ponto, justamente, é que se encontram os desafios dos gestores urbanos e do desenvolvimento de sistemas de planejamento capazes de mobilizar os diferentes recursos locais para que, de alguma forma, venham a trazer melhorias na qualidade de vida dos cidadãos.

2.2 Planejamento urbano

No universo acadêmico, o estudo das cidades tem sido instigante e desafiador, sendo que autores não possuem um consenso com relação à definição de cidades e principalmente à diferenciação de pequena, média e grande. Muitos questionamentos surgem e, a partir deles, indo além das cidades, para considerar também a delimitação político-territorial da menor unidade de gestão dentro de um Estado federativo, buscaram-se respostas para as questões: o que são municípios de pequeno porte? O que os caracteriza?

Singer (1998) diz que a aglomeração humana, vivendo próximas umas das outras é a principal característica na identificação de uma cidade. Procurando trazer critérios mais precisos, a partir de uma revisão mais matemática, Azevedo (1970) ordenou as cidades em três grupos sendo:

- a) pequenas cidades – população urbana acima de cinco mil e abaixo de trinta mil habitantes;
- b) cidades médias – população entre trinta mil e cem mil pessoas;
- c) cidades grandes – acima de cem mil e abaixo de quinhentas mil pessoas.
- d) Acima de quinhentos mil habitantes o autor considera metrópole e abaixo de cinco mil foi desconsiderada na classificação.

Não obstante a importância da busca de critérios objetivos para pautar a gestão de políticas públicas por meio de tipologias e classificação de cidades, Fresca (2004) defende que não é a quantidade de pessoas apenas que determina se uma cidade é pequena, média ou grande, mas sim a sua inserção e importância no contexto socioeconômico.

Nessa perspectiva, indo além da visão de simples aglomerados urbanos como critério para pensar questões urbanas, Christaller (1933) desenvolveu a “Teoria das Localidades Cen-

trais”. O foco dessa perspectiva analítica está em estudos que abordam a rede e a hierarquia urbana, por meio de conceitos de centralidades, localidades centrais e como influenciam nas cidades. Portanto, a partir de uma visão micro para uma macro, essa teoria se pauta em constatações de que pequenas cidades possuem dependência de bens e serviços polarizados em nível regional por uma cidade-mãe. Neste ponto, pode-se, portanto, vislumbrar um critério de classificação de municípios que, além de suas dimensões territoriais e demográficas, considerem suas influências econômicas naqueles do seu entorno.

Com outra linha de pensamento, procurando se aprofundar na lógica relacional pautada mais nas conexões que na centralidade, Corrêa (1999) afirma que, por menor que seja a influência, não existe nenhuma cidade que esteja isolada totalmente; logo, há sempre a formação de redes urbanas mais densas ou menos densas. A rede urbana foi definida como o conjunto de cidades que centralizam a localidade e a relação entre elas no que diz respeito a bens e serviços.

Além de aglomeração humana, fazem parte da cidade as edificações, como prédios, casas e infraestrutura urbana. Ele também relata a existência de um conteúdo social de dimensões social, econômica, política, cultural e ambiental (CARLOS, 1994). Outra designação classificatória das cidades leva em conta a situação, arquitetura, organização, dimensão, influência na vida regional e nacional, que fundamentam a organização espacial (BEAUJEU-GARNIER, 1980). A cidade, portanto, tem características de espaço diferenciado e dinâmico, estando em constante mudança. Isso é ocasionado pelos anseios das pessoas por mudanças constantes e pela diferenciação financeira na sociedade (SILVA, 2004). As cidades possuem características diferentes, podendo ser naturais, culturais, de prestação de serviço, industriais e políticas. Essa diferenciação deixa melhor marcada a tendência de cada cidade, mostrando a direção que ela terá para o seu desenvolvimento. Considerando conjuntamente as características discutidas até este ponto, a cidade naturalmente se torna um centro de interação social, perceptível através da circulação de pessoas e veículos, do comércio de produtos e da prestação de serviço.

Expandindo a análise para uma perspectiva mais abrangente, é importante considerar que existe uma relação entre o campo e a cidade e entre cidades, ajudando o desenvolvimento das mesmas (ANDRADE, 1981). A cidade seria, portanto, o centro determinante das decisões sociais, econômicas e territoriais situada em um contexto mais amplo. Ele ainda ressalta que é

o local onde está localizada a força de trabalho, necessária para a industrialização (SPOSITO, 1997).

As funções urbanas estão diretamente relacionadas com o tamanho das cidades, onde o estudo das pequenas cidades não é menos instigante em relação às grandes cidades. Tanto em um caso quanto no outro, a regra é que as pessoas da área rural se deslocam até a cidade para comercializar sua produção e adquirir produtos para seus usos, como roupas e equipamentos para trabalho (MONBEIG, 1957). Embora a distante data da explicação de Monbeig, essa realidade continua ainda sendo realidade em grande parte das cidades brasileiras.

As cidades locais, entendidas como pequenas cidades, podem ser definidas com sendo uma aglomeração com capacidade de saciar as necessidades mínimas da população. Nessas cidades, os bens e serviços são mais facilmente acessados pelas pessoas, com um custo menor. Isso faz uma aproximação social entre as diferentes classes sociais. Em termos de gestão local e de desenvolvimento de políticas públicas mais amplas, as pequenas cidades estão na periferia do sistema, não importando a sua localização, e devem fazer parte de um planejamento geral. As cidades locais devem buscar nas cidades médias serviços que não estão disponíveis na sua localidade, e as médias devem recorrer ao nível superior para atender as suas necessidades (SANTOS, 1981). Nessa linha, é possível identificar, quanto às funções dos aglomerados urbanos, uma hierarquia funcional para atender a diferentes necessidades dos cidadãos.

Nesse contexto, a Gestão Urbana não tem somente o objetivo de gerir a administração das cidades, mas de propiciar aos agentes privados, públicos e comunitários serviços urbanos básicos e necessários, que, por muitas vezes, acabam tendo interesses contraditórios. Para que isso ocorra, os gestores devem dispor de mecanismos e formas de gerenciamento urbano que lhes proporcionem um controle de conflitos, buscando objetivos comuns da sociedade, criando um bem-estar para as pessoas (ACIOLY; DAVIDSON, 1998) que moram tanto nos aglomerados urbanos quanto em outras regiões da unidade política, no Brasil, chamada município, que, por sua vez, também suscita discussões e embate sobre os critérios de classificação quanto ao seu tamanho e importância. De modo geral, o debate sobre a classificação do tamanho dos municípios gira em torno da quantidade da população.

Em municípios pequenos, a política tem uma proximidade com a vida social da população, sendo que o domínio da política está, em grande parte dos casos, nas mãos dos dominadores da sociedade econômica, sendo que os interesses econômicos afetam o planejamento

urbano (LOPES, 2000). Note-se que, se considerada a questão da centralidade e das conexões entre cidades, os desafios dos gestores urbanos ultrapassam as dimensões territoriais que abriga a população urbana, passando pelas áreas rurais e, numa perspectiva mais ampla, buscando complementaridade com recursos e forças políticas de outros municípios do entorno.

Na questão específica das cidades em tensão com espaços rurais, nos últimos anos, o crescimento imobiliário gerou um aumento do perímetro urbano, muitas vezes realizados obedecendo mais a um interesse econômico, ao invés de um planejamento. Isso aconteceu por alguns motivos, principalmente pela falta de um planejamento urbano que contemplasse esse crescimento. Um dos motivos que se pode citar é o interesse político-econômico (AKAISHI, 2011). Nesses casos, a extrapolação dos aglomerados urbanos para espaços carentes de infraestrutura básica tem se constituído em um dos maiores problemas para gestores urbanos brasileiros de diferentes regiões.

As prefeituras desses municípios não possuem uma equipe técnica, nem uma Secretaria de Planejamento, sendo o planejamento vinculado à Secretaria de Obras. Com isso, ocasiona uma deficiência em desenvolver projetos prevendo o crescimento. O crescimento urbano em uma cidade pequena não apresenta muitas dificuldades e desafios no olhar da população, sendo que para a sociedade não é encarada como uma problemática. Devido a essa preocupação da sociedade, o planejamento urbano é facilmente manipulado por interesses financeiros (GUARIENTE, 2010). Neste ponto, parece se tornar clara a necessidade de estreita relação entre as dimensões técnicas e políticas da gestão, bem como as relações entre interesses territorialmente localizados e os difusos por amplos espaços geográficos. Portanto, avançar para conduzir obtenção e alocação de recursos para geração de bem-estar local demanda que análises partam de perspectivas mais amplas. Neste ponto, justamente, que reside a necessidade de se pensar em possibilidade de desenvolvimento local e regional.

3 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Historicamente, os debates sobre desenvolvimento foram intensificados após a segunda guerra mundial, visando buscar melhores condições sociais para enfrentar os problemas anteriores, como guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais. Nesse sentido, surgiram declarações e conferências posteriores ao período da guerra. A mais significativa, no que tange ao desenvolvimento, é a Carta das Nações Unidas, publicada em abril de 1945, na cidade de São Francisco. Nessa mesma cidade e ano

foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com objetivo de elevar os níveis de desenvolvimento em todas as vertentes do termo (SUNKELL; PAZ, 1988).

Na atualidade, o desenvolvimento continua a ter um dos papéis mais importantes como conceito nas ciências sociais e como base para atuação prática de gestores e *policymakers*, sendo ele um motivador da vontade de mudança e de transformação da sociedade, além de ser também utilizado como mecanismo de avaliação e classificação dos níveis de progresso e bem-estar da sociedade. Em especial, esse conceito tem repercussões em várias áreas disciplinares que tratam de teorias de mudanças, que, naturalmente, passam a depender de diálogos interdisciplinares para estabelecer pontes ou rupturas entre teoria e prática (AMARO 2003). No campo da prática, o desenvolvimento deve resultar, em qualquer concepção, do crescimento econômico junto com a melhoria da qualidade de vida, o que inclui a melhoria dos indicadores do bem-estar social (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998).

No Brasil, até metade do século 20, o conceito de desenvolvimento tendia a não ser suficientemente abrangente e integrador. O desenvolvimento econômico, sustentável, social, industrial e outros são vastamente estudados na atualidade enquanto anteriormente era visto de forma isolada, cada uma dessas dimensões com sua importância. Para ajudar a ideologia do desenvolvimento foi criado, após a II Guerra Mundial, o polêmico Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Participavam desse Instituto, intelectuais da época. Algumas das ideias desenvolvidas no instituto continuam vivas entre alguns estudiosos de políticas nos dias atuais (HEIDEMANN, 2009).

Nas décadas subsequentes houve uma classificação dos países em desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento, onde os indicadores econômicos eram sinônimos de desenvolvimento. O que se almejava era ser desenvolvido, não sendo levado em consideração que tipo de desenvolvimento. Com o passar do tempo, os estudiosos não aceitavam mais o desenvolvimento da forma aplicada, buscando resposta para a pergunta: “que desenvolvimento queremos?”. Não aceitando o desenvolvimento no singular, mas buscando a sua pluralização, por exemplo, para considerar os desenvolvimentos econômico, humano, sustentável, local, endógeno, cultural, material, justo etc. (HEIDEMANN, 2009).

Os holofotes iluminaram ainda mais o tema desenvolvimento quando entrou em pauta a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. O crescimento econômico passou a ser considerado como condição para se alcançar o desenvolvimento, não levando em consideração à distribuição desses incrementos. Na realidade, mesmo existindo colisão entre

as concepções de desenvolvimento e crescimento, elas não são excludentes, podendo até ser complementares em alguns casos (SCATOLIN, 1989). Essa discussão tem sido aceitável devido à conceituação econômica do termo desenvolvimento. Para os economistas, há necessidade de criar um modelo de desenvolvimento que englobe todas as variáveis econômicas e sociais. O aumento do fluxo de renda real ou o aumento da quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade seria a descrição de desenvolvimento (FURTADO, 1961).

Em essência, é possível identificar duas formas de relação entre desenvolvimento e crescimento. A primeira forma diz que o desenvolvimento é sinônimo do crescimento, onde estão os modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica. Já a segunda, diz que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas destaca que não é condição suficiente. Os economistas têm uma orientação crítica que conceitua o crescimento como sendo uma variação quantitativa do produto e o desenvolvimento é marcado pelas mudanças qualitativas no modo de vida da sociedade nas instituições e nas estruturas produtivas (SOUZA, 1993). Sem desconsiderar a importância da busca de diferenciação teórico-conceitual, o desenvolvimento e o crescimento não são dependentes somente das políticas econômicas, mas do grau de liberdade que é dado pelo Estado para construção de um amplo escopo de políticas públicas.

A nova realidade do Estado, que vem se desvelando desde o início do século atual, tem uma influência intensa no desenvolvimento local, onde os princípios neoliberais e de dirigismo estatal não possuem peso significativo nessa forma de gerência. Não é, pois, tão facilmente aceita a crença de que o neoliberalismo tem como princípio que o mercado e o preço são os responsáveis pelo funcionamento das ações dos agentes enquanto o mesmo ocorre com o princípio de dirigismo estatal, como forma enrijecida de governo, levando a uma hierarquia e burocracia forte e com desperdício financeiro. Diante desses embates, surge a necessidade de aprendizado contínuo e interativo em nível local dos trabalhadores, entre esses e as empresas e entre o público e privado. Isso se fez necessário devido à descentralização administrativo-fiscal-financeira e descentralização produtivo-organizacional, bem como à concorrência do mercado (AMARAL FILHO, 2001).

Em contexto amplo, o aumento da concorrência aconteceu durante o processo de globalização, que teve nas décadas de 70 e 80 o seu início, fazendo com que os mecanismos e processos de desenvolvimento fossem constantemente ajustados nos países, estados e cidades.

As grandes empresas atuantes nesse mercado não competem de forma isolada, fazendo-o juntamente com o entorno produtivo institucional do qual fazem parte. Esse processo passou a estimular a formação de uma nova organização do sistema de cidades e regiões, de acordo com a nova divisão internacional do trabalho (BARQUERO, 2002).

O desenvolvimento teve nos últimos 20 anos uma vertente ecológica, gerando estudos sobre a sustentabilidade. Nessa linha, por exemplo, Shachs (1993) defende que, para planejar o desenvolvimento, existem cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos:

- a) sustentabilidade social, que busca diminuir a exclusão social e a distância econômica entre as classes sociais;
- b) sustentabilidade econômica tenta aumentar a eficiência do sistema econômico;
- c) sustentabilidade ecológica diz respeito à promoção a preservação do meio ambiente, sem comprometer a oferta dos recursos naturais à sociedade;
- d) sustentabilidade espacial trata de buscar uma ocupação territorial equilibrada;
- e) sustentabilidade cultural refere-se à alteração da maneira que a sociedade pensa e age com relação a consciência ambiental.

O desenvolvimento sustentável é caracterizado, portanto, por ser um processo social de aprendizado, que acontece em longo prazo, norteado por políticas públicas pertencentes a um plano nacional de desenvolvimento endógeno. Os modelos de desenvolvimento são sustentados por políticas de Estado que garantem articulações padronizadas determinadas dos diversos segmentos sociais e econômicos com os recursos disponíveis na natureza (BEZERRA; BURSZTYN, 2000). O desenvolvimento sustentável, quando visto a partir de políticas de Estado, tem com um dos pontos mais importantes o seu impacto em diferentes contextos locais, principalmente pelas diferentes configurações dos recursos materiais e imateriais administrados pelas comunidades locais e aplicados para a geração de bem-estar individual e coletivo.

3.1 Desenvolvimento local

Na perspectiva do desenvolvimento local e regional, o conceito de “território” engloba a heterogeneidade e a complexidade do mundo real, suas características ambientais específicas, os atores sociais e sua mobilização em torno das diversas estratégias e projetos e a existência e o acesso aos recursos estratégicos para o desenvolvimento produtivo e empresarial (LLORENS 2001). No território, se relacionam as organizações comunitárias, as unidades

empresariais, as redes de infraestrutura e os intermediários comerciais e financeiros. Para isso são exigidos métodos diferentes de gestão, que possibilitem a articulação dos governos e as instituições locais com a sociedade (MORAES, 2003).

Os fatores econômico, social, cultural, ambiental, físico-cultural, político-institucional e científico-tecnológico têm influência direta no desenvolvimento local. Na articulação desses fatores, a inter-relação dos atores da sociedade é fundamental para as transformações sociais, inclusive com a participação da preservação ambiental, pois ela se incorpora a projetos de desenvolvimento melhorando as condições materiais e a sustentabilidade do território, obedecendo a suas realidades (TENÓRIO, 2007). Nessas relações, o desenvolvimento territorial pode ser comparado a uma disputa entre dois atletas. O Estado seria o primeiro jogador, que tem como objetivo dar condições de fomentação da economia e a região. O segundo atleta teria a responsabilidade de transformar crescimento em desenvolvimento (BOISIER, 1999).

O desenvolvimento econômico local ocorre em um contexto de transferência de recursos das atividades tradicionais para as atividades modernas, auxiliando o crescimento do processo e a mudança estrutural, aliado ainda à economia externa e pela introdução de inovações que marcam o crescimento do bem-estar de uma cidade ou região. Esse pensamento está norteado pela ideia de que a formação do desenvolvimento local é influenciada pela localidade, territórios que possuem recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais e na economia de escala não aproveitada (BARQUERO, 2002).

O desenvolvimento local pode ser definido “de baixo para cima” quando se entende que o comando não está exclusivamente nas mãos do Estado ou dos detentores do poder econômico, tendo como ator principal a sociedade civil (SANTOS; RODRIGUEZ-GARAVITO, 2006). Assim, o desenvolvimento local poderia ser induzido pela mobilização do potencial endógeno, fortalecendo as capacidades técnicas, financeiras e locais gerenciais, o associativismo e potencial empreendedor, a democracia participativa e parcerias entre atores sociais e instituições (JARA 1996).

A valorização do local e da diversidade é, portanto, oposta à da globalização. No desenvolvimento endógeno, o município toma as rédeas, tornando-se unidade de governo, proporcionando satisfação das necessidades da população e competitividade econômica. Essa linha de atuação facilitaria a participação da sociedade nas tomadas de decisões, dando origem a uma comunidade mais fortalecida com um espírito comunitário local (JARA 1996). O enraizamento do local na visão de solidariedade aconteceria devido às incertezas e inseguran-

ças do mundo globalizado, que vêm diminuindo o bem-estar das pessoas, gerados pelo enfraquecimento das redes de apoio a sociedade, como grandes empresas, sindicatos e seguridade social coletiva. Acrescido a isso, como dito anteriormente, a participação das pessoas nas decisões da comunidade no local é muito mais perceptível com relação ao nacional ou mundial (BOISIER, 1998).

A alternativa do desenvolvimento exógeno é limitada, devido às possibilidades reduzidas em virtude das tendências inerentes ao processo de globalização, sendo assim o desenvolvimento local endógeno uma alternativa que a ser adotada para que desenvolvimento mais consonante com as necessidades e as realidades locais (BARQUERO, 2002). O tema desenvolvimento local endógeno tem como ponto inicial o argumento da existência de duas alternativas perante o desafio da globalização: adotar uma estratégia de desenvolvimento exógeno, buscando investimentos externos para a região ou adotar uma alternativa estratégica de desenvolvimento que leve em conta as aspirações coletivas locais (BARQUERO, 2002), que são de natureza multidisciplinar para englobar variáveis comuns à coletividade que, efetivamente, influenciam o mundo da vida dos cidadãos, que são de natureza, econômica, social e ambiental. Nessa perspectiva, em busca de equilíbrio, surgem preocupações com a incorporação da ideia de sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento local.

O desenvolvimento endógeno sustentável se pauta em um processo de negociação entre a população local e autoridades, que são os atores locais dentro do desenvolvimento, com base na comunidade, são facilitados pela ação de agentes como cientistas, associações civis, agentes econômicos públicos e privados. A busca pelo desenvolvimento local pode ser alcançada utilizando sistemas de gestão de recursos, processo de identificação das necessidades, e dos potenciais e também através dos métodos de utilização da biodiversidade, sempre na busca da melhoria da qualidade de vida da comunidade (SACHS, 2002).

3.2 Desenvolvimento endógeno

O desenvolvimento local coloca em destaque as características locais, fazendo com que o desenvolvimento endógeno a partir do fortalecimento, descobrimento ou do fomento de potencialidades próprias de cada local. O mecanismo gerador seria representado pela reação dos atores locais aos desafios indicados pelo aumento da competitividade e pela necessidade de utilizar responsabilmente os recursos atuais sem comprometimento daqueles que serão disponibilizados para gerações futuras, o que desencadearia o desenvolvimento endógeno.

O desenvolvimento endógeno tem seu início na década de 1970, com o começo das propostas de desenvolvimento da base para o topo. Essa forma de desenvolvimento tem por base a atuação de políticas públicas, tendo convergido para duas linhas de pesquisa: uma teórica, que explica o desenvolvimento de regiões, e outra, de caráter empírico, que surge com forma de interpretação do desenvolvimento industrial em localidades no sul da Europa (MORAES, 2003). Em termos gerais, grande teoria do desenvolvimento, a teoria do crescimento, a teoria da dependência e a teoria territorial do desenvolvimento são os pilares teóricos do desenvolvimento endógeno (BARQUERO, 2002).

No mundo da prática, o desenvolvimento endógeno, a participação da comunidade é fundamental para que sejam atendidas as necessidades e demandas da população, tendo como objetivo principal alcançar o bem-estar da comunidade nas variáveis econômica, social e cultural. Outros objetivos também são buscados como ganhos em termos de posição no sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho (BARQUERO, 2002). Esse tipo de desenvolvimento precisa dos serviços, recursos locais e capital social para o seu desenvolvimento, com ajuda entre os atores que são os capacitados por alterações nas rotas caso sejam necessários. Pode-se dizer que na visão endógena, o desenvolvimento possui dois lados: onde um é a região com seu potencial, chamado de potencial endógeno para o desenvolvimento, e, do outro lado, o Estado, com a função de dar condições de desenvolvimento (MORAES, 2003). Nessas inter-relações de cooperação dos atores locais há que se ter a geração de capital social em cada região ou localidade, que é determinante para o desenvolvimento endógeno (PIACENTI, 2009)

A teoria do desenvolvimento endógeno, o acúmulo de capital e evolução tecnológica são itens essenciais no crescimento econômico, determinando um trajeto para o desenvolvimento autossustentado, com caráter endógeno. Nessa teoria existe um rendimento crescente com relação aos fatores acumuláveis, como também um destaque aos atores econômicos, públicos e privados nas decisões de investimentos e localização (BARQUERO, 2002).

A característica básica do desenvolvimento endógeno é a mudança da atuação do estado, passando a ter uma atuação como facilitador e moderador, tendo como tarefa apoiar a criação de vantagens de localização e competitividade, promovendo também infraestrutura, serviços e financiado para as redes de empresas (PUERTAS, 1998). Nesse sentido, de acordo com Boisier (1999), o desenvolvimento endógeno depende de seis fatores da existência, do nível e da interação, estando presente em qualquer território, conforme Quadro 2.

Ordem	Fatores de Desenvolvimento	Características
1º	Os atores sociais	Estão presentes no território; ocupam posições na malha social do território;
2º	As instituições	Confeccionam o mapa institucional do território; as instituições modernas possuem: - velocidades para racionar as trocas; - flexibilidade para dar respostas às diversas demandas do entorno; - virtualidade e condição para realização de acordos de cooperação no espaço cibernético; - inteligência como capacidade de aprender com a própria experiência.
3º	A cultura	Cultura local, regional, nacional ou territorial em oposição a uma cultura universal que é discutível e incerta; como de uma ética (conjunto de normas que regem as relações entre os indivíduos do grupo, e entre este e sua base material de recursos ou meio ambiente).
4º	Os procedimentos utilizados	De caráter social que ocorrem de três formas: a) procedimento que sustenta a gestão do desenvolvimento; b) procedimento de administração do governo; c) procedimento de gerência das informações (como o governo encara seu papel como reordenador e reestruturador do fluxo entrópico de informação).
5º	O efeito ou estrutura familiar	Consiste nos recursos que se encontram no território: recursos materiais; recursos naturais; recursos financeiros e recursos humanos. Elementos psicossociais (autoconfiança coletividade, fé, associatividade, perseverança, memória histórica coletiva, desejo de acumulação e “gana de desenvolver-se”
6º	O entorno ou meio externo	Multiplicidade de organismos sobre os quais não se tem controle; possui capacidade de influência; a articulação é necessária e deve ser permanente; a articulação refere-se ao tipo de relação: conflitiva ou cooperativa e à inserção da região nos laços de decisões do Estado.

Quadro 2 - Fatores da existência do desenvolvimento endógeno

Fonte: Boisier (1999)

Por um lado, o desenvolvimento endógeno faz parte de um processo de mudança, levando a um dinamismo econômico e a uma melhor qualidade de vida das pessoas. Para que o desenvolvimento se mantenha constante e seja sustentável, devem-se usar as potencialidades, oportunizar a sociedade e viabilizar a competitividade econômica. Mas para isso não se pode esgotar os recursos naturais que são o alicerce das potencialidades e da qualidade de vida (BUARQUE, 2002). Por outro lado, é importante considerar que, com relação ao desenvolvimento econômico de características endógenas, o crescimento faz parte de um processo de desenvolvimento local, onde os fatores locais são primordiais. Assim, esse modelo de desenvolvimento econômico endógeno, pode ser fragilizado, principalmente nos segmentos industriais de médias e pequenas empresas por ter a capacidade de competição vinculada a economias externas no território. Por essa razão, é importante a concentração no potencial de crescimento endógeno como fator de dinamização (COSTA, 2001).

Em busca de equilíbrio entre fatores favoráveis e desfavoráveis, o desenvolvimento endógeno busca, a partir do território, melhorias da economia para a sociedade, sendo que para que isso ocorra, é primordial a participação dos governos regionais como gestores, na montagem de sistemas formados por atores que desenvolveram solução para os problemas (PIANCENTI, 2009). Esse autor desenvolveu etapas do processo para um desenvolvimento endógeno, conforme Figura 1.



Figura 1 - Etapas do processo para um desenvolvimento endógeno
 Fonte: Piancenti (2009)

Em processos de desenvolvimento pautados na visão do desenvolvimento endógeno, as estruturas de governança em nível territorial-regional dos planos endógenos resultam de ações dos atores públicos e privados, que, conjuntamente, fazem parte de um contexto institucional, espacial, político e cultural específico (TÁPIA, 2005). Para compreender particularidades regionais em que o desenvolvimento endógeno surge como exemplificativo em termos de dinamização urbana e rural, é importante considerar a lógica relacional que ocorrem em ambientes permeados pela cultura empreendedora e como, nesse contexto, ocorrem debates para ações de governanças com relação ao desenvolvimento local.

3.3 Cooperativismo e potenciais de desenvolvimento endógeno

Conforme Schneider (1999), em 1844, no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), 27 tecelões e uma tecelã fundaram a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale" com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano. Isso ocorreu porque os tecelões daquele bairro procuravam uma alternativa econômica para atuarem no mercado, haja vista um capitalismo ganancioso no qual eles eram submetidos devido a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e até crianças que trabalhavam até 16 horas por dia, em face do desemprego crescente advindo da revolução industrial.

A base doutrinária constituiu os princípios fundamentais do cooperativismo, ainda hoje vigentes: livre adesão; gestão e participação democrática; distribuição das sobras; juros limitados ao capital; fundo de educação; cooperação entre as cooperativas. O cooperativismo fundamenta-se, portanto, em uma doutrina cujos princípios básicos são a igualdade e a ajuda mútua. Essa forma de organização social se concretiza institucionalmente por intermédio da ação e da organização de sujeitos individuais em unidades cooperativas que, por sua vez, configuram-se como sociedades formadas por, no mínimo, 20 associados com objetivos comuns (DUARTE; WEHRMANN, 2006).

Normalmente, o cooperativismo representa nos países de estrutura capitalista um refúgio para os indivíduos economicamente fracos, permitindo-lhes, por meio do auxílio-mútuo, que operem no meio competitivo frente às imposições de grupos monopolísticos ou oligopolísticos. Nos países de estrutura socialista, o cooperativismo representa uma defesa contra os excessos da intervenção estatal (MENEGÁRIO, 2000)

O cooperativismo surge da “constatação de que a cooperação – fazer coisas junto com outras pessoas – era a melhor maneira para encontrar as soluções que interessavam a determinado grupo de indivíduos” (RICCIARDI; JENKINS, 2000, p. 58).

De modo amplo, o cooperativismo é o instrumento utilizado para se alcançar a melhoria econômica e social de um determinado grupo (RICCIARDI, 1996).

Como formas organizacionais, as cooperativas podem ser divididas em 10 tipos: serviços comunitários, consumo, trabalho, agropecuárias e/ou agroindustriais, mineração, habitacionais, produção, educacionais, crédito e especiais. Essas tipologias decorrem do campo de ação ou tipo de atividade em que operam as cooperativas (CRÚZIO, 2002).

3.3.1 Cooperativismo no Brasil

A mais antiga cooperativa no Brasil é a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 27 de outubro de 1889. Essa foi a primeira iniciativa dos trabalhadores livres, logo após a extinção do escravismo. A ideia foi criar uma espécie de banco sob a forma de sociedade anônima, mas prevendo sua expansão em caixa de assistência para a construção de casas para alugar ou vender aos sócios. Nessa primeira iniciativa também estavam presentes atividades semelhantes aos termos da Carta de Princípios, divulgada pelos Pioneiros de Rochdale, quando fundaram sua cooperativa de consumo. A partir dessa experiência inicial, diversos fatores estimularam a implantação do cooperativismo no Brasil, especialmente a abolição do escravismo e a promulgação da Constituição Republicana de 1891, assegurando a liberdade de associação (PINHO, 2004).

Com o passar dos anos, surgiram outras cooperativas, como a Cooperativa Militar de Consumo do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1894; a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco, em 1895; e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em Campinas, Estado de São Paulo, em 1897 (MENEGÁRIO, 2000).

No sul do país, no Rio Grande do Sul surgiu o ramo de crédito cooperativo em duas vertentes. A primeira, entre colonos alemães, foi liderada pelo padre suíço Theodor Amstad, a partir de 1902, que fundou a primeira cooperativa-modelo Raiffeisen, na localidade de Linha Imperial, atualmente Nova Petrópolis, e em Lageado, a primeira CREDI, do modelo Luzzatti, em 1906. A segunda vertente surgiu sob a orientação do italiano De Stefano Paterno, no contexto da ampla campanha oficial realizada pela Sociedade Nacional de Agricultura, por delegação do Governo Federal, para difundir cooperativas de modelo misto com seção de crédito (PINHO, 2004, p. 13).

O número de cooperativas começou a se elevar no Brasil a partir de 1932, principalmente do surgimento do Decreto no 22.239/32 e de campanhas divulgadas pelo Governo Federal e por alguns estaduais para estimular esse tipo de associação. Essas campanhas foram elaboradas por órgãos de assistência ao cooperativismo que, paulatinamente, iam sendo criados, sem que, no entanto, algum deles alcançasse abrangência nacional (MENEGÁRIO, 2000).

Mais recentemente, a atividade cooperativista passou a ser regulamentada pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Essa lei, no seu Art. 4º, define que:

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas partes;

III - limitação do número de quotas partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Em termos organizacionais, a cooperativa é a união de pessoas que se associam por iniciativa própria, com livre adesão, desde que os interesses individuais estejam alinhados ou não conflitantes com os objetivos gerais da cooperativa (CRÚZIO, 2002).

3.3.2 Cooperativismo no Paraná

No Paraná, os primeiros movimentos cooperativistas surgiram em 1829, com a chegada do primeiro grupo de 248 imigrantes alemães, que fundaram a Colônia Rio Negro, hoje município. Esses imigrantes já trouxeram valores e práticas da cooperação e, com base nisso, passaram a organizar a sua vida comunitária em atividades desenvolvidas em comum, tanto na prática de compra e venda de produtos quanto em suas necessidades de educação e lazer (GUAZZI, 1999).

A primeira tentativa de organização formal no Estado data de 1847, com a fundação da Colônia Thereza Cristina, pelo médico francês Dr. Jean Maurice Faivre, seguidor das ideias de Fourier (MENEGÁRIO, 2000). Faivre fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva, como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro; Entre as experiências mais importantes realizadas no terreno cooperativo está a da "Colônia Cecília", fundada em 1890, no município de Palmeira,

no Paraná, idealizada pelo agrônomo Giovanni Rossi, líder do grupo de italianos chamados de "anarquistas" (GUAZZI, 1999).

Houve, ainda, uma curiosa experiência realizada no lugar chamado SantAna, atual município de Cruz Machado, com a criação, em 3/05/1920, da Sociedade Cooperativa de Comércio "União Lavoura" pelo padre Teodoro Drapienski, com cunho político confessional (GUAZZI, 1999).

Também se constituem experiências pioneiras, as cooperativas do início do século passado, como a Associação Beneficente 26 de Outubro, fundada em 1906, por um grupo de ferroviários do município de Ponta Grossa; a Cooperativa de Caixas de Curitiba, de 1907, e a Cooperativa Florestal Paranaense, fundada em 1909 (MENEGÁRIO, 2000).

Para o cooperativismo, um fato importante foi a chegada em Carambeí, em 1911, de 450 holandeses, que fundaram a mais próspera das colônias de imigrantes. Esses imigrantes constituíram, em 1925, a Sociedade Cooperativa Hollandeza de Laticínios Batavo, que foi considerada uma cooperativa exemplar (GUAZZI, 1999).

Sob a liderança do ferroviário ucraniano Valentin Cuts, surgiram outros movimentos cooperativistas, como a Sociedade Cooperativa Svitlo (luz), em Carazinho, União da Vitória, em janeiro de 1920, e a Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda, "Liberdade", em Vera Guarani, município de Paulo Frontin, em 1930. Esta foi a primeira cooperativa registrada, conforme o Decreto-Lei 581/38, em 19/05/1942, recebendo o nº 1.

Esses movimentos cooperativistas entre imigrantes trouxeram significativo impulso ao cooperativismo estadual, com as experiências bem-sucedidas das cooperativas de colonização. São exemplos dessas cooperativas, os casos de Witmarsum, de Palmeira; Agrária, de Entre Rios, Batavo e Castrolanda, de Castro, e Capal, de Arapoti. Na atualidade, esses contextos são exemplos de comunidades rurais perfeitamente urbanizadas, economicamente prósperas e socialmente integradas às condições de vida urbano-industrial no país (GUAZZI, 1999).

O movimento cresceu a partir da década de 1920 entre madeireiros e ervateiros. Entre os anos 1930 e 1940, o Paraná contou com 40 cooperativas de mate, unidas em torno da Federação das Cooperativas de Mate Ltda. (AGROMATE). Essa união cooperativista marcou história até o declínio do setor ervateiro, quando se transformou na Rural Sul para tentar sobreviver com base na diversificação das atividades (MENEGÁRIO, 2000).

Na década de 1960, ocorreu um dos momentos marcantes do cooperativismo, quando o IBC passou a incentivar a criação das cooperativas de cafeicultores, como forma de supera-

ção das dificuldades do setor. No ano de 1964, no Paraná existiam 33 cooperativas de café. Algumas dessas cooperativas desapareceram na medida em que ocorreu o declínio da produção. O declínio do cooperativismo do café guarda uma similaridade com o que ocorreu com as cooperativas do mate (MENEGÁRIO, 2000).

Essas tentativas de fortalecimento do cooperativismo paranaense tiveram grande impulso ao cooperativismo na década de 1970, com a formação dos projetos de desenvolvimento cooperativo. Esses projetos nasceram da mobilização de agricultores e da integração de órgãos ligados ao cooperativismo, como o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) (MENEGÁRIO, 2000).

O objetivo dos projetos foi rediscutir a forma de atuação das cooperativas, pois alguns municípios tinham mais de uma cooperativa operando em concorrência. Essa concorrência tendia a enfraquecer as cooperativas locais enquanto em outros municípios elas inexistiam. Os projetos foram desenvolvidos em três etapas em regiões diferentes. O Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC) foi iniciado em 1971 para reorganizar o sistema no Oeste e Sudoeste. O Projeto Norte de Cooperativismo (Norcoop) foi implantado em 1974 para reorganizar as cooperativas da região Norte do Estado e o Projeto Sul de Cooperativismo (Sulcoop) foi iniciado em 1976 para reorganizar cooperativas da região Centro-Sul. No decorrer do primeiro projeto surgiu a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), em 1971, com objetivo de apoiar a execução dos projetos (MENEGÁRIO, 2000).

Esses projetos, cobrindo todo o Estado, propiciaram um contato mais efetivo entre produtores e cooperativas e destas entre si, via organização de comitês educativos e integração horizontal e vertical, despertando o cooperativismo para o espírito empresarial (GUAZZI, 2000). Em termos atuais, foram, portanto, implementadas estruturas de governança multinível para organizar e administrar todo o sistema de cooperativas paranaenses, que vigora até a atualidade.

A integração possibilitou uma participação mais efetiva das cooperativas na atividade econômica, em função da agregação dos interesses dos produtores para a economia de mercado. Isso levou as cooperativas a montarem a infraestrutura básica para o atendimento da produção, de fundamental importância para o início da integração e, como consequência, da agroindustrialização. Assim, a partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a se preocupar com a montagem do complexo agroindustrial, não se

conformando com as condições de meras repassadoras de matéria-prima às indústrias (GUAZZI, 2000).

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia se constitui na fase em que se define onde e como será realizada a pesquisa. A pesquisa, por sua vez, é definida com um conjunto de ações propostas para encontrar a solução para um problema. Essa busca de solução tem por base procedimentos racionais e sistemáticos (SILVA; MENEZES, 2011, p. 32).

Como se trata de trabalho desenvolvido no âmbito das ciências sociais aplicadas, é necessário abordar um problema real vivido em determinado contexto da vida. Por isso, trata-se de “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p.32).

Quanto à forma de abordagem, o estudo segue a linha da pesquisa qualitativa que, de acordo com Richardson et al. (2011), tem como objetivo a compreensão detalhada de aspectos referentes à conduta humana, podendo descrever a complexidade de um problema, analisar a interação de diferentes variáveis, compreender e classificar processo dinâmicos vividos por diferentes grupos, contribuir no processo de mudança de determinado corpo social e possibilitar o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

O objetivo do estudo levou ao desenvolvimento de uma pesquisa exploratória, pois como conceitua Gil (2010), existe a intenção de proporcionar maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais compreensível ou elaborar hipóteses. Constitui um estudo bastante flexível, pois envolve analisar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno investigado.

Para Köche (1997, p. 23), “o homem é um ser jogado no mundo, condenado a viver sua existência. [...] tem que interpretar a si e ao mundo em que vive, atribuindo-lhes significações”. Nessa concepção surge da necessidade de o homem não assumir uma posição passiva, sem poder de ação ou controle de si mesmo; mas propor um estudo que leve a visão crítica de desvelar o mundo e compreendê-lo, para então transformar a teoria em prática. Portanto, embora seja uma prática teórica, vincula pensamento e ação.

Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 1994).

Nessa busca, Lênin (1965 apud MINAYO, 1994, p. 16) defende que o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ocupa lugar central no campo das teorias, apontando que “o método é a alma da teoria”, uma articulação entre conteúdo, pensa-

mentos e existência. A metodologia, portanto, inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade, onde abordagem, teoria e metodologia caminham juntas.

Como estratégia de pesquisa, foi utilizado o estudo de caso, nos moldes definidos por Yin (2001). Essa abordagem busca extrair conhecimentos a partir de problemas práticos enfrentados em contextos reais vividos, baseando-se em métodos exploratórios e em técnicas bibliográficas e documentais, com fontes constituídas por livros, artigos técnico-científico, trabalhos acadêmicos, documentos institucionais e legislação, dentre outras – para compreender com profundidade a natureza de fenômenos de interesse da ciência.

Como delineamento inicial da pesquisa, optou-se em desenvolver um trabalho de pesquisa bibliográfica, que, para Gil (2007), é um estudo feito a partir de materiais existentes e que permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos amplos que se pode pesquisar diretamente. Para confrontar a realidade estudada com as discussões teóricas desenvolvidas foi realizado um levantamento documental histórico com fins de explicitar o contexto em que e como políticas públicas e estratégias de gestão urbana foram realizadas na cidade Medianeira, no Paraná, com reflexos no seu desenvolvimento endógeno.

Em um terceiro momento, para assegurar uma possibilidade de triangulação de pontos de análise, ou seja, confrontação entre teoria, base documental e relatos orais – foi aplicada uma entrevista não estruturada com atores com atuação social e política no desenvolvimento da cidade, desde a sua fundação.

Entrevista não estruturada, conforme Richardson et al. (2011) é também chamada de entrevista em profundidade. Em vez de responder perguntas por meio de diversas alternativas pré-formuladas, busca-se obter do entrevistado aspectos de maior relevância no ponto de vista do mesmo, para determinado assunto.

Após a realização das entrevistas com os representantes de diversos segmentos da cidade, procedeu-se, cuidadosamente, às suas transcrições, para então, dar início à análise de conteúdo. Na visão Richardson et al. (2011, p. 224) “a análise de conteúdo é utilizada para estudar material de tipo qualitativo (aos quais não se podem aplicar técnicas aritméticas)”. Os autores destacam que se deve fazer uma leitura para organizar as ideias incluídas, para, na sequência, analisar os elementos e as regras que as determinam. As fases de análise, de acordo com Bardin (1979 apud RICHARDSON et al., 2011) organizam-se cronologicamente em: pré-análise; análise do material; tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Para a análise documental foi utilizada a técnica chamada análise de discurso e para a análise das entrevistas, depois de transcritas, foi utilizada a técnica denominada análise de conteúdo.

Com base nos objetivos específicos foram estipuladas fases e procedimentos metodológicos da pesquisa, conforme Quadro 3.

Fase da Pesquisa	Objetivos Específicos	Procedimento Metodológico
Exploratória	Objetivo I – desenvolver um referencial teórico-conceitual que associe de modo consistente e coerente os fundamentos sobre gestão e planejamento urbano com sistemas de governança que pautam políticas públicas para o desenvolvimento municipal endógeno;	Busca indireta de informações por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos técnico-científico, trabalhos acadêmicos, documentos institucionais e legislação para compreender com profundidade a natureza do caso estudado.
Exploratória Análise de conteúdo	Objetivo II – determinar os mecanismos de gestão utilizados para o planejamento municipal que potencializaram o desenvolvimento do município de Medianeira e o situaram como um emergente polo regional.	Busca indireta por meio de análise histórica de fatores de organização para desenvolvimento do município de Medianeira Busca direta por meio de levantamento de campo referente à forma de desenvolvimento do município.
Exploratória Análise de séries históricas de indicadores	Objetivo III – Realizar levantamento de indicadores sociais e econômicos que auxiliem na identificação dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento endógeno de Medianeira	Levantamento de indicadores do IDH-M, da formação do Produto Interno Bruto Municipal, do perfil de empregos.
Exploratória Análise de conteúdo Análise do discurso	Objetivo IV – identificar por meio dos atores quais os fatores de maior relevância para potencializar o desenvolvimento endógeno de Medianeira (PR)	Busca direta meio da pesquisa qualitativa de campo, por meio de entrevistas não estruturadas com os atores selecionados (indivíduos notáveis da cidade de Medianeira)
Exploratória Análise de conteúdo	Objetivo V – Avaliar a influência do cooperativismo no crescimento do município de Medianeira	Busca por meio de informações dos relatórios anuais o crescimento das cooperativas, bem como o respectivo aumento no número de empregos, influenciando, assim, o desenvolvimento da cidade.

Quadro 3 - Fases, objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa

Fonte: o autor (2017)

No Quadro 4 são apresentados os atores públicos e privados que, cada um pertencendo a diferentes segmentos da sociedade, detêm conhecimentos importantes sobre o desenvolvimento do município de Medianeira. Esses atores foram elencados de acordo com a influência que têm nos seus respectivos ramos de atuação e no contexto político municipal.

Atores	Segmento de atuação
A	Ex-prefeito por três mandatos e pioneiro
B	Historiador
C	Prefeito
D	Empresário do setor imobiliário
E	Historiadora e pioneira
F	Arquiteta municipal

G	Diretor Executivo de uma cooperativa
H	Secretária de Ação Social
I	Presidente de Cooperativa

Quadro 4 - Atores públicos e privados entrevistados

Fonte: o autor (2017)

CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O município de Medianeira está localizado no Oeste Paranaense e possui superfície total 314,632 km², que 0,2% da área do Estado. Em 2010, a população residente era de 41.817, sendo 37.390 (89%) urbana e 4.427 (11%) rural. A população estimada para 2016 era de 45.239. Considerando as proporções do último censo, teria 40.262 residentes na área urbana e 4.977 na área rural (IBGE, 2017). A cidade de Medianeira está situada a 580 km de Curitiba, que é a Capital do Estado do Paraná. Ao norte, o município limita-se com os municípios de Missal, ao Oeste faz fronteira com São Miguel do Iguaçu, ao sul com o município de Serranópolis do Iguaçu e ao leste com o município de Matelândia (PMC Medianeira, 2017).



Figura 2 - Localização geográfica de Medianeira

Na sequência, em primeiro momento, é feita a apresentação de dados e informações para caracterizar o surgimento e a evolução histórica do município de Medianeira, indicando alguns traços marcantes do seu desenvolvimento até o final da década de 1980. Isso será importante para, na sua história, identificar marcos importantes para o seu desenvolvimento, principalmente sedimentados a partir de políticas públicas locais. Em seguida são analisados dados econômicos e sociais que espelham o desenvolvimento urbano e rural do município entre as décadas de 1990 e 2010. Finalmente, são avaliados os principais indicadores e eventos que dão indicativos dos fatores endógenos que mais favorecerem o desenvolvimento do município.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDEDORISMOS DOS FUNDADORES

O cenário do desenvolvimento econômico de uma região tem influência nos deslocamentos populacionais em que a migração é importante fator (RIPPEL, 2005).

No caso da ocupação da região Oeste, o processo ocorreu em quatro etapas. A mais antiga foi a ocupação pelos índios que se espalhavam também por todo o território do continente sul-americano. A presença desses grupos indígenas, como Xetá, Kaingang e Guarani, foi notada em momento mais recente da colonização, fazendo com que essa população fosse mais uma vez reprimida. A segunda etapa ocorreu com presença dos padres jesuítas espanhóis, que desenvolveram várias reduções (missões) pelo território. Esses aldeamentos indígenas, apesar de destruídos na primeira metade do século XVII pelos bandeirantes paulistas, conservaram forte a presença espanhola na região. Na terceira etapa, ocorrida entre 1881 e 1930, que corresponde à introdução do sistema das *Obrages*¹ entre Foz do Iguaçu e Guaíra, cujo objetivo principal era a exploração extrativista da erva-mate e da madeira. A quarta etapa aconteceu principalmente pela atuação das empresas colonizadoras que efetivaram a colonização moderna do Oeste paranaense (PRIORI et al., 2012).

1.1 Colonização do Oeste Paranaense

No processo de colonização do Oeste do Paraná, destacou-se a ocupação majoritária por migrantes de origem italiana e alemã, originários dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As condições favoráveis para o desenvolvimento da agricultura motivaram a ocupação da região, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial (1930-1945), quando ficou evidente que alguns setores do país necessitavam ser ampliados. Entre esses setores estava a industrialização, a indústria de base e a criação de uma fronteira agrícola forte (PRIORI et al., 2012). Durante esse período, o extremo oeste do Paraná foi colonizado, em sua maioria, por descendentes de europeus. Essa região constitui em uma das áreas mais ricas do país por ser uma região de solo fértil (LIMA, 2004) e “a partir da colonização, ou seja, das décadas de 30, 40 e 50, a região passou a oferecer uma vida digna para aqueles que chegavam procurando trabalho e terra para produzir. Estas eram férteis e proporcionavam abundantes colheitas” (LIMA, 2004, p. 110).

¹ Eram grandes áreas de terras concedidas pelo governo brasileiro a algumas empresas do exterior (argentinhas e inglesas) para a extração de erva-mate e madeira no Oeste do Paraná.

Até as duas primeiras décadas do século XX, algumas regiões do Paraná ainda não haviam se integrado aos centros de decisão política e econômica do Estado. A conquista e a ocupação do Oeste do Estado foram impulsionadas no início da década de 1940, sob a perspectiva da busca do desenvolvimento e progresso do país, fomentada, sobretudo, pelo ideal politizado da ‘Marcha para o Oeste’, ocorrida entre 1930 e 1945, no governo de Getúlio Vargas (PRIORI et al., 2012). Essa política territorial do Estado Novo está relacionada com processo de ocupação do oeste e extremo oeste do Paraná, principalmente a colonização e ocupação da fronteira (LIMA, 2004, p. 111).

Como política de controle na fronteira do extremo oeste foi substituída a exploração da erva-mate e da madeira pelo trabalho de imigrantes que chegaram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Isso deu início a uma nova fase de povoamento, com a participação de companhias colonizadoras particulares. Essas companhias estimularam a entrada de agricultores descendentes de alemães e italianos para instalação na terra e diversificação das atividades econômicas. Esses agricultores eram de origem sulista, por serem originários do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e o interesse neles estava por dominarem a tecnologia agrícola e por possuírem recursos para a aquisição de lotes (LIMA, 2004). Pelo lado dos pioneiros que se estabeleceram em Medianeira, havia determinação e persistência, como sugere o seguinte relato:

Acredito que esse é o principal espírito que norteou o nosso crescimento, pois [...] os pioneiros quando vieram para Medianeira, sabiam que nunca mais iriam voltar porque aqui seria o seu lar, diferente de outras cidades em que as pessoas compraram as terras somente para investir. Foram atraídos pela terra fértil, pelas serrarias. A região foi colonizada por pessoas inteligentes (Entrevistado A).

No caso específico da região oeste, os seus momentos iniciais de desenvolvimento passaram ou derivaram de estratégias de quatro colonizadoras, que receberam dos governos federais e estaduais a autorização para a aquisição e comercialização das glebas. Essas colonizadoras foram: a Industrial Madeireira Rio Paraná (Maripá), a Rio Paraná, a Norte do Paraná e a Pinho e Terras (RIPPEL, 2005). Esta última pertencente aos senhores Alfredo Paschoal Ruaro, Alberto Dalcanale e Luiz Dalcanale (PIERUCCINI; TSCHÁ; IWAKE, 2017).

A venda de lotes, tanto urbanos como rurais, ocorria de forma planejada, dado que

os lotes coloniais, medindo em torno de 25 hectares, formariam perímetros de área diferentes de acordo com o relevo e a hidrografia. Ao redor dos núcleos populacionais foram criados lotes de 2,5 hectares, chácaras destinadas ao cultivo de hortigranjeiros. Internamente, os núcleos populacionais urbanos (vilas e cidades) seriam divididos em quarteirões, medindo geralmente 100 x 100 metros, ou seja, 10.000 metros

quadrados (um hectare), contando cada quarteirão com 10 lotes de 100 metros quadrados (MYSKIW, 2002, p. 67 apud PRIORI et al., 2012).

A formação da cidade de Medianeira possui uma história bastante particular em relação aos 499 municípios paranaenses, embora não seja exclusiva daquela cidade. Essa particularidade é representada por ter origem em um negócio imobiliário privado que, primeiramente, concebia, planejava e criava a infraestrutura básica da cidade e, posteriormente, fazia a venda dos terrenos do empreendimento. Ressalvadas as particularidades legais, o negócio em si, pode ser comparado com os empreendimentos atuais de concepção e implantação de condomínios de residências ou condomínios de chácaras em grandes cidades brasileiras, como, por exemplo, Curitiba.

1.2 Origens e fundação de Medianeira

A empresa Pinho e Terras começou a buscar “conhecidos” no Rio Grande do Sul e Santa Catarina para ajudar no empreendimento, sendo que cada convidado deveria fundar uma colonizadora. Assim, surgiram em Matelândia, a Colonizadora Matelândia Ltda (Benjamin Biazus e Santo Zanquet); em Medianeira a Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda (Pedro Soccol e José Callegari); em São Miguel do Iguaçu a Colonizadora Gaúcha Ltda (Arlindo Cavalca e Benevenuto Verona); em Santa Terezinha do Itaipu a Colonizadora Criciúma Ltda, (Flávio Dalbó); em Céu Azul a Pinho e Terras Ltda, (Alfredo Paschoal Ruaro, Emílio Gomes e Reinaldo Biazus) em Palotina a Pinho e Terras, com procuração da Braviaco (Francisco Zardo) (MARIN, 2013). A principal motivação dos colonizadores é que “ quando José Calegari e Pedro Soccol vieram para Medianeira eles se encantaram com as terras, que eram planas. [...] os colonizadores tinham uma ideia de que essa seria uma terra produtiva” (Entrevistado E). Isso, certamente definiu, de início, a vocação agrícola do município e, conseqüentemente, o tipo de desenvolvimento que ocorreria no espaço urbano.

A cidade de Medianeira foi fundada pela Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda, de Pedro Soccol e José Callegari, em 24/10/1951, com a realização de uma missa com os colonizadores e pioneiros (MARIN, 2013). No Quadro 5 consta uma narrativa sobre os momentos iniciais da fundação da cidade de Medianeira.

Em 27 de maio de 1949, partia rumo ao oeste paranaense uma caravana de 20 homens, interessados na venda de uma gleba de terras localizadas entre Matelândia e São Miguel do Iguaçu. Os componentes da caravana vinham de vários municípios do Rio Grande do Sul, como Bento Gonçalves,
--

Guaporé e Veranópolis.

Em 29 de setembro do mesmo ano, foi realizada uma reunião para a Formulação dos Estatutos da Assembleia e organização de uma sociedade por quotas limitadas. A sociedade teria como denominação social: Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda. e sua finalidade seria: (a) Explorar o ramo de colonização e loteamento de terras; (b) Extração, industrialização e comércio de madeira em geral; (c) Iniciativas agrícolas de qualquer natureza, bem como tudo quanto mais possa interessar.

Determinada a localização de Medianeira, foi procedida a primeira derrubada e localizados os piquetes da então BR 37, atual BR 277. Escolheu-se o local da avenida central, estabelecendo-se que a futura cidade teria 2 km ao correr da Estrada Federal e 2 km rumo ao sul, havendo um pequeno aumento de área pela inclinação da estrada na passagem pelo perímetro urbano.

Segundo Pedro Soccol, "quase um ano depois da constituição da sociedade, conhecemos de passagem, a área que idealizamos colonizar, onde fundaríamos a cidade de Medianeira, a Vila Flor da Serra e o núcleo Espigão do Norte".

"Enfim, Medianeira tomava forma, pronta para receber novas etapas de sua evolução, com um povo apto a realizá-las. Demos plena liberdade de crescimento, livre de opressões e, enquanto foi nossa tarefa, atendemos com toda dignidade. A propaganda foi intensa na arte da divulgação do oeste do paranaense".

Como norma, a Colonizadora deu ênfase à proteção humana, partindo da premissa do melhor bem-estar, que era a formação de um núcleo central que oferecesse condições mínimas de habitação e convivência entre os diferentes elementos que formavam Medianeira, no intuito de congregá-los e dar-lhes homogeneidade, partindo daí para a colonização da área rural.

Pedro Soccol entregou sua pretensão ao agrimensor Paim, traçando um "Xis" no projeto e indicando as demais avenidas, todas com 30 m de largura e as ruas com 20 m. Com isso pensou que o plano urbano estaria perfeito para as condições de tráfego e as quadras obedeceriam ao padrão de 100 x 100 m, menos nas diagonais, com corte nos cantos e na frente da Rodovia Federal com aludida inclinação. Assim, o ponto zero foi estabelecido no encontro do centro da hoje Av. Brasília, com o centro da BR 277 e lançadas linhas de 1 km nos rumos leste e oeste.

De acordo com Pedro Soccol, "Mais tarde, com a penetração na mata, formamos a vila de Flor da Serra e a sub-sede Espigão Norte, com a finalidade de facilitar a vida das famílias da zona rural".

As culturas básicas da época foram o milho, trigo, arroz, feijão, com ensaios no algodão e café, estas desconhecidas do pessoal do sul.

Formavam-se pequenos "potreiros", com grama jesuíta, mais tarde ampliadas com outras espécies.

Quadro 5 - Narrativa sobre a fundação da cidade de Medianeira

Fonte: Pieruccini et al (2017)

Nesses momentos iniciais da fundação da cidade de Medianeira nasciam um dos seus maiores patrimônios atuais: o espírito cooperativista. Essa característica cultural que caracteriza um dos fatores de desenvolvimento endógenos nucleares da cidade e do município de Medianeira é apontado, por exemplo, pela entrevistada "E". Segundo a entrevistada, nos momentos iniciais da ocupação da cidade e do município, demonstrou ser forte a cooperação dos moradores, pois "[...] cada família que chegava ao novo destino era bem recebida e auxiliada pelos que ali estavam. A construção das moradias era num sistema de mutirão. Tanto é que

quando uma casa era terminada, por iniciativa de Pedro Soccol, era realizada uma festa, com baile. Daí a ideia do nascimento do Clube Recreativo União Medianeirense”.

1.3 O plano urbano de Medianeira e sua venda

O projeto inicial da cidade consistia em um quadrado com dimensões de dois quilômetros ao longo da então BR 37, atual BR-277 e outros dois quilômetros ao Sul. Em cada canto do quadrado estavam inseridas 16 quadras de 100x100 metros, distanciadas por vias de 20 m e avenidas de 30 m. A cada 4 quadras, havia uma avenida de 30 m de largura, utilizadas para facilitar o escoamento de tráfego. Este projeto inicial sofreu duas mudanças: a primeira mudança foi a adição de quadras, também com 100x100m, ao Norte da rodovia federal. Estas quadras acompanham a harmonia criada pelo quadrado inicial e, portanto, estão dispostas ao longo de todo o espaço em que a rodovia está inserida dentro do Perímetro Urbano de Medianeira, ou seja, 2 km; a segunda alteração foi proposta pelo pioneiro Pedro Soccol. Sua mudança consiste na adição de um “X” no projeto ligando as arestas do quadrado. Estas ligações são atualmente conhecidas como diagonais, e possuem os nomes dos pioneiros da cidade (PIERUCCINI; TSCHÁ; IWAKE, 2017).

“Pedro Soccol planejou a cidade, determinando os locais onde seriam construídas escolas, igreja, e outros equipamentos públicos” (Entrevistado E). Um ponto importante a ser destacado é que a cidade resultou do empreendedorismo dos fundadores associado com conhecimentos técnicos de urbanismo, pois Pedro Soccol tinha formação um curso de urbanismo. Na concepção da configuração territorial, o projetista justificou a utilização a forma em “X” para facilitar o acesso das pessoas ao centro da cidade.

O plano de urbanização descrito no Quadro 5 tomou a forma expressa pela Figura 3.



Figura 3 - Mapa original da cidade de Medianeira
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Medianeira – PR

Os colonizadores doaram uma quadra no centro da cidade para a instalação da Igreja Matriz, uma quadra que foi doada para uma Congregação de Irmãs Religiosas, para a instalação de uma escola e uma quadra para instalação de um hospital. Na planta original existem outras quadras destinadas para instalação de igrejas e escolas. Isso era usado como propaganda que circulava nos jornais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (MARIN, 2013). Como medida de incentivo para que pessoas fossem atraídas para a nova comunidade, por exemplo, “[...] os colonizadores criaram um frigorífico para que os produtores tivessem renda” (Entrevistado E).

Para atrair futuros moradores, as colonizadoras doaram terreno para a construção da Igreja. A Congregação de Freiras de Caridade também recebeu dois terrenos destinados à construção de um hospital e uma escola. Também, para estimular o comércio, cederam lotes em segmento perpendicular à Rodovia, na direção da praça central, que não é localizada na margem da rodovia, como acontece em outros municípios vizinhos. Essa doação foi feita para estimular o comércio, com serviços básicos, como, mercado(mercearia), padaria, farmácia, material de construção, bancos, imobiliárias, lojas de vestuário, entre outros. Com isso, a Avenida Brasília se tornou a via mais importante até nos dias de hoje, concentrando os principais negócios, como por exemplo, os bancos.

É relevante também considerar o planejamento das propriedades ao redor da cidade, que foram divididas em lotes de 1 (um) alqueire, para estimular possíveis migrantes que moravam em zonas rurais e não pretendiam morar na cidade e também não tinham muito recurso para adquirir grandes áreas. Ali poderiam ter sua criação, sua horta, morando perto da cidade. Isso ajudou no desenvolvimento da cidade, mas em contrapartida, criou um cinturão ao redor do eixo central.

Como se pode observar na Figura 4, na periferia do perímetro urbano da cidade, foram projetadas pequenas propriedades rurais de 1 (um) alqueire, que eram destinadas às pessoas com a finalidade de residirem nesse tipo de propriedade. O planejamento das propriedades ao redor da cidade, que foram divididas em lotes de 1 (um) alqueire, teve como finalidade estimular possíveis migrantes que moravam em zonas rurais, que não pretendiam morar na cidade ou que não tinham recursos suficientes para a aquisição grandes áreas. Nessas chácaras, portanto, poderiam ter a sua 'criação' e horta e, ao mesmo tempo, morando próximos da cidade. No futuro essas chácaras viriam a trazer problemas para a expansão organizada da cidade, principalmente com regularização áreas de ocupação irregular.

A criação das chácaras no entorno da cidade ajudou no desenvolvimento inicial da cidade, mas, em contrapartida, ao criar um cinturão ao redor do eixo central gerou problemas futuros para a gestão territorial urbana. Na prática, o crescimento original tendeu a não seguir o mesmo padrão concebido, avançou com tamanhos de quadras e largura das ruas diferentes. Isso ocorreu principalmente no período anterior a 1992, quando foi implantado o plano diretor. Naquela época, os loteamentos eram criados sem infraestrutura mínima e planejamento.

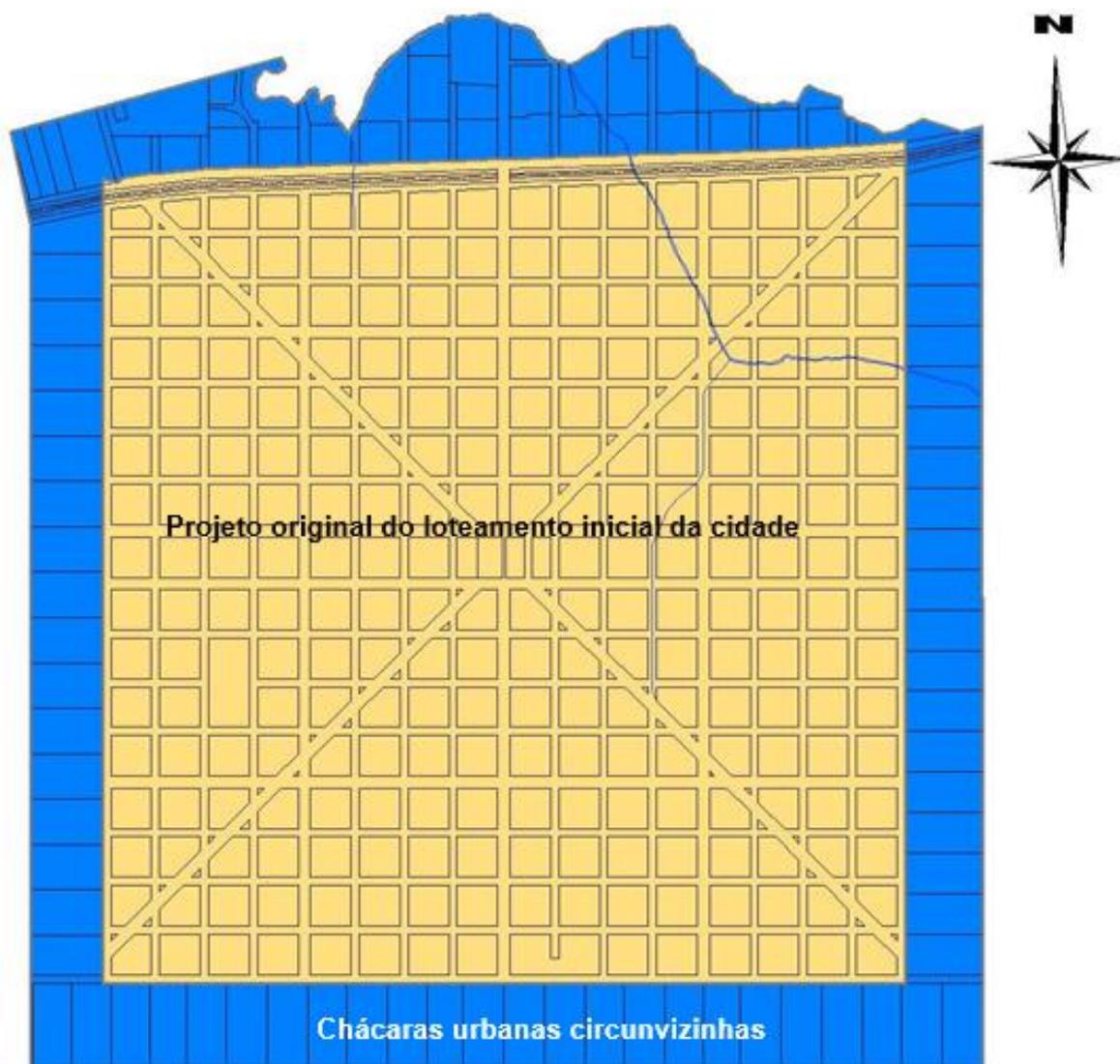


Figura 4 - Projeto loteamento original e chácaras urbanas circunvizinhas
Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira

A cidade, como produto imobiliário, passou, então, a ser divulgada no sul do país, a exemplo da propaganda publicada no jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, e do Correio Riograndense, de Caxias do Sul, de 1953, conforme Figura 5.

ESTA É UMA DAS PUBLICIDADES QUE O "CORREIO DO POVO", DE PORTO ALEGRE E "CORREIO RIOGRANDENSE", DE CAXIAS DO SUL, EM 1953, EXALTAVAM O RECAN-TO OESTINO — MEDIANEIRA.

CIDADE MEDIANEIRA

PROPRIEDADE DA INDUSTRIAL E AGRICOLA BENTO GONÇALVES LTDA.

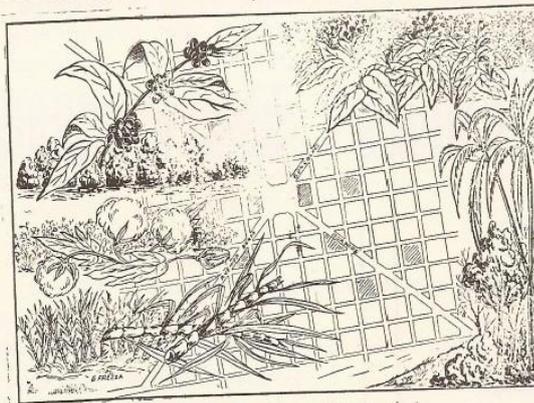
Ào Interessado que instalar uma SERRARIA com capacidade mínima de produzir 12 dúzias diárias, **doamos uma chácara com 28.750 m. q.** e os lotes urbanos para construção das casas necessárias ao pessoal que desenvolverá serviços na mesma.

Ainda, doaremos todas as madeiras existentes no perímetro urbano da futura Cidade. EXISTEM SOMENTE MADEIRAS DURAS.

Endereço:
END. TELEGR.: "INGRA" — Caixa Postal n.º 14
MEDIANEIRA — Foz de Iguaçu — PARANÁ

VALORISE SEU DINHEIRO
Adquirindo Lotes Urbanos na Futurosa Cidade Medianeira — Paraná

Necessita-se de Agentes. — Queiram se apresentar com credenciais.



PLANTA DA CIDADE MEDIANEIRA

AS MELHORES TERRAS para todas as culturas, principalmente:

CAFÉ — ALGODÃO — FUMO — CANA DE AÇÚCAR — ARROZ — MILHO — TRIGO, etc. etc. etc.

TERRAS QUE CONTAM COM

— Grandes Palmitais —

JÁ FOI INICIADA A VENDA DE LOTES URBANOS

A EMPRESA AVISA QUE FORNECERÁ ESCRITURAS no ato do negócio.

Para maiores detalhes e informações tratar no ESCRITÓRIO de BENTO GONÇALVES com o senhor:

JOSE CALEGARI

à Rua Marechal Deodoro n.º 172 BENTO GONÇALVES — Rio Gr. do Sul

Figura 5 - Divulgação da venda de lotes na cidade de Medianeira (1953)

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Medianeira – PR

No processo de formação da cidade, chama a atenção que o contexto urbano já partiu da instituição de um planejamento urbano formal. A particularidade, como já comentado acima, é que esse planejamento, diferente do que ocorre na atualidade, resultou de iniciativa de empreendedores do setor privado, não de iniciativa do poder público. Outro fator diferenciador entre aquela realidade passada e a atual é representado com a finalidade de demonstrar as condições favoráveis que seriam obtidas pelos moradores que decidissem por investir na cidade. Na atualidade, o plano diretor tem mais por finalidade tentar resolver problemas urbanos; logo, serve mais como mecanismo de controle sobre a utilização de espaços da cidade do que de incentivo para atrair pessoas interessadas em residir ou desenvolver seus negócios na cidade.

Depois da fundação, Medianeira passou por período de estagnação em função de indefinições políticas nos âmbitos federal e estadual, o que gerou incertezas e insegurança quanto à propriedade das terras pelos colonizadores, conforme relatos trazidos no Quadro 6.

Segundo José Calegari, a colonizadora reduziu o ritmo de construir por falta de licença Federal e Estadual, pela indefinição do traçado da BR 277, não queríamos que acontecessem erros. Assim, esperamos mais tempo para que se tornasse uma cidade verdadeira e livre, de acordo com o plano de ordem e progresso.

Edmundo Carlos Biesdorf, relatou que: “No meio de muitas chegadas de migrantes a Medianeira, houve um tempo em que a cidade parou. De 1954 a 1957, praticamente ninguém chegou aqui, só houve saídas. A crise deveu-se a conflitos de terras – “grilos”. Com as notícias do que ocorria por aqui, o povo do Sul, receoso, deixou de migrar. Na área da Colonizadora, não houve problemas, mas nas proximidades sim. Em Jardinópolis e na divisa do Rio Ocoy, principalmente, ocorreram vários conflitos. Muitas mortes em tocaias aconteceram até que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) regularizasse a situação.

Conforme Isaias Berta: ”A nossa fonte de renda eram as plantações de milho e feijão, a criação de suínos. No segundo ano plantamos café. Os mantimentos eram tirados da própria agricultura. Só a carne era de caça”.

Quadro 6 - Narrativa dos momentos iniciais do desenvolvimento de Medianeira

Fonte: Pieruccini, Tschá e Iwake (2017)

O desmembramento de Foz do Iguaçu e elevação à condição de Distrito ocorreram pela Lei nº 99/52, de 31/07/52, e a Município, pela Lei Estadual nº 4245, de 25/07/1960. O município foi instalado oficialmente em 28 de novembro de 1961 (MARIN, 2013). Localizado no extremo oeste do estado do Paraná, o município recebeu esse nome por dois motivos: pela intenção de um grupo de colonizadores de homenagear Nossa Senhora Medianeira, de quem eram devotos, e por Medianeira significar “mediana”, ou seja, o meio entre São Miguel do Iguaçu e Matelândia, municípios vizinhos que nasceram na mesma época (CLICK MEDIANEIRA, 2014).

O trecho trazido Quadro 6 acima expressa a obstaculização para o desenvolvimento da cidade decorrente da falta de articulação entre os sistemas de governança local então existentes e o responsável pela condução de políticas públicas de infraestrutura viária federal e de controle estadual. Isso é representativo da falta de um sistema de governança multinível que, a partir do planejamento e da comunicação entre os entes federais, estaduais e municipais, assegurasse um mínimo de confiança para que empreendedores locais conduzissem seus negócios em benefício da própria comunidade. Esse relato traz também outro problema que, com diferente intensidade, expressa preocupação para grande parte dos brasileiros: o problema da segurança pública e da falta de segurança jurídica quanto à propriedade da terra.

1.4 Contextos e características marcantes do desenvolvimento inicial de Medianeira

Neste ponto é importante destacar que uma particularidade marcante do desenvolvimento dessa região é que teve seus momentos iniciais resultante da atividade empreendedora de organizações privadas do setor imobiliário. Essas organizações fomentadas por política pública estadual adquiriram grandes áreas de terras do governo federal e do governo estadual, subdividiram-nas e implementaram infraestruturas iniciais. Isso, portanto, pode ter refletido,

de algum modo, na própria formação das populações locais iniciais, pois, diferentes de cidades tradicionais, não surgiram espontaneamente. Os agrupamentos foram formados a partir de atividades negociais entre empreendedores imobiliários e os residentes-compradores de terras.

Outro ponto de destaque diz respeito à formação de sociedades constituídas por capitalistas empreendedores de outros estados que alocaram seus recursos para construção das bases iniciais da infraestrutura colonial e dos respectivos centros urbanos. Em termos econômicos, portanto, os recursos iniciais foram alocados de fontes exógenas, atraídas por potencialidade de desenvolvimento local vinculadas principalmente a atividades agrícolas.

Quanto ao modo de organização, também chama a atenção que a cidade de Medianeira e as de sua circunvizinhança tiveram suas concepções e gestões iniciais com base em planos privados de divisão do solo e de disposição de equipamentos públicos (escola, igreja, hospital, entre outros). A emancipação política somente viria anos após as suas fundações e de tentativas de encontrar meios de autodesenvolvimento na condição de distrito e, finalmente, com emancipação para assumir o status político-administrativo de município. É este, portanto, o ponto inicial quando se busca compreender as influências institucionais para avaliar a natureza e o desenvolvimento de variáveis ou dimensões do desenvolvimento endógeno local.

Outro fator importante nessa fase do desenvolvimento de Medianeira foi “o espírito comunitário que sempre predominou desde o início porque quando se construía uma casa, em regime de mutirão, depois comemoravam com uma festa. Acabava unindo mais as pessoas. Foi a raiz do cooperativismo. [...] Medianeira cresceu com a união do povo, principalmente devido à cooperativa. [...] os clubes de serviço foram o alicerce para o crescimento da cidade (Entrevistado E). Nesse mesmo sentido, o Entrevistado B afirma que, nos momentos que se seguiram à formação da cidade, “[...] a essência do crescimento de nossa cidade foi o cooperativismo. “[...] As cooperativas, no caso de Medianeira, pela sua grandiosidade exercem funções sociais e de geração de emprego, de riquezas, que em outros municípios recaem na maioria das vezes, sobre o poder público”.

Na Figura 6 constam os nomes dos prefeitos e vice-prefeitos de Medianeira, bem como o tempo de suas respectivas gestões.

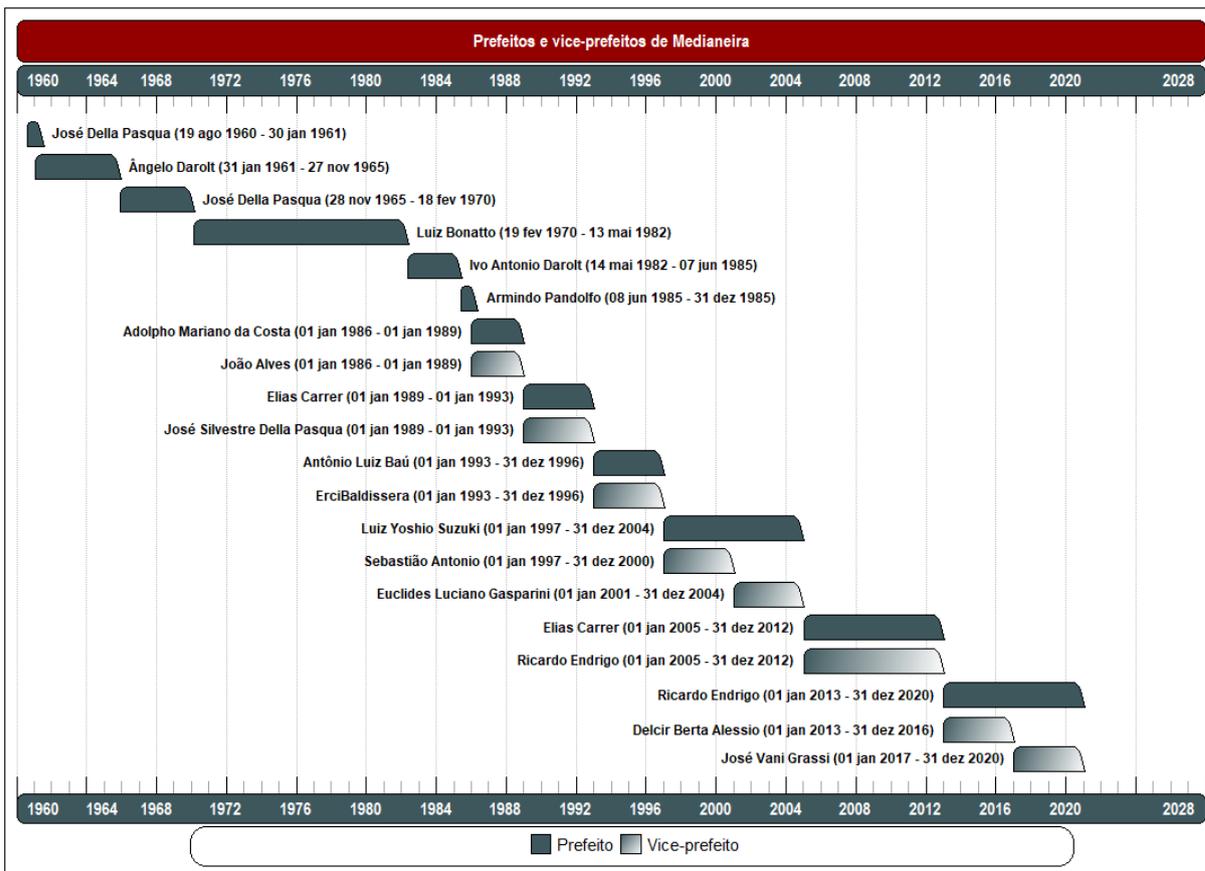


Figura 6 - Prefeitos de Medianeira (1960 - 2020)

Na Figura 6 chama a atenção que, até o ano de 1985, não havia vice-prefeito, pois vigorava no Brasil a indicação dos prefeitos pelo governador do Estado. Nota-se também que, desde 2004, em Medianeira, os prefeitos têm sido reeleitos. No município, destacam-se historicamente os Prefeitos José Della Pasqua no início da história do município, ocupando dois mandatos seguidos; e Luiz Bonatto, por ter ocupado o cargo de prefeito por 12 anos consecutivos. Na atualidade, pelas relações indicadas em tal figura, destaca-se Ricardo Endrigo, que desde 2005 participa da gestão municipal. Primeiramente como Vice-prefeito e depois como Prefeito. Considerando que concluirá o mandado em 2020, será o ator político que por maior tempo estará à frente da gestão municipal, ou seja, 16 anos.

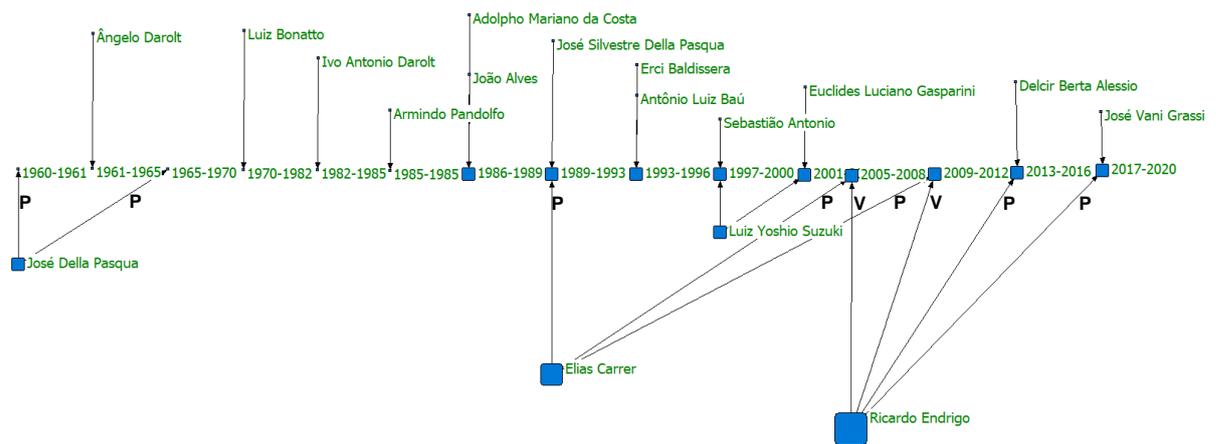


Figura 7 - Forças políticas que ocuparam os cargos de Prefeito e Vice-prefeito em Medianeira (1960-2017)

A Figura 8 mostra os vereadores de Medianeira os mandados em que foram eleitos para atuarem na Câmara Municipal de Medianeira.

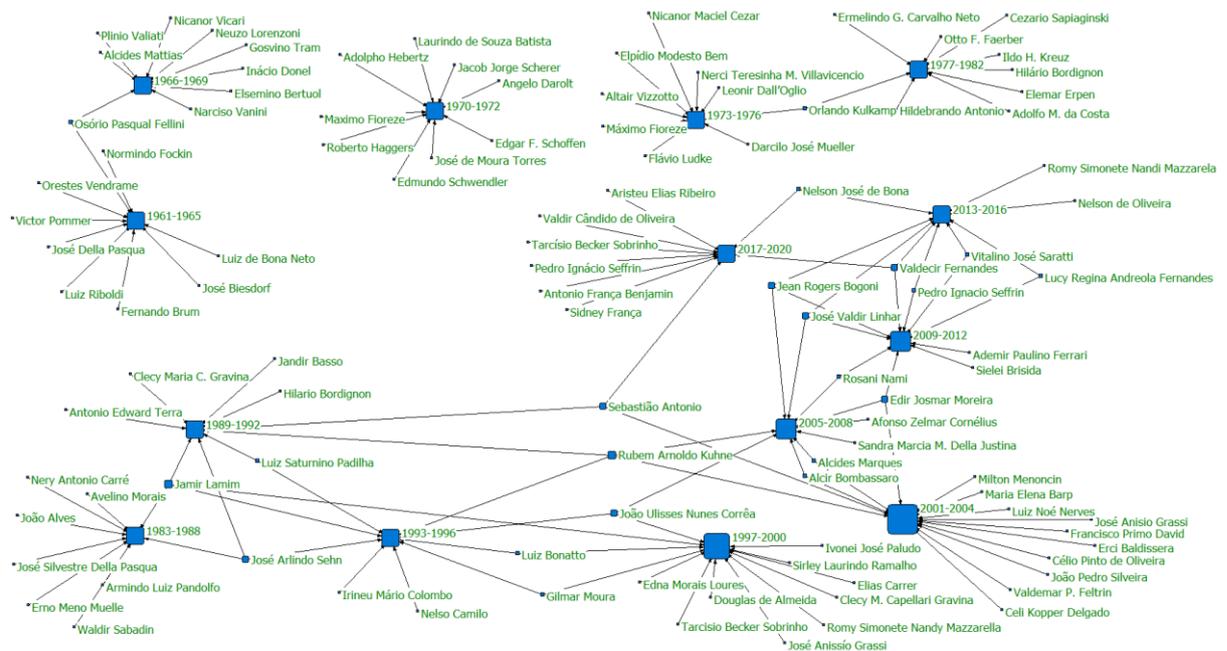


Figura 8 - Forças políticas no Poder Legislativo de Medianeira (1960-2017)

Na Figura 8 chama a atenção que, antes de 1982, ocorreram apenas dois casos de recondução de vereadores para o cargo. Essa situação mudou drasticamente depois do processo de democratização a partir da década de 1980. Na Figura 9 é possível analisar mais detalhadamente os diferentes momentos de maior ou menor permanência no poder de cada um dos vereadores.

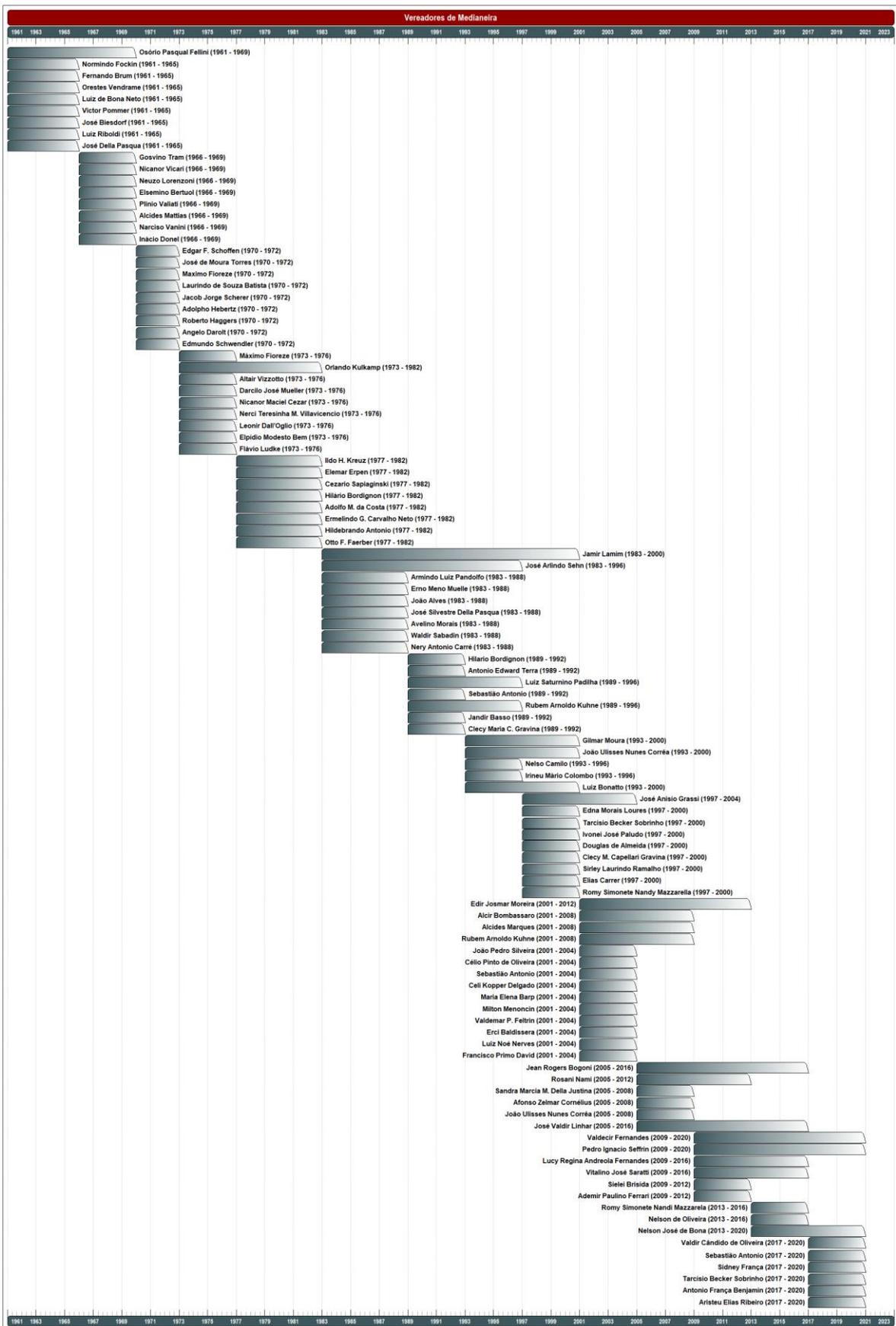


Figura 9 - Linha histórica dos mandatos de vereadores de Medianeira (1960 - 2020)

2 COOPERATIVISMO

A importância que a população atribui às cooperativas foi bastante significativa em virtude da consciência de que sempre foi e continua sendo uma base de desenvolvimento fundamental para a cidade, que as adotou como sendo sua. Como exemplo dessa importância, pode ser citado momento da falência do Frigorífico Medianeira, que mobilizou a cidade em tentativa de que fosse fechado. Nesse momento, como sinal de interação em um sistema de governança público-privada, o próprio Prefeito passou a exercer a função de Presidente daquela organização. A constatação da importância dos laços sociais, de certo modo contribuíram para o desenvolvimento das cooperativas na cidade vem ao encontro do que Ricciardi e Jenkins (2000, p. 58) que dizem sobre o cooperativismo: “a cooperação – fazer coisas junto com outras pessoas – era a melhor maneira para encontrar as soluções que interessavam a determinado grupo de indivíduos”. Nos contextos das relações sociais, alguns estabelecimentos de laços comunitários também se manifestam fortemente, por exemplo, no fato de Medianeira possuir três Rotary Clube, Lions Clube, duas Maçonaria e outros clubes de serviço.

Na atualidade, como resultado do espírito comunitário e empreendedor local, a cidade de Medianeira possui várias cooperativas, tais como cooperativa de crédito, agroindustrial, de consumo, de saúde, de trabalho, de eletrificação rural, entre outras. De todas se destacam a Sicredi, a Lar Cooperativa Agroindustrial e a Frimesa Cooperativa Central. A evolução dessas cooperativas se confunde com o desenvolvimento da própria cidade, ou seja, a compreensão do desenvolvimento endógeno de Medianeira passa pela necessidade de compreender a evolução do cooperativismo local. Nesse sentido, a seguir é feita a síntese dos principais momentos da evolução das principais cooperativas locais.

Para melhor compreender a trajetória histórica do desenvolvimento do cooperativismo em Medianeira, nas subseções seguintes são tratadas, desde os momentos iniciais, as origens das maiores cooperativas que se situam atualmente no município.

2.1 Origem e desenvolvimento

Consolidada a colonização, o grupo Ruaro partiu para a industrialização. Ao todo foram nove investimentos de alto porte, com destaque para o Frigorífico Medianeira, atual Frimesa e a Oleolar localizada em Céu Azul. Problemas de administração levaram as empresas de Alfredo Ruaro à falência, a partir de 1977. O empresário teve sua prisão decretada pelo Judiciário e as massas falidas foram compradas por cooperativas da região. A Cotrefal adqui-

riu a Oleolar e a Frimesa passou a ser Sudcoop, uma central cooperativista. Na atualidade, novamente com o nome Frimesa, essa central congrega cinco cooperativas filiações: Lar, Copagril, C. Vale, Primato e Copacol (MARIN, 2013).

A Cooperativa Agroindustrial Lar foi fundada em 19 de março de 1964, na antiga Gleba dos Bispos, hoje Missal, por um grupo de 55 agricultores, migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina de descendência alemã e praticantes da religião católica. Praticamente no meio do mato, entre tocos de paus, sangas profundas, rios que não davam passo, estradas barrentas e esburacadas, longe da assistência médica, tendo como sede uma meia-água, os cooperativistas deram o primeiro nome para associação de Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda., Comasil, e seu primeiro presidente Pe. José Backes, que também foi colonizador da Gleba dos Bispos (Missal). O primeiro escritório que, além de sede administrativa, uma espécie de venda ou “bolicho” onde se comercializava um pouco de tudo: querosene, tecidos, bebidas, remédios, prego, corda, corrente, arame e até munição usada na caça que era abundante e farta. Os colonos criavam suínos, plantavam milho, feijão, arroz, mandioca e alguns grãos de soja. A extração da madeira – lapacho, peroba, angico - e do palmito proporcionavam uma renda extra. Para gerenciamento, organização e legalização da Comasil agricultores foram buscar em vila Pinheiro Machado, no município de Cerro Largo (RS), o professor primário Ignácio Aloysio Donel, que esteve no comando dos destinos da Cooperativa durante 26 anos. Donel também organizou a primeira AGO, realizada em 16 de janeiro de 1966, ocasião que foi eleito o segundo presidente, El-mundo Brod, que é também o associado 01. Na antiga vila de Missal, pertencente ao município de Medianeira, a Comasil deu os primeiros passos rumo a agroindustrialização com a construção de uma prensa para soja, moinho de trigo, fubá e descascador de arroz. Também foram adquiridos os primeiros veículos, embriões do que é a Lar Transporte, hoje com uma frota de 569 veículos entre utilitários, graneleiros, bitrens, entre outros.

No ano de 1970, havia uma certa “confusão” no setor cooperativista. Existiam cooperativas inviáveis, interesses conflitantes, disputa pela área de atuação e questões de logística e localização. Havia a necessidade imperiosa de um novo direcionamento. Para resolver o impasse, surge o Projeto Iguazu de Cooperativismo - PIC - que analisou a realidade socioeconômica de 51 municípios da área de atuação de 13 cooperativas do Oeste e Sudoeste do Paraná. O PIC concluiu que a Comasil como estava não poderia continuar. Contava com 126 sócios, difícil acesso, falta de infraestrutura e localização perto do isolamento. Ou mudava de endereço ou estava condenada ao fechamento. A opção encaminhada pelos fundadores foi a transferência da sede de Missal para Medianeira. Também o PIC previa a construção de armazéns graneleiros, e em 1972 tem início a fase da edificação de grandes obras. Armazéns com capacidade de 100, 250 e 500 mil sacas são construídos em Medianeira. Em menor escala o mesmo aconteceu em São Miguel e Santa Helena. Em 1973, o número de sócios saltava extraordinariamente para 1.414 e neste mesmo ano a sigla Comasil deixa de existir. Agora é Cotrefal – Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. No período de 1975 até 1980, a Cotrefal passa por momentos difíceis devido à frustração de safras, instabilidade de preços, falência do frigorífico Frimesa e disputas internas pelo poder, que levaram Luiz Bonatto a ocupar os cargos de prefeito e presidente da Cooperativa simultaneamente. O caos administrativo e financeiro gerado pelos diretores do grupo Ruaro (Alfredo Paschoal Ruaro, o maior colonizador do Oeste do Paraná) dono da Frimesa – Frigorífico Medianeira -, foi a falência em 1977. A crise que afetou diretamente os suinocultores levou as lideranças cooperativistas a optar pela aquisição da massa falida do frigorífico em Medianeira. Surge a Central Sudcoop, Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda., hoje Frimesa, tendo a Cotrefal como uma das filiações e, no embalo do negócio, a Cotrefal compra a Oleolar, também do grupo Ruaro, em Céu Azul, dando início ao ciclo da industrialização e o pontapé inicial de fixação da marca LAR. Estes fatos aconteceram no ano de 1980, quando a Cooperativa já tinha 3.161 associados. [...]

A partir de 1983, a novidade é o Supermercado Cotrefal, um investimento realizado em 13 municípios da área de abrangência da Cooperativa, contando hoje com 15 lojas. [...]

Agora é Cooperativa Agroindustrial Lar, empresa que, em 2015 teve um faturamento de mais de R\$ 4 bilhões (crescimento de 31,15 %) e empregou 8.707 funcionários e tem na base um quadro de 9.900 associados. Os produtores foram contemplados com a devolução de sobras superiores a 73,7 milhões de reais, entre agricultores ativos e jubilados. A marca Lar está presente em aproximadamente 300 produtos (enlatados, congelados, cortes de frangos, além dos grãos: milho e soja) e as exportações chegam na América, Europa, Ásia, e nos países árabes. As unidades da Lar estão presentes em 11 municípios do Oeste do Paraná, Leste do Paraguai (10 unidades), em Mato Grosso do Sul, com sede em Dourados e mais 13 unidades e, em Santa Catarina, no

Quadro 7 - História da Lar Cooperativa Agroindustrial

Também o Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC) previa a construção de armazéns graneleiros. Em 1972 teve início a fase da edificação de grandes obras. Armazéns com capacidade de 100, 250 e 500 mil sacas são construídos em Medianeira. Em 1973, o número de sócios saltava extraordinariamente para 1.414 e neste mesmo ano a sigla Comasil foi alterada para Cotrefal – Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. Entre 1975 e 1980, a Cotrefal passa por momentos difíceis devido à frustração de safras, instabilidade de preços, falência do frigorífico Frimesa e disputas internas pelo poder, que levaram Luiz Bonatto a ocupar os cargos de prefeito e presidente da Cooperativa, simultaneamente (LAR, 2017).

Em 17/11/1983, os associados Lar constituíram uma cooperativa de crédito na cidade de Medianeira (LUNKES, 2013). Naquela época, a Cotrefal, atual Lar Cooperativa Agroindustrial, necessitava de capital de giro para aquisição de produtos de consumo doméstico demandados pelos associados. E para essas aquisições tinha de recorrer a empréstimos bancários, enquanto seus associados tinham esse dinheiro, economizado para eventuais necessidades (SETTI, 2005).

A Cooperativa de Crédito Rural Três Fronteiras Ltda (CREDIFRONTTEIRAS), com a autorização do Banco Central, passou a operar em 21/09/1984. Em 11/02/1994, passou a ser chamada SICOOPER Fronteiras (LUNKES, 2013). Em 1995, as cooperativas de crédito filiais à Sicredi Central/RS constituíram o Banco Cooperativo Sicredi. Em 1997, a SICOOPER Fronteiras inaugurou unidades de atendimento em toda a região Oeste do Paraná. Ainda no mesmo ano, em 18 de novembro, houve a mudança da sigla SICOOPER para SICREDI, integrando-se finalmente ao Sistema de Crédito Cooperativo (SETTI, 2005). Em 13/07/2004 houve a transformação de cooperativa rural para Cooperativa de Crédito de Livre Admissão – Sicredi Cataratas do Iguaçu, passando a atuar junto ao público urbano, com a devida autorização do Banco Central do Brasil (LUNKES, 2013).

As atividades das cooperativas tendem a ser mais importantes com pontos de dinamização econômica do que impactos diretos em Medianeira, como ocorre, por exemplo, com a geração de empregos diretos. Os dados do Gráfico 1 mostram a evolução no quadro de funcionários e do número de cooperados da Cooperativa Lar, entre 2007 e 2016.

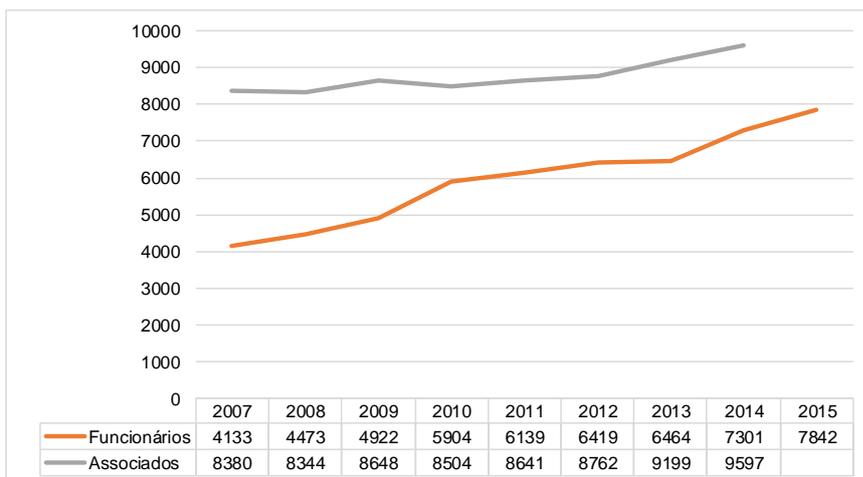


Gráfico 1 - Número de funcionários e associados da Lar Cooperativa Agroindustrial (2007 - 2016)

Fonte: Elaboração própria com dados da Lar Cooperativa Industrial (2017)

Dos 9597 associados da cooperativa (Gráfico 1) apenas 8% (770) pertencem ao município. Esse dado representa relativamente baixo potencial da cooperativa em termos de desenvolvimento endógeno oriundo das suas atividades operacionais.

Ainda, tomando como base os 966 funcionários atuais da cooperativa e comparando com o número de total de 7301 que trabalhavam na unidade Medianeira em 2014, verifica-se que representam apenas 13% do total da mão de obra da cooperativa. Esses 13%, portanto, são aqueles funcionários cujas rendas e atividades geram impactos diretos no desenvolvimento endógeno do município.

Em termos de representatividade, dos 966 empregos diretos gerados pela cooperativa, a atividade da mesma é responsável por apenas 5% dos 19.236 (Tabela 1) empregos do município. Em termos comparativos, a representatividade do número de empregos gerados pela cooperativa é inferior aos 7% dos empregos públicos existentes nas cidades.

Entretanto, em termos de percepção de um dos entrevistados, os impactos econômicos desses “966 funcionários, por trabalharem na área administrativa, têm uma renda maior em relação aos funcionários da indústria. Isso acaba refletindo no desenvolvimento da cidade porque exigirão padrão social melhor, por meio de melhor educação, saúde e serviços” (Entrevistado G).

Na Tabela 1, apresentam-se os empregos formais em Medianeira, no ano de 2015.

Tabela 1 - Empregos formais em Medianeira (2015)

Atividade	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
2 - Indústria de transformação	3.791	40%	2.814	29%	6.605	34%
	57%		43%		100%	
3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	32	0%	3	0%	35	0%
	91%		9%		100%	

4 - Construção Civil	564	6%	35	0%	599	3%
	94%		6%		100%	
5 - Comércio	1.992	21%	1.673	17%	3.665	19%
	54%		46%		100%	
6 - Serviços	2.441	26%	4.084	42%	6.525	34%
	37%		63%		100%	
7 - Administração Pública	334	4%	948	10%	1.282	7%
	26%		74%		100%	
8 - Agropecuária	375	4%	144	1%	519	3%
	72%		28%		100%	
Total	9.533	100%	9.703	100%	19.236	100%
	50%		50%		100%	

Fonte: CAGED/MTPS

Dentro da abrangência da fomentação da Lar Cooperativa Agroindustrial, o município de Medianeira é o que possui a menor área.

Um ponto relevante para o desenvolvimento endógeno de Medianeira é que a cidade de Matelândia está localizada a apenas 15 quilômetros. Em Matelândia, há a concentração de 5733 funcionários no Frigorífico de Aves vinculado à cooperativa. Esse número de ocupações representa 72% dos 7.890 empregos formais de Matelândia.

Tabela 2 - Empregos formais em Matelândia (2015)

Atividade	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
1 - Extração Mineral	37	1%	1	0%	38	0%
	97%		3%		100%	
2 - Indústria de transformação	2.889	76%	3.402	83%	6.291	80%
	46%		54%		100%	
4 - Construção Civil	60	2%	10	0%	70	1%
	86%		14%		100%	
5 - Comércio	331	9%	355	9%	686	9%
	48%		52%		100%	
6 - Serviços	370	10%	276	7%	646	8%
	57%		43%		100%	
7 - Administração Pública	165	4%	460	11%	625	8%
	26%		74%		100%	
8 - Agropecuária	123	3%	36	1%	159	2%
	77%		23%		100%	
Total	3.810	100%	4.080	100%	7.890	100%

Fonte: CAGED/MTPS

Como as duas cidades são bastante próximas faz sentido somar os 966 empregos gerados em Medianeira como os 7.890 gerados em Matelândia e dividir pelo número total de ocupações formais nas duas cidades. O resultado é que, dos 27.120 empregos formais existentes nas duas cidades, 33% (8856) são vinculados à Lar Cooperativa Industrial.

Os dados analisados até este ponto indicam claramente que há complementaridade entre as atividades econômicas entre as cidades de Matelândia e Medianeira, principalmente pela proximidade geográfica entre ambas e pelas atividades da cooperativa que mais gera empregos na região. Os 33% de empregos gerados e a capacidade de dinamização das

atividades econômicas do município é possível concluir que Lar Cooperativa Agroindustrial é um dos principais agentes do desenvolvimento endógeno de Medianeira.

2.1.1 Sicredi

Entre os diversos tipos de associação cooperativa estão as cooperativas de crédito. Criadas para oferecer soluções financeiras de acordo com as necessidades dos associados. Elas são um importante instrumento de incentivo para o desenvolvimento econômico e social. Isto porque utilizam seus ativos para financiar os próprios associados, mantendo os recursos nas comunidades onde eles foram gerados (SICREDI, 2017).

O sistema sicredi é composto por 117 cooperativas de crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.500 agências. A estrutura conta com cinco Centrais Regionais – acionista da Sicredi Participações S. A., uma Confederação, uma Fundação e um Banco Cooperativo e suas empresas controladas. Todas essas entidades, juntas, formam o Sicredi e adotam um padrão operacional único (SICREDI, 2017).

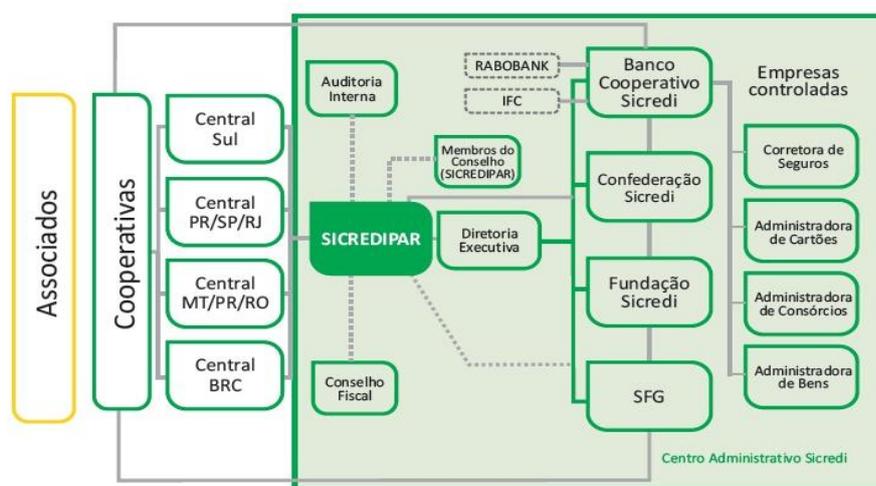
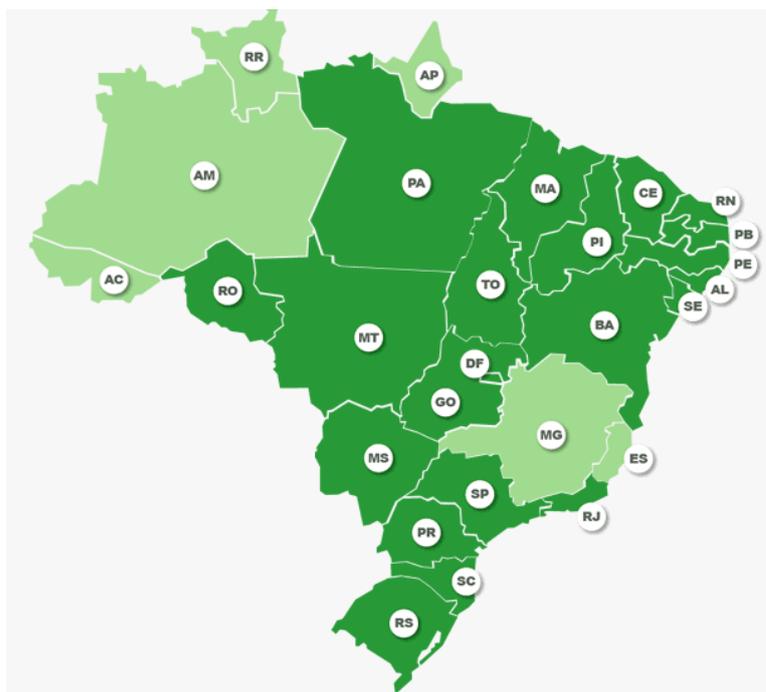


Figura 10 - Estrutura do sistema Sicredi
Fonte: Sicredi

Como se pode observar na Figura 11, na seqüência, o Sicredi está presente em mais de 20 estados brasileiros, com mais de mil pontos de atendimento, e no restante do Brasil por meio da Rede Banco 24 horas.

Figura 11 – Pontos de atendimento da Sicredi



Fonte: Sicredi (2017)

No sistema Sicredi (Figura 10), a Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ tem sua sede em Medianeira e gerencia 45 agências, em 20 cidades nos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo essas: Caraguatatuba, Cascavel, Cruzeiro, Foz do Iguaçu, Guaratinguetá, Lorena, Matelândia, Medianeira, Missal, Pindamonhangaba, Resende, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Serranópolis do Iguaçu, São José dos Campos, São Miguel do Iguaçu, Taubaté, Ubatuba, Vera Cruz do Oeste e Volta Redonda. Destaca-se que fazem parte do gerenciamento geral do Sicredi Vanguarda agências em cidades de importância nacional como Cascavel, Foz do Iguaçu, Volta Redonda, São José dos Campos, por exemplo.

Embora com relativo impacto em Medianeira em termos de geração direta de empregos, com total de 173, sendo 117 na sede geral do Sicredi Vanguarda e 56 em duas agências, a instituição tem uma influência significativa na região, por ser, como descrito anteriormente, a sede do sistema. Isso contribuiu para que Medianeira se tornasse um polo regional, além de constituir um importante ponto de dinamização econômica, representando uma fonte de acesso a créditos e financiamento na cidade e região.

2.1.2 Frimesa Cooperativa Central

Fundada no ano de 1977, iniciando suas atividades em 13 de maio de 1978, a Frimesa avançou na industrialização de carne suína e leite, diversificando cada vez mais os itens e levando até o consumidor produtos saudáveis com conceitos inovadores.

A Frimesa é uma central, fruto da união de cinco cooperativas filiadas, conforme demonstrado na Figura 12.



Figura 12 – Sistema Cooperativo Frimesa
Fonte: Arquivo Frimesa (2017)

Presente no mercado brasileiro de alimentos há 40 anos, o portfólio da Frimesa se destaca pela diversidade. Na prática, são 412 produtos, dos quais 262 na área de carnes e 150 na área leites, todos mostrando o poder de penetração da marca Frimesa nos lares brasileiros.

A partir do ano 2000, foi forte a geração de emprego na cidade devido às ações das cooperativas. A Frimesa passou a ser a maior empregadora da cidade, conforme relatado pelo entrevistado “C”: “até meados do ano 2000 a principal empresa empregadora de nossa cidade era a Prefeitura. A partir desse período, a Frimesa passou a ser a maior. [...] o poder público não é mais o fator que direciona o desenvolvimento do município. Pelo contrário, ele passa ser o prestador de serviço público”.

Para atender a demanda, a Frimesa conta com onze filiais de vendas (1 em Belo Horizonte, 3 no Paraná, 2 em São Paulo, 2 Santa Catarina, 1 Rio Grande do Sul, 1 Rio de Janeiro e o Departamento de Vendas em Medianeira que administra as vendas em todo o Brasil). A empresa conta ainda com 11 Centros de Distribuição em todo o Brasil.

A Frimesa, conforme dados de 2017, possui no total 6.755 colaboradores, sendo distribuídos em 161 setores, da matriz e das filiais. Na cidade de Medianeira são 4.816 empregos diretos, correspondendo a 71,29% do total. Nas unidades localizadas nas cidades de Matelândia e Marechal Cândido Rondon estão lotados 296 e 725 funcionários, respectivamente, e o

restante estão localizados nas filiais. A cooperativa, além dos colaboradores diretos, tem relação com outras 23.000 mil pessoas ligadas economicamente. Os investimentos realizados alcançaram o valor de R\$ 126.573.707,35 durante o ano de 2016 (FRIMESA, 2017).

Sobre o cooperativismo, Guazzi (2000) destaca que a importância das suas atividades está no fato de as “cooperativas a montarem a infraestrutura básica para o atendimento da produção, de fundamental importância para o início da integração e, como consequência, da agroindustrialização. Assim, a partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a se preocupar com a montagem do complexo agroindustrial, não se conformando com as condições de meras repassadoras de matéria-prima às indústrias”. Nessa linha, na região do presente estudo, as cooperativas nasceram com vocação essencialmente agrícola, que originalmente era para simplesmente compra e venda da produção agrícola dos cooperados, nos moldes descrito por Guazzi (2000). Entretanto, ao longo do tempo, as cooperativas foram impulsionadas se adaptarem. Nesse sentido, está, por exemplo, a colocação do entrevistado “G”, que confirma a tese de Guazzi (2000), ao relatar que o mercado exigiu que as cooperativas se modernizassem a fim de se tornarem um complexo agroindustrial, pois “evolução tecnológica exige mão de obra especializada para operar robôs na indústria, atualizar softwares. Temos que avançar em inovação tecnológica”.

Esse desenvolvimento da industrialização das cooperativas refletiu no desenvolvimento da cidade. Essa é a essência do desenvolvimento endógeno. Assim se depreende que o cooperativismo teve grande influência no desenvolvimento do município de Medianeira porque é um grande gerador de serviços.

3 ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

Medianeira conta com uma Universidade e uma Faculdade, sendo elas, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e a Faculdade Educacional de Medianeira UDC – Medianeira, respectivamente.

3.1 Universidade Tecnológica Federal do Paraná

O engajamento do ex-presidente da atual Lar Cooperativa Agroindustrial, Sr. Ignácio Aloisio Donel que se uniu ao Prefeito da época, Sr. Adolfo Mariano da Costa e a outros empresários e articularam a vinda do CEFET para Medianeira. Essa articulação fortalece os indícios de que na cidade de Medianeira sempre houve forte capacidade de articulação local para

defesa de interesses da coletividade e a partir da mobilização de atores locais para formação de estruturas de governança local para atrair investimentos propiciados por políticas públicas desenvolvidas em outros níveis da federação, como no caso em questão, da interiorização das estruturas de ensino superior do governo federal.

Em 1990, o Programa de Extensão e Melhoria do Ensino Técnico fez com que o antigo CEFET-PR (Escola Técnica Federal do Paraná) se expandisse para o interior do Paraná. Nesse processo de expansão, a cidade de Medianeira, na região oeste do estado, graças a articulação do poder público e privado, foi a primeira a receber uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED). Surge, então, o Campus Medianeira, criado nos termos da Portaria 067/87 em 6 de fevereiro de 1987 do Ministério de Educação. Em março de 1990, o Campus iniciou as primeiras turmas dos cursos Técnicos Integrados em Alimentos e Eletromecânica. A inauguração oficial aconteceu em 30 de maio de 1991. Em 1996, implantou-se o primeiro curso de nível superior: O Curso de Tecnologia em Alimentos, na modalidade Industrialização de Carnes. Em 1999, passam a serem ofertados no campus outros quatro cursos superiores nas áreas de: Eletromecânica, Laticínios, Carnes e Meio Ambiente e, em janeiro de 2000, começa a funcionar, também, o curso superior de Tecnologia em Informática. Atualmente, o campus conta com 284 servidores, sendo 98 técnicos administrativos e 186 professores (UTFPR, 2017).

Em 2007, o Campus foi precursor no oferecimento de ensino à distância, graças ao acordo entre a UTFPR e a UAB – Universidade Aberta do Brasil, que ofertou cursos de Especialização em Gestão Ambiental e em Educação, Métodos e Técnicas de Ensino. Atualmente, além desses, também oferece o curso em Ensino de Ciências. Em 2011, o Campus passou a ter o seu primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu*, com a abertura do Programa de Mestrado na área de Ciências de Alimentos. Em 2013 foi aprovado o Programa de Mestrado em Tecnologias Ambientais. Atualmente, em nível de graduação, oferece os cursos de Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Manutenção Industrial, e cinco cursos de bacharelado, sendo: Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Engenharia Elétrica, Engenharia de Produção, Ciência da Computação e Licenciatura em Química, totalizando 2.161 alunos matriculados (UTFPR, 2017). Em outubro de 2013, aconteceu a inauguração da Incubadora de Inovações Tecnológicas do Campus, que atualmente conta com 5 empresas incubadas e um projeto na pré-incubação. Com mais esta obra, a área construída do campus passa para 32.291 metros quadrados.

A UTFPR, por fazer parte desse processo, atrai milhares de estudantes de outras cidades do país, como se pode observar no Gráfico 2.

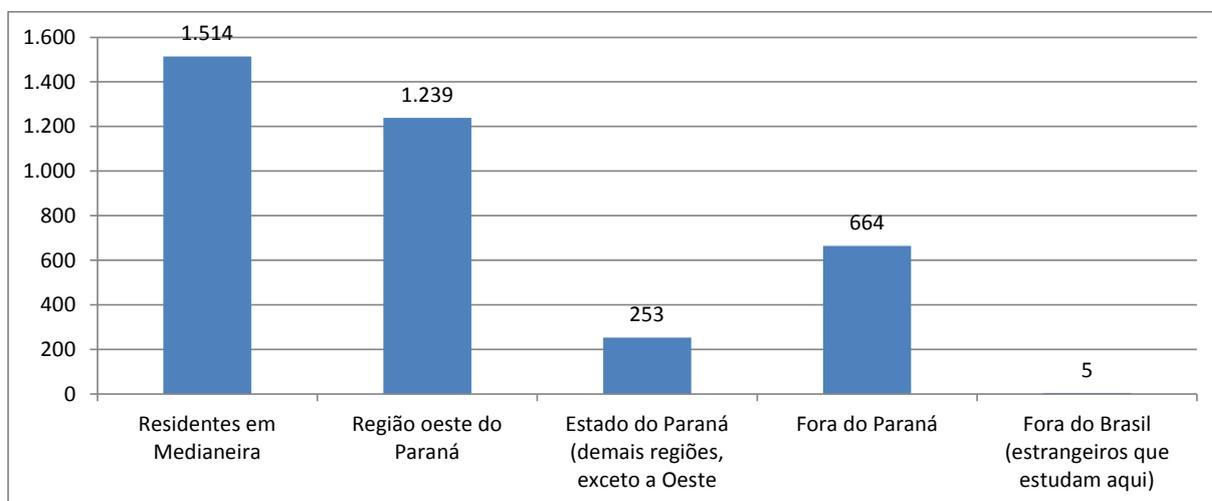


Gráfico 2 - Número de alunos da UTFPR por localidade (2017)
Fonte: UTFPR (2017)

O número de alunos não residentes em Medianeira, mas que estudam na unidade da UTFPR daquela cidade, é de 2.261, o que, se comparado com a população total do município de 41.187 habitantes, representa 5% da população municipal.

A UTFPR possui, em todos os Campi, uma Direção de Relações Empresariais e Comunitárias e um setor especializado denominado Departamento de Estágios e Cursos de Extensão (DEPEC) para a administração dos estágios dos alunos, que é uma atividade muito importante para a formação profissional e acadêmica, integrando o ensino e a extensão, que permite o intercâmbio de conhecimento técnico e a compreensão das relações de trabalho nas organizações (UTFPR, 2017).

Todas essas iniciativas contribuem significativamente para o desenvolvimento do município, pois muitos acabam se tornando empreendedores por meio das Incubadoras de Inovações da Universidade Tecnológica – IUT.

Conforme UTFPR (2017) a Incubadora de Inovações é um mecanismo de apoio do Programa de Empreendedorismo e Inovação (PROEM), com a finalidade de dar condições às empresas para desenvolverem produtos, processos e serviços inovadores que foram gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas.

Através das incubadoras é possível apoiar novos empreendimentos de projetos inovadores, por meio da oferta de inúmeras facilidades e apoio aos empreendedores, tais como: assessoria e consultorias especializadas; contatos com entidades e empresas; orientações, trei-

namento e capacitações gerenciais; espaço físico e infraestrutura operacional, administrativa e técnica.

A incubação de empresas tem um papel importante no ecossistema socioeconômico de uma região. Isso se traduz em benefícios que podem incluir: criação de empregos e oportunidades, fomento à comunidade empreendedora, comercialização de tecnologia, diversificação da economia local, construção ou aceleração do crescimento de indústrias locais, criação e retenção de negócios, revitalização da comunidade.

3.2 Faculdade Educacional de Medianeira (UDC)

A Faculdade Educacional de Medianeira resultou da ação de várias pessoas da comunidade, entre as quais, empresários e intelectuais com formação universitária. A ideia da criação da Faculdade surgiu dentro da Associação Comercial e Industrial de Medianeira (ACIME), no núcleo de desenvolvimento educacional.

Faculdade Educacional de Medianeira foi criada em 19 de outubro de 2000 conforme portaria n° 1.666 e suas atividades acadêmicas tiveram início no dia 19 de fevereiro de 2001, com funcionamento diurno e noturno do Curso de Letras com habilitações em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas. Em agosto de 2001 a Faculdade iniciou mais um curso de graduação em Serviço Social, por meio da portaria n° 1.006. Em setembro do mesmo ano, recebeu a autorização para funcionamento do curso de Administração com Habilitação em Agronegócios, através da portaria n° 2.158. No ano de 2004, a portaria n° 637 autorizou o funcionamento do curso de Administração com Habilitação em Marketing. E também no ano de 2004 a Faculdade Educacional de Medianeira teve o curso de Direito aprovado pela portaria n° 3.785 de 16 de novembro. Em 2006, pela portaria n° 587 foi autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Vendas. Em dezembro de 2004 já teve curso reconhecido pelo Ministério da Educação (FACULDADE EDUCACIONAL DE MEDIANEIRA, 2011).

Em maio de 2009, a faculdade passou a fazer parte do Grupo UDC, que chegou então com a proposta de oferecer uma bagagem de conhecimento e de sucesso profissional na área de educação e hoje a Faculdade Educacional de Medianeira já faz parte de todas as parcerias internacionais. A UDC Medianeira possui atualmente 1.150 alunos, sendo que 489 residem em municípios vizinhos. Os empregos diretos são de aproximadamente 100, além dos inúmer-

ros empregos indiretos. O fluxo monetário circulante também criou um diferencial para as organizações de todos os setores

A Faculdade Educacional de Medianeira também dá a sua contribuição ao município, evitando que pessoas da região se mudem para outros centros, como acontecia antigamente. Essas pessoas que saíam para estudar, dificilmente voltavam depois de formados. Atualmente ela oferece os cursos de Administração, Agronomia, Direito, Engenharia Civil, Letras e Tecnologia em Gestão Comercial.

A Faculdade contribui significativamente para o desenvolvimento do município, por meio de convênios com as empresas e pela qualificação da mão de obra.

4 ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Medianeira - ACIME foi fundada em 1971, por um grupo de sócios do Rotary Clube Medianeira.

A conclusão dos trabalhos de elaboração do estatuto social foi apresentada em Assembleia Geral, com cerca de 110 empresários de Medianeira e Distritos de Missal, Flor da Serra e Jardinópolis. Atualmente, a Instituição é denominada Associação Empresarial de Medianeira, devido uma determinação lavrada em ata no ano de 2006.

Oferece uma gama de serviços que beneficiam os associados e comunidade:

- a) acesso ao Serviço de Proteção ao Crédito - SCPC que está integrado ao maior banco de dados do Brasil – a Rede Nacional de Informações Comerciais - RENIC com mais de 40.000.000 de Cadastros de Pessoa Física - CPF's e, mais de 140.000.000 de registros facilitando ao empresário o acesso rápido as informações, proporcionando uma venda muito mais segura.
- b) consultorias gratuitas: A ACIME em parceria com o Serviço de apoio às micros e pequenas empresas - SEBRAE oferece o acesso sem custos a consultoria individualizada.
- c) escritório da Junta Comercial: benefício indireto a empresário, pois garante o atendimento em Medianeira evitando o custo de deslocamento a outras cidades.
- d) convênios de medicina ocupacional, plano de saúde e odontológico.
- e) projeto Empreender que tem por lema: “Unir para Crescer”. A ACIME disponibiliza um consultor aos núcleos setoriais que trabalham de forma associativa buscando alternativas viáveis.

- f) emissão de certificados de origem para produtos de exportação: as empresas que exportam emitem os certificados de origem de forma rápida e segura, evitando também o deslocamento para outras cidades para emissão dos mesmos.
- g) treinamentos e palestras, com o objetivo de proporcionar o conhecimento e o aperfeiçoamento das equipes, a ACIME oferece fácil acesso a treinamentos e palestras das mais diversificadas áreas.
- h) DVDteca, o associado pode locar gratuitamente *Digital Video Disc - DVD's* (também chamados de *Digital Versatile Disc*, e em português: Disco Digital de Vídeo ou Disco Digital Versátil) empresariais que trabalham temas tais como motivação, finanças, marketing, liderança, vendas e atendimento, entre outros.
- i) campanhas promocionais de vendas: a ACIME organiza campanhas promocionais de vendas, cuidando de toda a mídia e material promocional, legislação da campanha, licença para funcionamento em horários especiais e acordos com o sindicato da categoria.
- j) realização de feiras: realiza anualmente Feira Multisetorial de Negócios, Gastronomia, Cultura e Responsabilidade Sócio-Ambiental- FEMULT, com o objetivo de proporcionar o acesso do comércio a todo o público participante, gerar novos negócios e oportunizar troca de experiências evidenciando o potencial econômico do município.
- k) acesso à auditório, salas de treinamentos e área de lazer. As empresas podem utilizar a estrutura da ACIME com valores bem acessíveis.
- l) convênio com a instituição financeira com taxas menores e atendimento diferenciado, que proporciona o fácil acesso aos serviços e permite que as empresas associadas promovam seu desenvolvimento, pois os valores são menores para os associados da ACIME.

A ACIME tem defendido ao longo dos anos várias bandeiras de interesse da classe empresarial e da comunidade, como: abertura da estrada do colono; movimento Medianeira merece; Vote certo; apoio a revitalização do Rio Alegria; instalação da incubadora tecnológica; duplicação da BR 277; redução dos feriados municipais; ampliação do tempo de permanência dos registros de inadimplentes; a não aprovação da lei de redução da jornada de trabalho em tramitação; reivindicação junto ao Poder Público municipal para melhorias do setor empresarial e maior fiscalização com relação ao comércio ilegal.

Outro ponto ser destacado é a área de abrangência do comércio de Medianeira, em relação a outros municípios, visto estar em um ponto estratégico. É relevante a atuação da associação em datas festivas, pois as vendas para os consumidores de outros municípios chegam a representar 40% do total.

5 ATUAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Com vistas a identificar características do desenvolvimento de Medianeira e, a partir disso, tentar associá-las com fatores de desenvolvimento endógeno local, nas seções que se-guem é delineado a evolução do perfil do desenvolvimento de atividades econômicas. Para isso, é realizado comparativo com outras cidades com dimensões e capacidades de influências regionais atuais similares à de Medianeira. Essa contextualização será importante para compreender como o município e a cidade se desenvolveram a partir do final da década de 1990. Essa limitação temporal da análise decorre da limitação da disponibilização de séries temporais pelo IBGE. Isso, entretanto, não impede que importantes conclusões sejam obtidas a partir dos dados disponíveis.

5.1 Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico de Medianeira será avaliado com base na evolução dos setores de atividades econômicas e dos níveis de tributação municipal, comparativos com o Produto Interno de municípios vizinhos e com características semelhantes e na influência dos Royalties para o desenvolvimento endógeno.

Os dois pontos de análise expressos no parágrafo acima serão importantes para contextualizar Medianeira em suas relações com cidades da região. Essas análises são importantes para compreender o perfil do desenvolvimento local a partir da capacidade de geração de valor agregado a partir da agropecuária, da indústria e dos serviços. Esses fatores estão, pois, diretamente relacionados com a capacidade de a cidade obter recursos por meio de impostos, o que, certamente, tem importantes impactos na capacidade de o poder público local tentar resolver problemas e desenvolver infraestruturas importantes para o contexto urbano.

Um fator externo que tem influências na capacidade de obtenção de recursos pelos municípios da região em que se insere o município de Medianeira é representado pelo recebimento de royalties decorrentes da utilização de parte da área do município pelo lago de Itaipu. Com os dados levantados será possível verificar o grau de importância que os valores re-

cebidos podem ter para investimentos voltados para o desenvolvimento endógeno do município, com um todo, ou para a cidade, em particular.

5.1.1 Evolução dos setores de atividades econômicas e dos níveis de tributação municipal

A Tabela 3 mostra a evolução do Produto Interno Bruto Municipal de Medianeira, bem como de seus componentes, entre 1999 e 2014. Os valores foram corrigidos pelo IPCA-IBGE para valores de dezembro/2016.

Tabela 3 - PIB Municipal, impostos, e valores adicionados da agropecuária, indústria e serviços (1999 - 2014), em milhões de Reais

Sector	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
VAB Agropecuária	46	49	52	76	130	114	95	76	109	136	116	140	151	182	314	310
VAB indústria	150	165	184	215	286	279	296	328	354	399	510	603	683	692	839	1.022
VAB serviços	397	421	437	477	634	703	754	865	981	1.037	1.117	1.280	1.445	1.577	1.834	2.184
Impostos	60	73	84	103	133	131	124	137	140	168	186	218	259	290	424	475
PIB	653	708	757	870	1.182	1.227	1.270	1.406	1.583	1.741	1.929	2.241	2.538	2.741	3.829	4.465

Fonte: IBGE (2017)

Correção dos valores pelo IPC-A IBGE, corrigidos para o mês de dezembro de 2016

Para melhor visualização da evolução histórica, os dados da Tabela 3 estão expressos nos dois gráficos, a seguir. O Gráfico 3 mostra a evolução do PIB-M e de seus componentes entre 2000 e 2014, evidenciando o destaque do crescimento do PIB-M principalmente pela elevação do valor agregado obtido com serviços e, em segundo lugar, pelas atividades industriais.

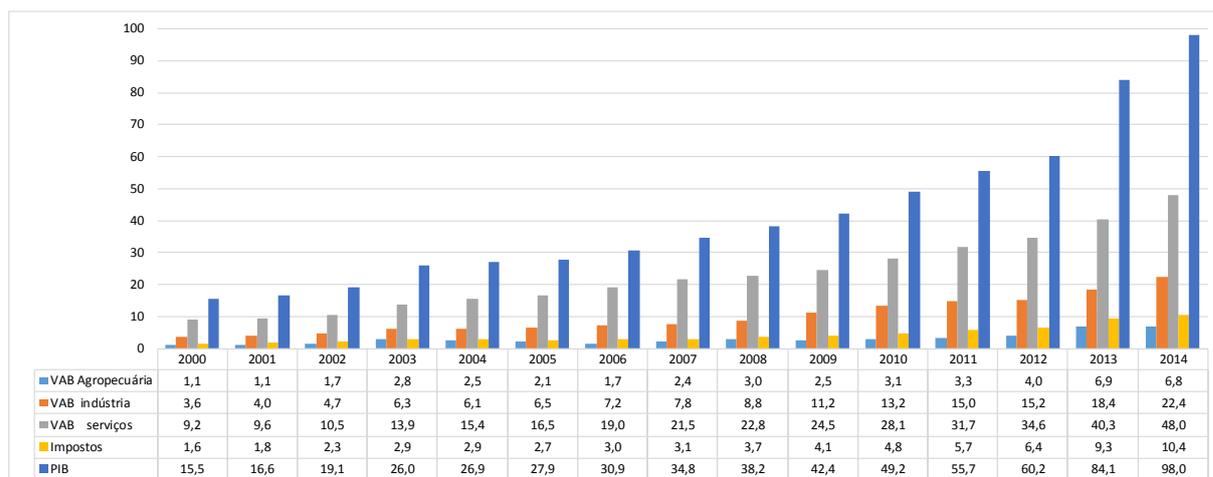


Gráfico 3 - Variação do PIB-M de Medianeira com base em 1999

Fonte dos dados: IBGE (2017)

Os dados do Gráfico 3 mostram, quando comparado com as outras duas fontes de valor agregado, que os valores nominais da atividade agropecuária do município sempre tiveram baixa importância e apresenta crescimento pouco representativo ao longo do período analisado. Considerando a trajetória histórica do município, os dados acima demonstram que houve uma mudança drástica no perfil das atividades econômicas, pois, de uma vocação essencialmente agrícola dos seus primeiros momentos de fundação, passou para um perfil claro de prestador de serviços, e com significativo crescimento das atividades industriais.

A composição do PIB-M de Medianeira entre 1999 e 2014 observado na Tabela 3 demonstra que, desde o início da série histórica, há certa estabilidade no seu perfil de desenvolvimento das atividades econômicas.

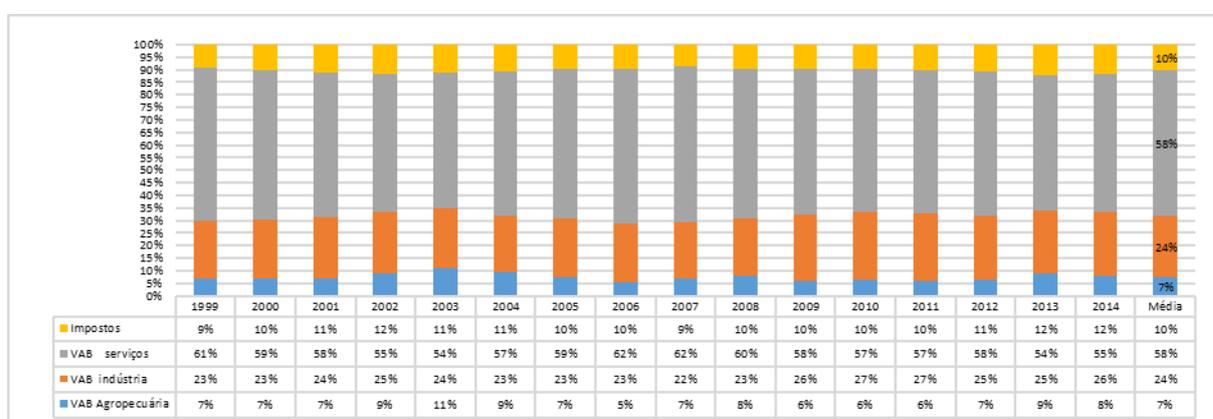


Gráfico 4 - PIB Municipal dos impostos e valores adicionados (1999 - 2014)

Fonte dos dados: IBGE (2017)

No Gráfico 4 há indicação de que o valor agregado dos setores, assim como a arrecadação tributária de Medianeira sofreram relativamente poucas variações na série de 16 anos analisada. Portanto, estruturalmente, não houve alteração da contribuição das atividades econômicas do município, que, em média é dependente de 58% do valor agregado por serviços, 24% da indústria e 7% de atividades agropecuárias, conforme pode ser verificado na última coluna do gráfico em questão.

Os dados indicam, portanto, que as alterações do perfil econômico do município ocorreram antes do final da década de 1990. A investigação do momento exato em que isso ocorreu não foi possível pela indisponibilidade de dados nas séries históricas do IBGE. Fica, portanto, neste ponto oportunidade para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

5.1.1.1 Comparativos entre os Produtos Internos dos municípios vizinhos e com características semelhantes

Na sequência são apresentados os resultados da composição do Produto Interno Bruto Municipal a partir dos valores agregados de serviços, da indústria e agropecuária e para impostos dos municípios de Matelândia, São Miguel do Iguacu, Marechal Cândido Rondon e Toledo, que tiveram sua criação no mesmo período de Medianeira e também por possuírem características semelhantes.

Os dados dos gráficos relativos ao Produto Interno Bruto de cada município devem ser comparados como os do Gráfico 4, que traz o perfil das atividades econômicas de Medianeira.

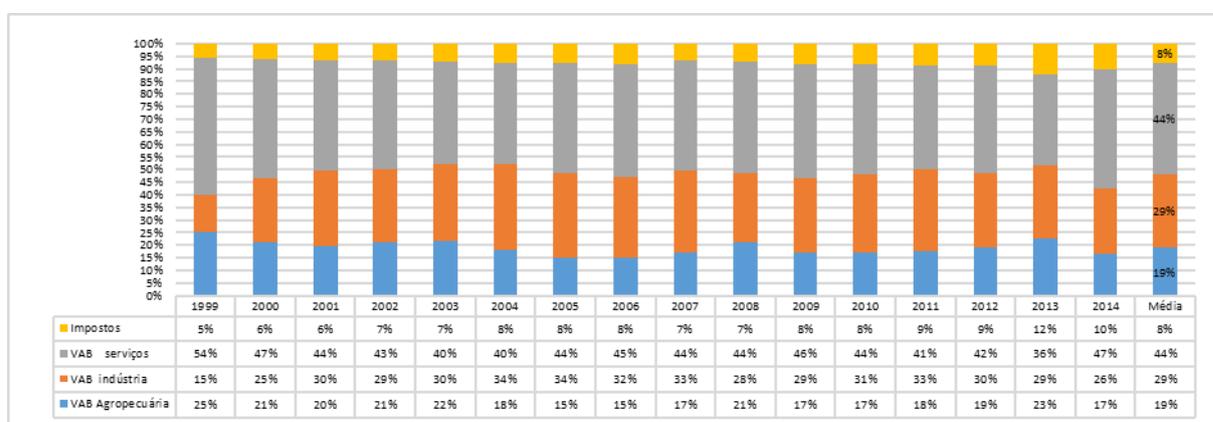


Gráfico 5 - PIB Municipal dos impostos e valores adicionados de Matelândia (1999 - 2014)

Fonte dos dados: IBGE (2017)

Na comparação do Gráfico 5 com o Gráfico 4, observa-se que Medianeira, com relação a Matelândia, não tem diferenças significativas. A média do VAB de serviços de Medianeira, no período de 1999 a 2014, foi de 58% do PIB, ao passo que Matelândia foi de com 44%. Um ponto que chama a atenção é que Matelândia teve significativas variações na composição do seu PIB ao longo da série. Exemplo disso foi a variação da participação dos serviços ente 1999 e 2014, de 54% para 44% nas atividades de serviços e de 15% para 29% nas atividades industriais.

A média do VAB da indústria de Medianeira, no período analisado, ficou em 24% do PIB e Matelândia com 29%. Na média do VAB Agropecuário, Matelândia tem média de 19% do PIB, contra 7% de Medianeira. Essas características definem que o perfil de Matelândia, embora com pouca diferença, é mais voltada para atividades industriais e agropecuárias. O município de Medianeira, por sua vez, tem perfil de prestador de serviços.

Quanto à arrecadação, os impostos de ambos os municípios, praticamente se igualam, com diferença de 2% em favor de Medianeira.

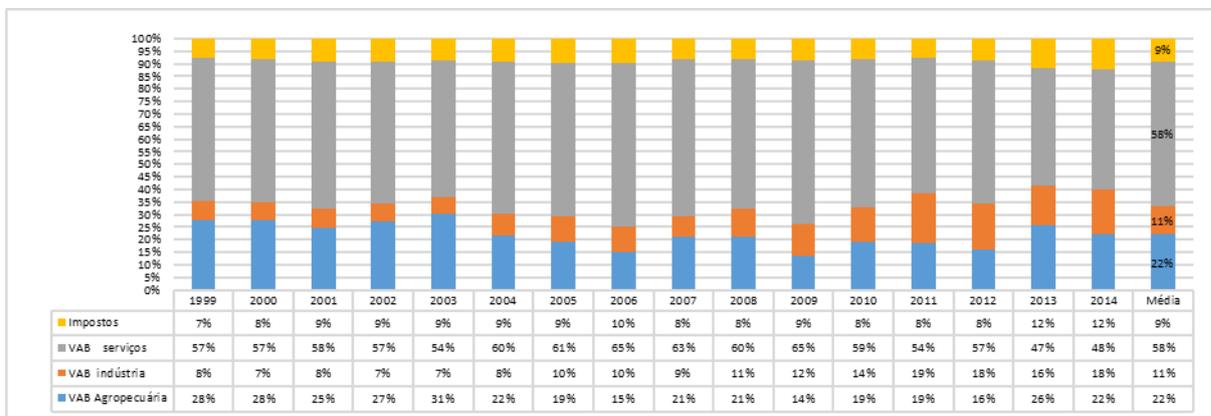


Gráfico 6 - PIB Municipal dos impostos e valores adicionados de São Miguel do Iguauçu (1999 - 2014)
Fonte dos dados: IBGE (2017)

O Gráfico 6 comparado com o com Gráfico 4 mostra que a média do VAB serviços são muito próximos, pois Medianeira apresentou a média de 58% do PIB e São Miguel do Iguauçu 58%. Mas em relação à Matelândia, o município de São Miguel do Iguauçu possui significativas alterações na composição do seu produto interno bruto ao longo do tempo.

Com relação à média do VAB indústria, Medianeira leva uma significativa vantagem, ou seja, 24% do PIB, contra 11% do PIB. Quanto à média do VAB agropecuária, a diferença é significativa. São Miguel do Iguauçu detém 22% do PIB, ao passo que Medianeira somente 7%. Nos impostos os resultados são praticamente semelhantes.

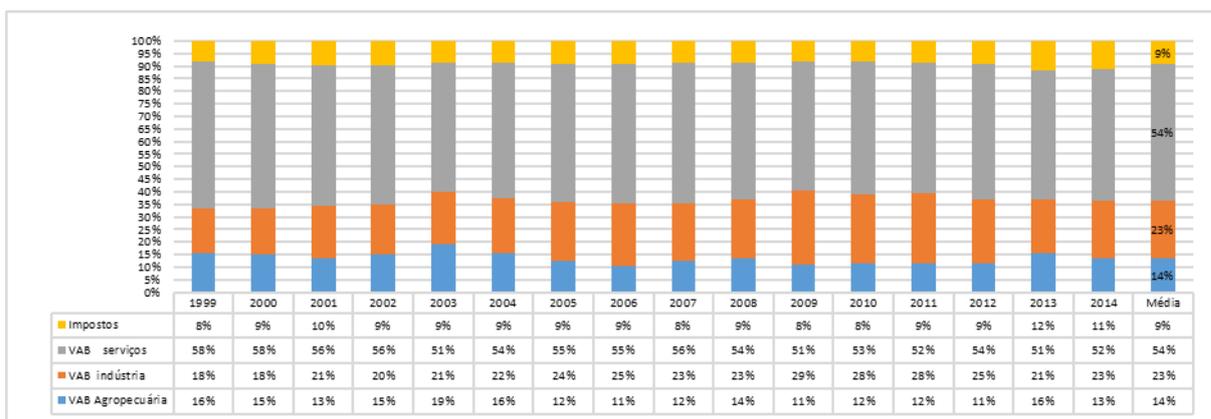


Gráfico 7 - PIB Municipal dos impostos e valores adicionados de Marechal Cândido Rondon (1999 - 2014)
Fonte dos dados: IBGE (2017)

Na comparação entre o Gráfico 4 e o Gráfico 7 a média do VAB serviços entre Medianeira e Marechal Cândido Rondon, assemelham-se, com resultados de 54% do PIB para Marechal Cândido Rondon, contra 58% do PIB de Medianeira.

A média do VAB indústria tem resultados praticamente iguais, com 24% do PIB para Medianeira e 23% do PIB para Marechal Cândido Rondon. Com relação à média do VAB agropecuária, Marechal se destaca com o dobro do valor da média de Medianeira, ou seja, 14% do PIB contra 7%. E os impostos de ambos os municípios, praticamente se igualam. As duas cidades, apesar da pequena diferença na importância das atividades agropecuárias, possuem perfil de atividades econômicas parecidas.

Chama atenção no Gráfico 7 a maior estabilidade da composição do PIB de Marechal Cândido Rondon, de modo similar ao que ocorre com Medianeira.

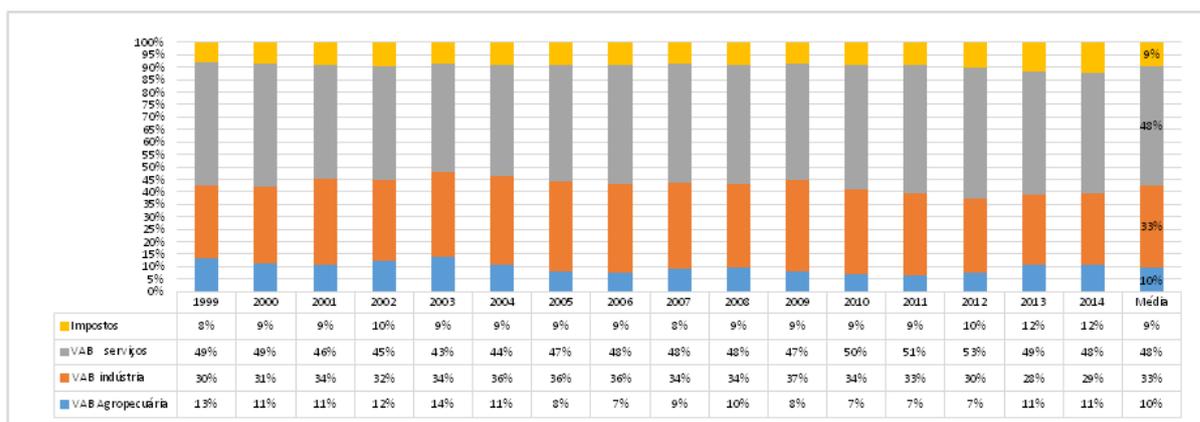


Gráfico 8 - Proporções do PIB Municipal dos impostos e valores adicionados de Toledo (1999 - 2014)

Fonte dos dados: IBGE (2017)

Os resultados apresentados no Gráfico 4, quando comparados com o Gráfico 8, mostram que a média do VAB serviços de Medianeira se mostra superior à média de Toledo, a saber: VAB de Medianeira correspondeu a 58% do PIB ao passo que o VAB de Toledo totalizou 48 % do PIB.

Com relação à média do VAB indústria os valores ficaram bem distantes, ou seja, a média de Medianeira correspondeu 24% do PIB, contra 33% do PIB de Toledo. O perfil de Toledo é mais voltado para a indústria. Isso pode ser explicado pela presença da empresa BR Foods, antiga Sadia, que interfere significativamente como fator endógeno na configuração das atividades econômicas do município.

A média do VAB agropecuária de Toledo se mostrou superior à média de Medianeira, sendo Toledo com 10% do PIB e Medianeira 7%.

E os impostos de ambos os municípios, como ocorreu em todas as demais comparações citadas, praticamente se igualam. Isso é indicativo que a variação do perfil das atividades econômicas tem baixo impacto na arrecadação de impostos para os municípios analisados. As influências talvez possam se manifestar em outros indicadores dependentes do tipo de atividades que preponderam em cada município.

Diante do exposto, embora com características bastante semelhantes, é possível inferir que há maior similaridade entre os municípios de Marechal Cândido Rondon com prestação de serviços e se diferem um pouco em um ou outro item, mas não são diferenças significativas. O município de Toledo se destaca com perfil mais industrial.

Em relação às atividades ora analisadas, se considerar que “a indústria gera valor como um todo porque ela gera demandas, tais como serviços, habitação, saúde, comércio, esportes, bem-estar, lazer entre outros” (Entrevistado G), poderia haver maior influência do município de Toledo para o desenvolvimento regional.

Essas análises confirmam que as cidades possuem características diferentes, podendo ser naturais, culturais, de prestação de serviço, industriais e políticas. Essa diferenciação deixa melhor marcada a tendência de cada cidade, mostrando a direção que ela terá para o seu desenvolvimento (CIDADE; MORAIS, 2004). Considerando conjuntamente as características discutidas até este ponto, a cidade naturalmente se torna um centro de interação social, perceptível através da circulação de pessoas e veículos, do comércio de produtos e da prestação de serviço. Essas são características bastante visíveis na dinâmica cotidiana de Medianeira.

5.1.2 Influência dos Royalties para o desenvolvimento endógeno

O termo royalties é uma palavra inglesa que significa regalia ou privilégio. Em termos práticos, consiste em uma quantia que é paga por alguém ao proprietário pelo direito de usar, explorar ou comercializar um produto, obra, terreno, entre outros (SIGNIFICADOS, 2017).

Na região em que se insere Medianeira, o pagamento de *royalties* foi motivado pela construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, que causou grandes perdas aos municípios em função de desapropriações e de mudanças substanciais em termos de produção, transportes, estradas, dentre outros. As culturas que ocupavam 99.000 hectares do total desapropriado, representavam 98% da produção agrícola inundada. Os municípios atingidos pela hidrelétrica perderam 13% do total da área cultivada na época. O impacto foi de 15,17% da quantidade produzida e de 14,32% do valor da produção global. O município mais prejudicado foi Foz do

Iguaçu, com a perda de 33% da sua produção agrícola; a área de cultivo de São Miguel do Iguaçu foi 25%, a de Guaíra de 10,7%, a de Marechal Cândido Rondon, 17,8% e a de Medianeira de apenas 4,6% (LIMA, 2004).

O número de propriedades e a extensão das áreas desapropriadas para ocupação pelo lago da hidrelétrica de Itaipu é expresso na Tabela 4 e demonstrado no Gráfico 9.

Tabela 4- Municípios atingidos e propriedades rurais cadastradas pela Itaipu Binacional

MUNICÍPIO	PROPRIEDADE
Foz do Iguaçu	712
São Miguel do Iguaçu	1.864
Santa Helena	1.986
Medianeira	463
Matelândia	31
Marechal Cândido Rondon	1.390
Guaíra	446
Terra Roxa	06
Mundo Novo	06
Ilhas	09
Total	6.913

Fonte: Lima (2004, p. 306)

Complementando as informações da Tabela 3, no Gráfico 9 são apresentadas as áreas adquiridas para serem utilizadas pela Itaipu Binacional para alagamento da usina hidrelétrica.

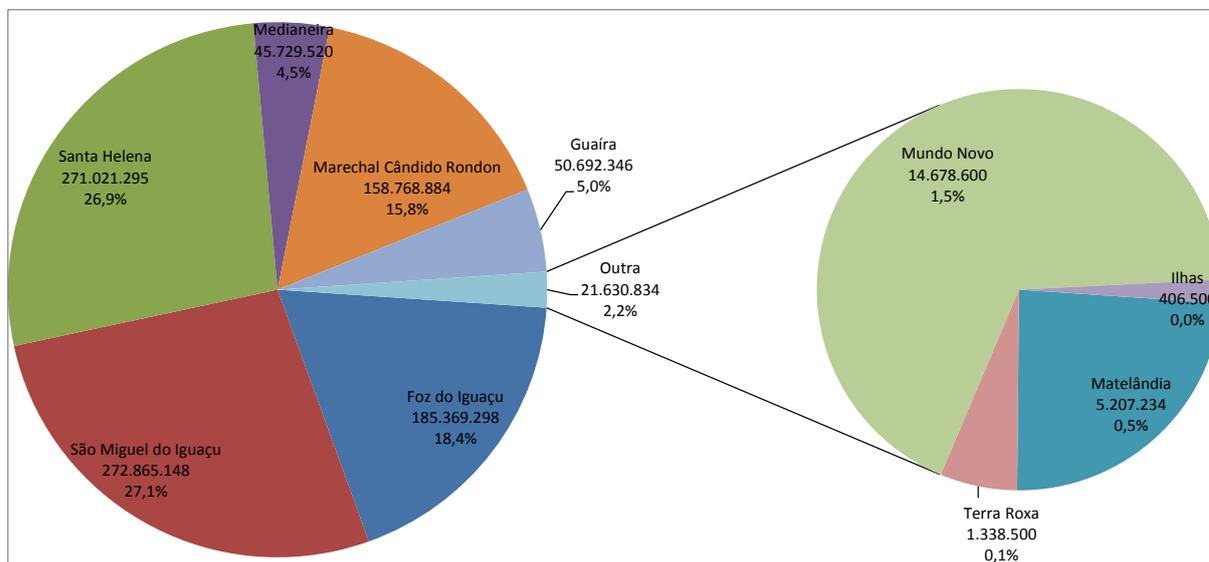


Gráfico 9 – Área total adquirida dos municípios atingidos pela Itaipu Binacional

Fonte: Lima (2004)

Com o intuito de remediar os sacrifícios dos municípios e propriedades rurais atingidos pela construção da Itaipu Binacional, a Constituição Federal de 1988 determinou o pagamento de *royalties* (LIMA, 2004). Então, como forma de compensação pelas perdas, a Itaipu passou a utilizar os royalties como compensação financeira aos municípios lindeiros ao lago

da hidrelétrica (STERCHILE; SOUZA, 2008). O repasse dos recursos financeiros é proporcional à extensão de áreas submersas pelo lago e à quantidade de energia gerada mensalmente.

A Lei dos Royalties, que regulamentou o dispositivo constitucional, foi criada em 1991. A partir de então, mensalmente, a Itaipu Binacional deposita os valores correspondentes aos *royalties* no Tesouro Nacional, destinados ao Estado do Paraná, aos municípios atingidos, à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ao Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, ao Ministério de Ciência e Tecnologia, ao Ministério das Minas e Energia e ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (LIMA, 2004). Esse repasse é regulamentado pela lei nº 7.990/1989 e a forma de sua distribuição é estabelecida pela lei nº 9.984/2000, que explicita que a distribuição mensal da compensação financeira será: 45% aos Estados; 45% aos Municípios; 4,4% ao Ministério do Meio Ambiente; 3,6% ao Ministério de Minas e Energia e 2% ao Ministério da Ciência e Tecnologia (STERCHILE; SOUZA, 2008).

Os percentuais de distribuição financeira aos municípios atingidos pelo reservatório de Itaipu foram definidos por meio da Lei nº 8001, de 13/03/1991. Os valores recebidos pelos municípios, conforme o art. 24 dessa lei, deverão ser aplicados exclusivamente em abastecimento e tratamento de água, energia, irrigação, pavimentação de rodovias, proteção ao meio ambiente e saneamento básico. O objetivo dessa distribuição seria viabilizar o desenvolvimento integrado (LIMA, 2004).

O rateio, conforme as informações da ANEEL (2007 apud STERCHILE; SOUZA, 2008), dos recursos dos royalties entre os municípios limieiros obedece aos critérios de repasse por ganho de energia, por regularização de vazão e o de área inundada por reservatórios de usinas hidrelétricas. Assim, quanto maior a área alagada maior será o valor do repasse de royalties. Leva-se em conta que o cálculo do valor a ser repassado varia de acordo com a geração total de energia no mês. O rateio da distribuição dos recursos entre os municípios obedece aos critérios de repasse de recurso por ganho de energia, pela vazão e principalmente em virtude da área inundada pelo Lago de Itaipu, com a construção da barragem (STERCHILE; SOUZA (2008).

A Tabela 45 apresenta a área alagada com a Itaipu Binacional nos municípios limieiros ao lago de Itaipu.

Tabela 5 - Área alagada com a Itaipu Binacional nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

Município	Área alagada (km ²)	%
Medianeira	1,16	0,10
Terra Roxa	1,58	0,15
São José das Palmeiras	1,94	0,19
Diamante do Oeste	5,62	0,54
Mercedes	19,32	1,87
Entre Rios do Oeste	32,90	3,18
Missal	40,07	3,87
Santa Terezinha de Itaipu	41,90	4,05
Pato Bragado	47,07	4,55
Guairá	51,01	4,93
Marechal Cândido Rondon	56,04	5,42
São Miguel do Iguaçu	90,91	8,78
Itaipulândia	179,73	17,37
Foz do Iguaçu	201,84	19,50
Santa Helena	263,76	25,49
Total	1.034,85	100,00

Fonte: Itaipu Binacional (2017).

Na sequência, o Gráfico 10 demonstra visualmente as frações de terras alagadas dos municípios lindeiros pela represa de Itaipu.

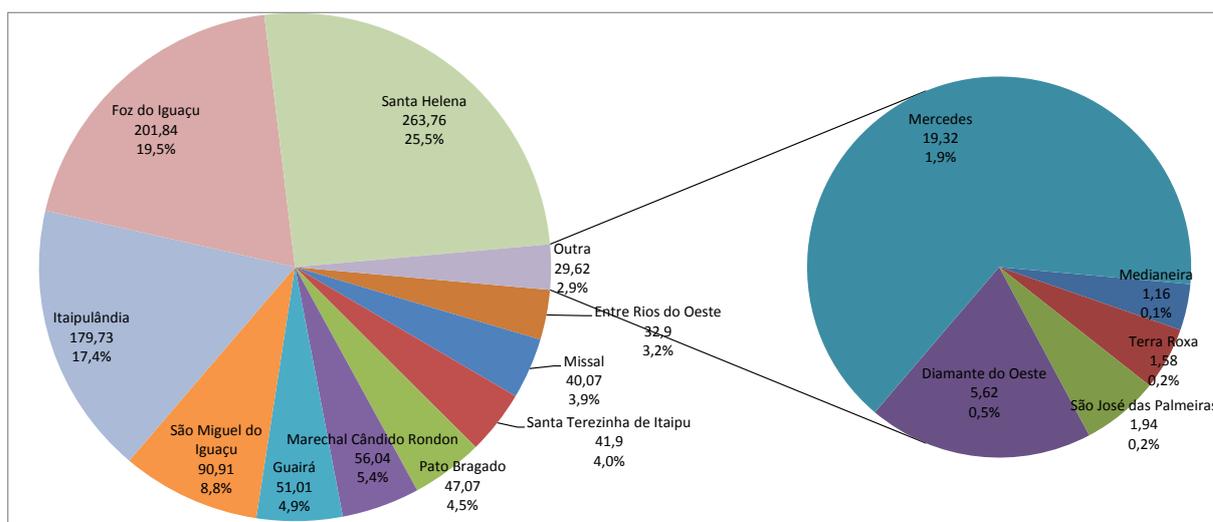


Gráfico 10 - Área alagada com a Itaipu nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

Fonte: Itaipu Binacional (2017).

Como se pode observar na Tabela 5, o município de Medianeira foi o que teve a menor área alagada, devido a sua localização. Isso se refletiu no recebimento dos royalties. O reflexo disso é que, dentre todos os municípios lindeiros, Medianeira teve o menor percentual de compensação. Isso é constatado pelo Entrevistado “D”, quando afirma que os “royalties são em quantidade ínfima” (Entrevistado D). Isso que poderia ter sido uma desvantagem para Medianeira, talvez possa se constituir com vantagem em termos de incentivo ao desenvolvimento econômico, pois “poder público não é o principal empregador” (Entrevistado D). Isso “fez com que a sociedade enten-

desse que, se ela dependesse do poder público para conseguir algum crescimento, estaria perdida” (Entrevistado D).

Na Tabela 6 são apresentados os dados referentes os royalties recebidos por Medianeira, cujas informações foram prestadas pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Medianeira.

Tabela 6 – Royalties recebidos por Medianeira

Data	Valor (R\$)
19/01/2016	34.474,57
16/02/2016	34.625,14
15/03/2016	34.563,00
15/04/2016	32.661,57
16/05/2016	30.779,50
16/06/2016	31.158,22
18/07/2016	29.289,65
16/08/2016	28.373,37
29/08/2016	234.908,58
19/09/2016	29.331,54
23/12/2016	56.415,01
Total	547.248,61
01/03/2017	86.243,13
15/03/2017	27.887,41
17/04/2017	28.943,72
15/05/2017	30.233,27
Total	173.307,53

Fonte: Informações prestadas pelo Secretário de Finanças, da Prefeitura de Medianeira(2017).

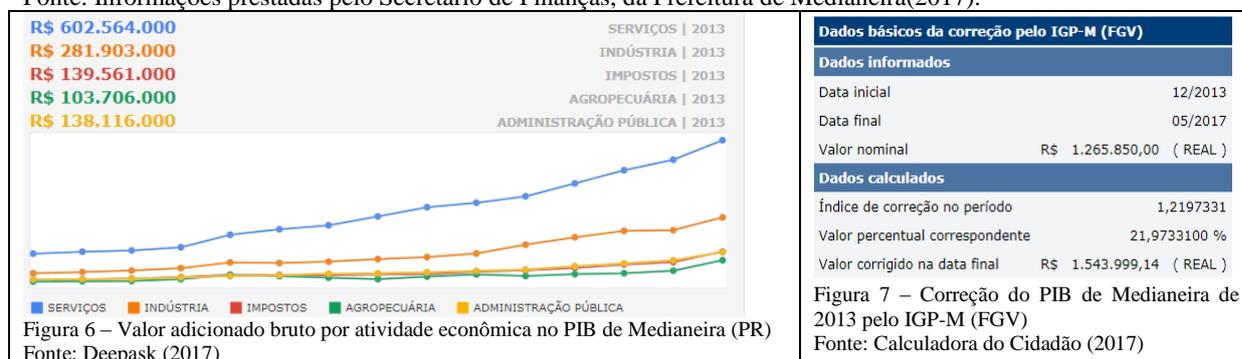


Figura 6 – Valor adicionado bruto por atividade econômica no PIB de Medianeira (PR)
Fonte: Deepask (2017)

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)	
Dados informados	
Data inicial	12/2013
Data final	05/2017
Valor nominal	R\$ 1.265.850,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,2197331
Valor percentual correspondente	21,9733100 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1.543.999,14 (REAL)

Figura 7 – Correção do PIB de Medianeira de 2013 pelo IGP-M (FGV)
Fonte: Calculadora do Cidadão (2017)

De acordo com informações do site Deepask (2017), o Produto Interno Bruto de Medianeira foi de R\$ 1.265.850.000, 00, conforme Figura 1. Esse valor corrigido pelo IGP-M (FGV) resulta em R\$ 1.543.999.140,00, como indicado Figura 7.

Os valores informados pela Prefeitura, por meio da Secretaria de Finanças, recebidos como royalties nos 12 meses de 2016 somaram R\$ 547.248,61. Esse valor corresponde a 0,04% do valor do PIB. Portanto, corrobora com a declaração do Entrevistado D no sentido de que os valores dos royalties incorporados diretamente na economia do município são ínfimos. Isso, portanto, permite inferir que o desenvolvimento endógeno do município de Medianeira é

muito mais dependente de outros tipos de atividade do que do recebimento desse tipo de recurso.

Na Tabela 7 apresenta-se o Balanço Orçamentário relativo ao Exercício de 2016, onde se pode identificar os valores que são de origem de arrecadação no município e os que têm origem em repasses do governo federal e estadual.

Tabela 7 - Balanço orçamentário, orçamento fiscal e a seguridade social, exercício 2016

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	110.402.768,65	115.089.206,15	109.800.625,23	(5.288.580,92)
Receita Tributária	23.051.266,48	23.455.866,48	22.945.861,59	(510.004,89)
Receitas de Contribuições	3.106.578,23	3.907.262,02	4.099.003,41	191.741,39
Receita Patrimonial	1.294.546,27	1.614.425,28	1.747.334,46	132.909,18
Receita de Serviços	950.782,33	950.782,33	592.138,69	(358.643,64)
Transferências Correntes	79.621.833,01	82.761.432,31	79.121.558,92	(3.639.873,39)
Outras Receitas Correntes	2.377.762,53	2.399.437,73	1.294.728,16	(1.104.709,57)
Receitas de Capital (II)	20.035.528,98	21.322.777,84	12.039.473,27	(9.283.304,57)
Operações de Crédito	8.087.570,67	8.324.485,53	6.433.181,77	(1.891.303,76)
Alienação de Bens	6.450.000,00	6.450.000,00	2.968.082,57	(3.481.917,43)
Amortização de Empréstimos	8.712,06	8.712,06		(8.712,06)
Transferências de Capital	5.489.246,25	6.539.580,25	2.638.208,93	(3.901.371,32)
Receitas (Intraorçamentárias) (III)				
Subtotal das Receitas (IV) = (I + II + III)	130.438.297,83	136.411.983,99	121840.098,50	(14.571.885,49)
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV + V)	130.438.297,83	136.411.983,99	121840.098,50	(14.571.885,49)
Déficit (VII)				
Total (VIII) = (VI + VII)	130.438.297,83	136.411.983,99	121840.098,50	(14.571.885,49)
Saldos de Exercícios Anteriores				
(Utilizados para Créditos Adicionais)				

Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira (2017)

Na Tabela 7 pode-se observar que as receitas correntes perfazem o valor de R\$ 109.800.625,23, sendo que desse total, 20,90% corresponde às receitas tributárias (IPTU, ITBI, IR, entre outros) e 72,06% referem-se às transferências correntes (IPVA, FPM, ICMS entre outros). Portanto, a maior parte dos recursos para manutenção das políticas públicas municipais locais tem origem exógenas a Medianeira.

5.2 Desenvolvimento Social

Os indicadores sociais tratados a seguir têm origem no Atlas de Desenvolvimento Humano. As análises padronizadas daquele Atlas serão utilizadas para serem contextualizadas com iniciativas locais possam explicar os motivos das variações ocorridas nos períodos analisados.

5.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Medianeira é 0,763, em 2010, o que situa esse município na faixa entre 0,700 e 0,799, que é considerado alto. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a longevidade, com índice de 0,849, seguida da renda, com índice de 0,762, e de educação, com 0,686. Na atualidade, o município ocupa a 320ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço). Entre os 399 municípios paranaenses, Medianeira ocupa a 13ª posição, conforme Gráfico (ATLAS DH-BRASIL, 2017).

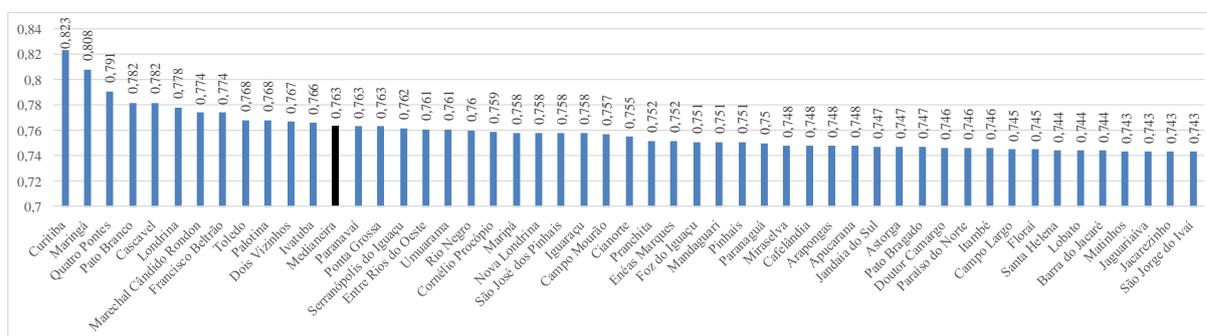


Gráfico 11 - Ranking dos 50 maiores IDHM paranaenses

Fonte: Dados com origem no Atlas DH-Brasil (2017)

De 1991 a 2010, o IDHM de Medianeira passou de 0,545, em 1991, para 0,763, em 2010, enquanto o IDHM do Paraná passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 40,00% para o município e 47% para o Paraná; e na taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 52,09% para o município e 53,85% para o Paraná. No município, a dimensão que teve o índice que mais cresceu em termos absolutos foi a educação (com 0,341), seguida por renda e por longevidade. No Paraná, o maior índice de crescimento, em termos absolutos, também foi a educação (0,358), seguido por longevidade e por renda (ATLAS DH-BRASIL, 2017). Esses dados indicam evolução positiva dos índices de Medianeira crescem no mesmo sentido dos estaduais.

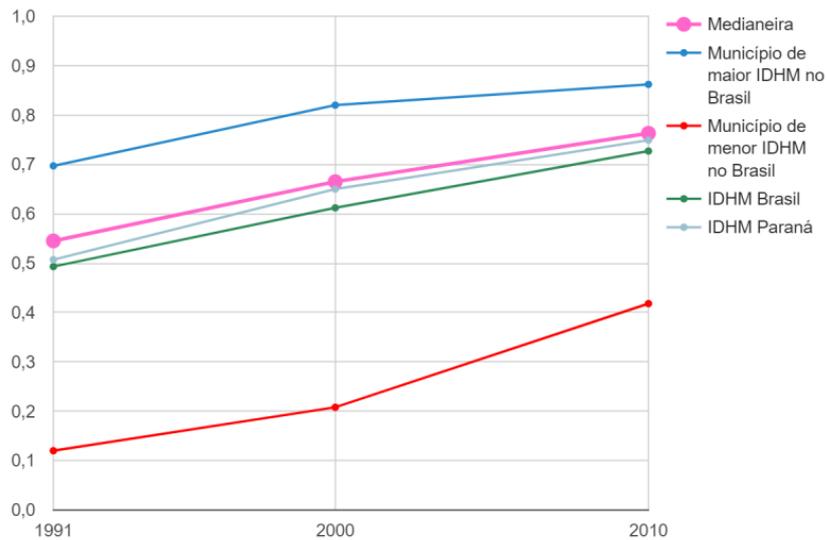


Gráfico12 - Evolução do IDHM de Medianeira (1991 - 2010)
Fonte: Atlas DH-Brasil (2017)

Em termos de desenvolvimento humano, o Gráfico 12 demonstra que o município de Medianeira tem crescimento do IDH-M superior à media nacional e estadual desde 1991. Essa trajetória está diretamente associada com o crescimento do PIB-M demonstrada no Gráfico , o que é indicativo de desenvolvimento econômico associado com melhorias nas condições de vida da população local.

5.2.2 Evolução demográfica municipal

Entre 1991 e 2000, a população de Medianeira cresceu à taxa média anual de 1,43% e no Brasil de 1,63%. Entre 2000 e 2010 o município teve taxa média anual de crescimento de 1,01% enquanto no Brasil essa taxa foi de 1,17%. Em 2010 viviam no município 41.817 pessoas (ATLAS DH-BRASIL, 2017).

No município, entre 1991 e 2010, a taxa de urbanização do município passou de 84,15% para 87,89% e na década seguinte de 87,89% para 89,41% (ATLAS DH-BRASIL, 2017).

Quanto à estrutura etária, entre 2000 e 2010, a razão de dependência² no município passou de 49,53% para 40,85% e a taxa de envelhecimento³, de 4,57% para 7,05%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 59,30% e 3,49%. No Paraná, a razão de depen-

² A razão de dependência é o percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

³ A taxa de envelhecimento é a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

dência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente (ATLAS DH-BRASIL, 2017).

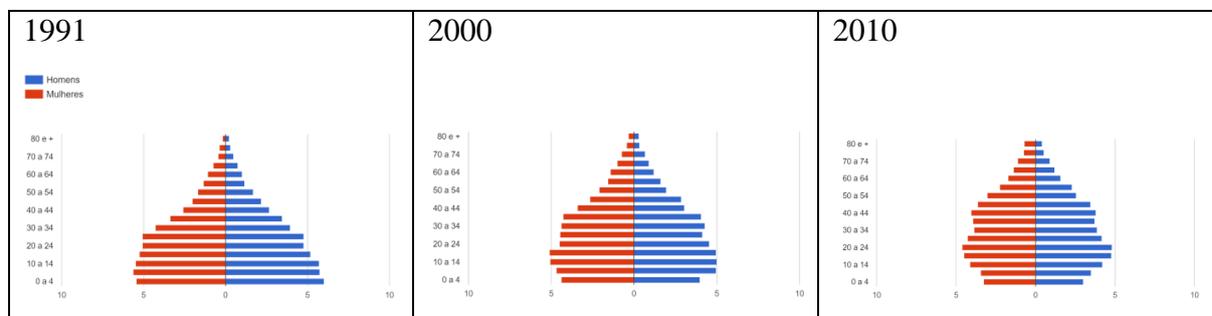


Gráfico 13 - Pirâmides etárias de Medianeira (1991-2010)

Fonte: Atlas DH-Brasil (2017)

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) em Medianeira tinha taxa de 26,8 em 1991, passando para 20,2 óbitos por mil nascidos vivos em 2000 e para 11,5 em 2010 (ATLAS DH-BRASIL, 2017). Esse indicador tem se mostrado bastante positivo para Medianeira, acompanhando, portanto, outras tendências sociais e econômicas nesse sentido ao longo das três décadas analisadas.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão longevidade IDHM. Em Medianeira, em 1991 era de 69,2 anos a esperança de vida ao nascer. Entre 2000 e 2010 esse indicador cresceu 2,7 passando de 73,3 para 76,0 anos. No Brasil, em 1991 era de 64,7 anos, passando para 73,9 em 2010 e para 68,6 em 2000 (ATLAS DH-BRASIL, 2017).

Em síntese, na década compreendida entre 1991 e 2000, Medianeira teve crescimento populacional que se situa entre a taxa paranaense e a brasileira, assumindo perfil crescentemente urbano. No segundo período, de 2000 e 2010, houve redução do crescimento populacional e manutenção da tendência de crescente urbanização.

Os dados mostram a redução da taxa de dependência em relação à população economicamente ativa entre 1991 e 2010, o que pode ter como reflexo, por exemplo, a elevação do padrão de vida individual pela redução dos níveis de compartilhamento com dependentes. Um aspecto que deve chamar a atenção para políticas públicas municipais é o crescimento constante da taxa de envelhecimento porque isso demandará, por exemplo, a necessidade de acréscimo de infraestruturas e de serviços ajustados à necessidade dessa faixa etária.

5.2.3 Evolução de indicadores de educação

Considerando o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar, esse indicador passou de 10,72 anos para 10,71 anos entre 2000 e 2010. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 10,34 anos.

Em relação à educação adulta, conforme demonstrado no Gráfico 14, nota-se redução da proporção dos níveis mais básicos de educação e crescendo significativamente nos níveis mais elevados. Merece atenção, por exemplo, o crescimento da proporção da população com nível superior completo, que passou de 3,16% em 1991 para 12,70 em 2010.

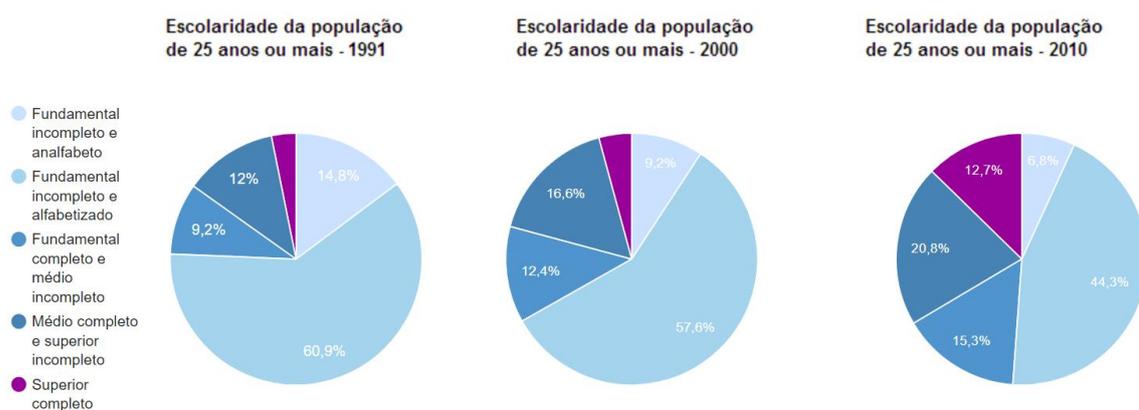


Gráfico 14 - Escolaridade da população de Medianeira (1991-2010)

Fonte: Atlas DH-Brasil (2017)

Em Medianeira, os dados do Gráfico 14 explicitam um cenário positivo em relação ao número de anos estudo de jovens até 18 anos, que passou de 10,34 para 10,71 entre 1991 e 2010. Esse cenário é fortalecido com a elevação da proporção de adultos com ensino superior completo. A este último aspecto poder estar relacionada, por exemplo, à importância que esse nível adquiriu na cidade pelo número de instituições de ensino criadas e pelo número de alunos que as frequentam atualmente.

5.2.4 Evolução da renda e das condições de trabalho no município

A renda per capita média de Medianeira cresceu 119,06% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 417,54, em 1991, para R\$ 547,46, em 2000, e para R\$ 914,67, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,21% (ATLAS DH-BRASIL, 2017). A taxa média anual de crescimento foi de 3,06% na primeira década e de 5,27% na segunda.

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 28,95%, em 1991, para 12,83%, em 2000, e para 3,93%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini⁴, que passou de 0,56, em 1991, para 0,50, em 2000, e para 0,49, em 2010 (ATLAS DH-BRASIL, 2017).

Quanto ao trabalho, entre 2000 e 2010, a população econômica ativa (18 anos ou mais) passou de 72,31%, em 2000, para 76,72% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação da população passou de 11,69%, em 2000, para 3,30%, em 2010.

Os dados ora apresentados demonstram que Medianeira vem apresentando constante elevação da renda, redução do número de pessoas pobres e elevação da taxa de ocupação da população economicamente ativa. Isso indica um cenário bastante positivo em termos de desenvolvimento endógeno municipal.

6 URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA

O Gráfico 15 mostra o perfil, em termos de dimensão, dos loteamentos criados em Medianeira entre a década de 1973 e 2016. Ele deixa evidente que nas décadas de 1970 e 1980 ocorreram divisões intensiva do solo em grandes parcelas. Depois, à exceção dos primeiros cinco anos da década de 1990, como visto na Figura 14, houve uma redução drástica na criação de loteamentos. O ritmo começou a acelerar a partir do ano 2000, com o surgimento de pequenos lotes. A partir de 2005, em menor intensidade, voltou-se a criar grandes loteamentos na cidade.

⁴ É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

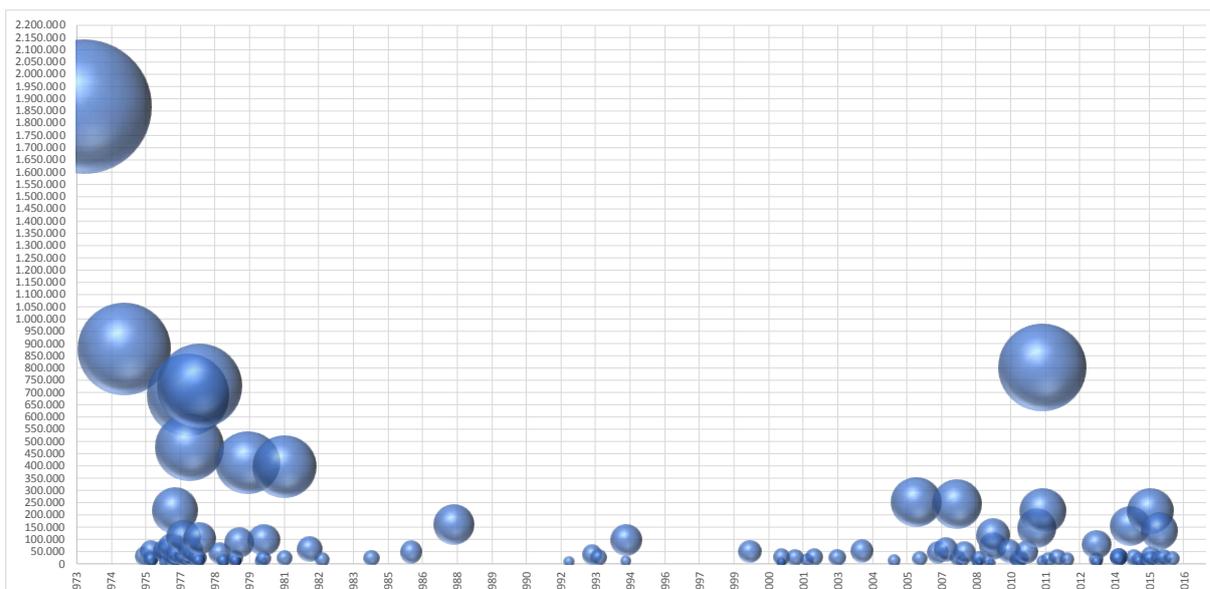


Gráfico 15 - Relação entre tempo e área, em m², dos loteamentos criados em Medianeira (1970-2016)

É interessante notar que, na trajetória apresentada pelo Gráfico 15 e pela Figura 13, o primeiro plano diretor do município de Medianeira teve sua implantação no ano de 1992, que é marcado por um momento em que surgem isoladamente na história alguns novos loteamentos. Esse plano foi um dos primeiros que foram realizados entre os municípios vizinhos. Do ano de 2000 em diante evidencia-se o retorno, em ritmo intenso da criação de loteamentos regularizados. Isso pode ter relação com a aprovação, em 2001, do Estatuto da Cidade, que passou a impor o Plano Diretor como mecanismo para melhorar diagnóstico dos condicionantes, deficiências e potencialidades da cidade.

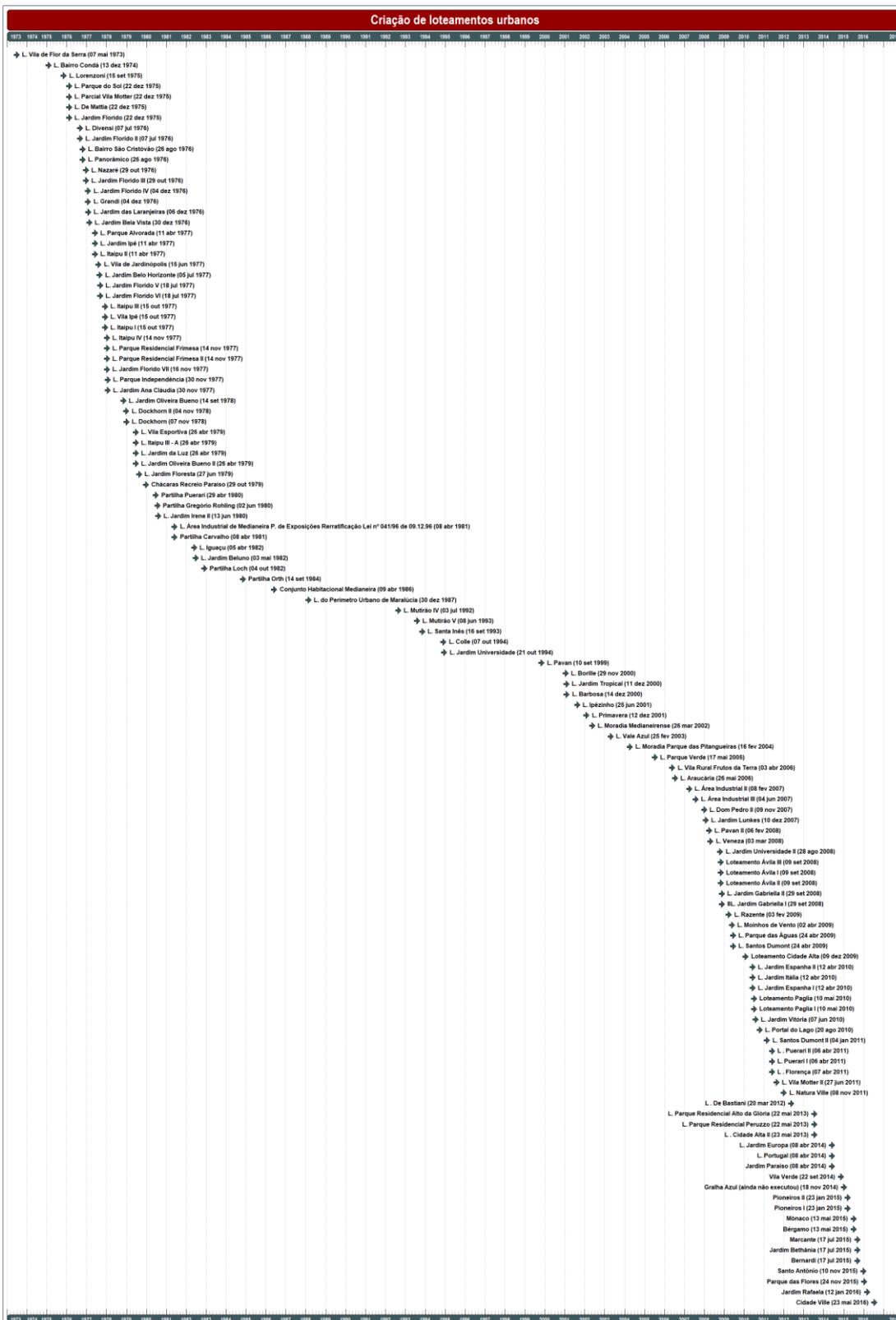


Figura 13 - Linha histórica da criação de loteamentos em Medianeira (1973-2016)
 Fonte: Dados com origem na Prefeitura Municipal de Medianeira

Na Figura 13 é apresentada a evolução histórica do parcelamento do solo urbano de Medianeira por meio de criação de loteamentos. A linha histórica mostra um processo acelerado de parcelamento entre 1970 e 1980, com redução significativa entre 1980 e 2000. Depois disso, até a atualidade, houve retomada do parcelamento em ritmo acelerado, mas um pouco inferior àquela ocorrida entre 1970 e 1980.

Nessa época, o processo de parcelamento do solo estava praticamente paralisado desde a década de 1990. Logo após a criação do Plano Diretor houve o retorno do parcelamento até 1995. Sobre o processo de parcelamento do solo de Medianeira motivado pelo crescimento urbano, o seguinte relato histórico do Entrevistado F ajuda a compreender a dinâmica demonstrada na Figura 13 e no Gráfico 15:

O Plano Diretor entrou em vigor em 1992 e em outros municípios, como São Miguel do Iguçu e Matelândia, por exemplo, somente em 2007. Isso fez com que Medianeira organizasse seu crescimento, principalmente na questão de expansão do perímetro urbano, de forma mais ordenada. Antes disso, tiveram vários loteamentos que eram feitos sem uma padronização e sem infraestrutura (rede de luz, água, meio fio, calçamento, asfalto, entre outros). Com isso, na implantação do Plano Diretor, num primeiro momento gerou certa dificuldade. Tanto é que depois de 1992, novos loteamentos demoraram para ser implantados, pois, obedecendo ao Plano, eram cobrados infraestrutura, e as pessoas não estavam acostumados a abrir loteamentos nesse sentido (Entrevistado F).

A revisão e atualização do Plano Diretor de 2007 foi realizada por equipe técnica da Prefeitura Municipal de Medianeira e assessorada pela antiga FAMEPAR (atual Paraná Cidade), com levantamento geotécnico elaborado pela MINEROPAR S/A (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2017).

Durante a elaboração do plano, houve a mobilização popular por meio da distribuição de 15 mil cartilhas explicando a história, evolução da cidade e o que são as leis que integram o Plano Diretor juntamente. Juntamente como a cartilha, foi distribuído um folheto solicitando informações sobre as necessidades na casa, na rua, na vizinhança, no bairro e na cidade percebidos pelos munícipes. Ao final do período de mobilização houve a apresentação dos diagnósticos desenvolvidos a partir dos dados coletados. A apresentação foi realizada para a população em geral. No evento ocorreu maior participação dos empresários da Associação Empresarial de Medianeira (ACIME) (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2017).

No caso estudado, apesar de ter ocorrido tentativa de instituir um processo participativo para implantação do Plano Diretor, os resultados indicam que o envolvimento não foi significativo e que, na atualidade, as decisões sobre o parcelamento e ocupação do solo decorrem mais de como o empresariado local julga mais conveniente, tendo em conta os interesses no

desenvolvimento da cidade. Essa tendência de os destinos da cidade ser conduzido por grupos de interesse local, que normalmente aflora em decorrência da pouca influência individual manifesta em processos participativos, não inviabilizou o desenvolvimento local que, conforme será verificado as seguir, que, por exemplo, colocam a cidade de Medianeira na 13ª posição do ranking entre os 399 municípios paranaenses no *ranking* do Desenvolvimento Humano Municipal, assim com o desenvolvimento local com trajetória favorável em outros importantes aspectos do desenvolvimento das suas capacidades endógenas.

A política de parcelamento do solo de Medianeira, de acordo com a avaliação Entrevistado “F” trazida no trecho abaixo, é mais conduzida de acordo com os objetivos do empresariado local do que com os do próprio município.

[...] o crescimento da cidade, raciocinando nesse sentido de zoneamento, é feito pelo poder privado. Não é o município que expande. É o poder privado. O crescimento da cidade é gerido por grupo de empresários, investidores, pessoas pensam no desenvolvimento da cidade (Entrevistado F).

Como resultado do processo de parcelamento do solo e expansão da área urbana, a configuração espacial urbana de Medianeira pode ser observada na Figura 14.

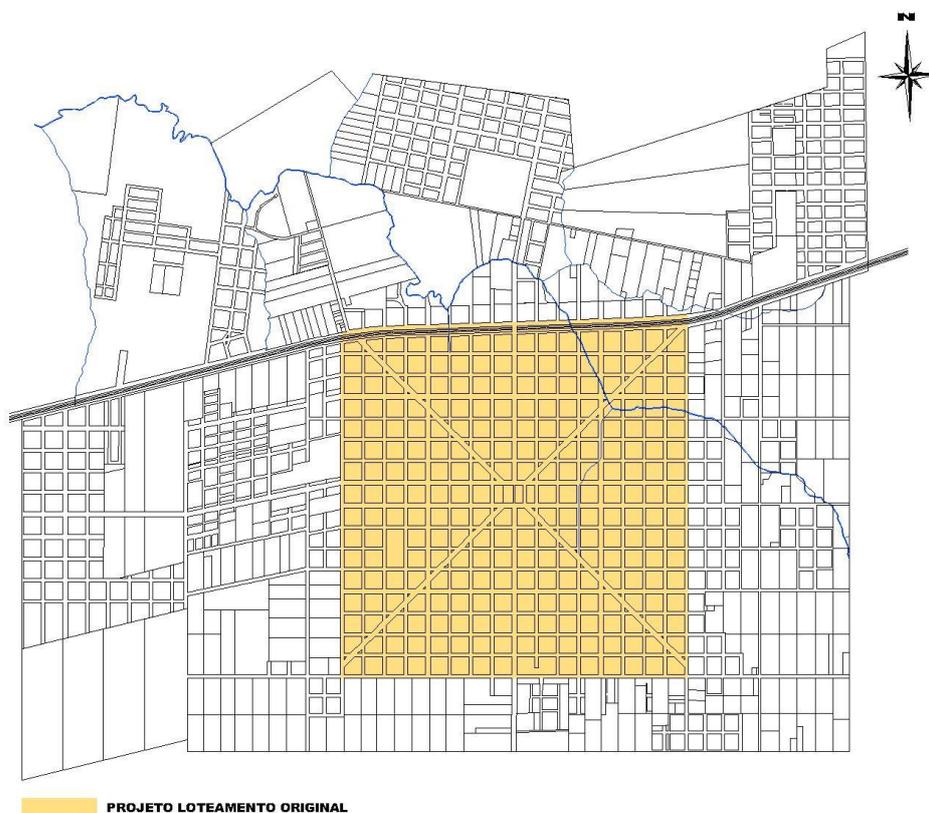


Figura 14 - Comparativo entre a área urbana inicial e Medianeira e a atual

Sobre qualidade, infraestrutura de água, energia elétrica e coleta de lixo, os dados do Gráfico 16 mostram que Medianeira, apesar da retomada da criação de novos loteamentos a partir do ano 2000, consegue elevar as taxas da população atendidas por esses serviços públicos.

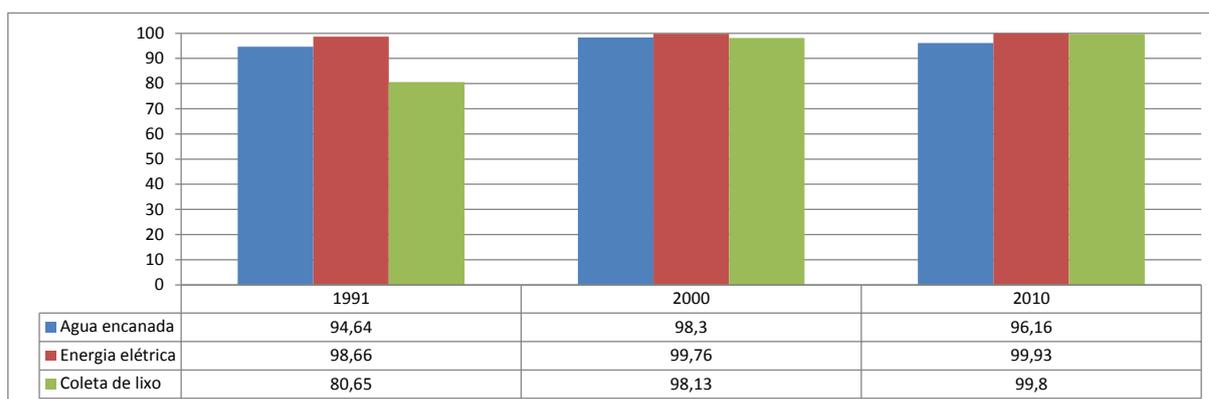


Gráfico 16 - Percentual de domicílios com água encanada, energia elétrica e coleta de lixo (1991 – 2010)
Fonte: Atlas do desenvolvimento humano do Brasil (2017)

Como se pode observar no Gráfico 17, os indicadores de habilitação do município de Medianeira estavam bastante próximos de serem totalmente atingidos em 2010. Nesse gráfico chama a atenção também a associação da elevação da qualidade dos domicílios com a redução da população vulnerável à pobreza.

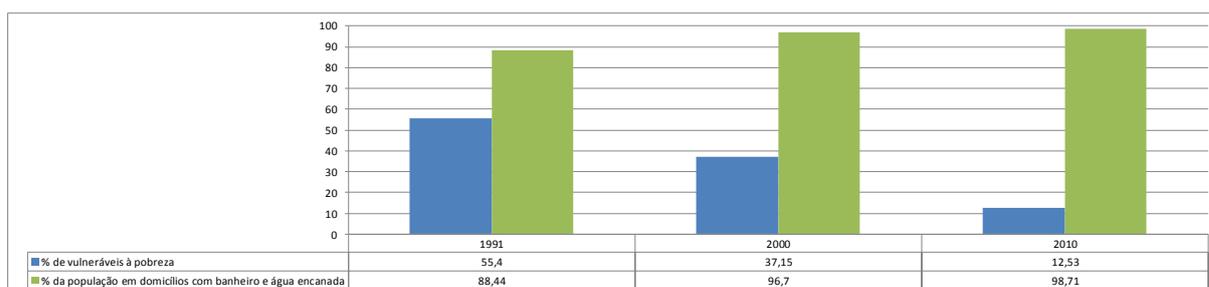


Gráfico 17 - Indicadores de Trabalho e Renda do Município de Medianeira
Fonte: Atlas do desenvolvimento humano do Brasil (2017)

A cidade de Medianeira tem apresentado historicamente uma variação bastante elevada no ritmo da expansão urbana e parcelamento do solo. Isso é indicativo de criação de novos espaços urbanos ou de regularização de outros. De qualquer forma, os resultados indicam que a cidade tem conseguido associar crescimento urbano com elevação da qualidade da prestação de serviços de coleta de resíduos, de fornecimento de energia elétrica e de água tratada. Em relação aos cidadãos, os dados também revelam que as condições de qualidade sanitária das

moradias vêm melhorando e tem havido a redução do percentual de pessoas vulneráveis à pobreza.

6.1 Outro lado da moeda

Não obstante os aspectos positivos do desenvolvimento que o município de Medianeira vem passando nas últimas décadas, como em todas as grandes cidades, enfrenta problemas sociais.

Nos últimos anos, com o crescimento da economia nacional e em especial o setor da construção civil, ocorreu uma onda de importação de mão de obra para trabalhar na indústria brasileira, atraindo, por exemplo, os haitianos. Na região oeste do Paraná, em especial nos municípios próximos à fronteira com o Paraguai, ocorreu a entrada de grande número de paraguaios em busca de emprego, principalmente na construção civil.

E em Medianeira foi grande o número de paraguaios, principalmente pelo fato de ter uma elevada oferta de empregos. Esse fluxo de pessoas trouxe problemas para o município em decorrência da necessidade de que dar amparo social e de saúde para esses imigrantes, sem que receba recursos para isso, pois a maioria deles não possui documentação, o que as coloca na condição de ilegalidade no Brasil (Entrevistado H). Além disso, essas pessoas não podem participar de programas de habitação, gerando um efeito não previsto no município, como o surgimento de favelas em áreas públicas, conforme Figuras 15, 16, 17 e 18 apresentadas na sequência.

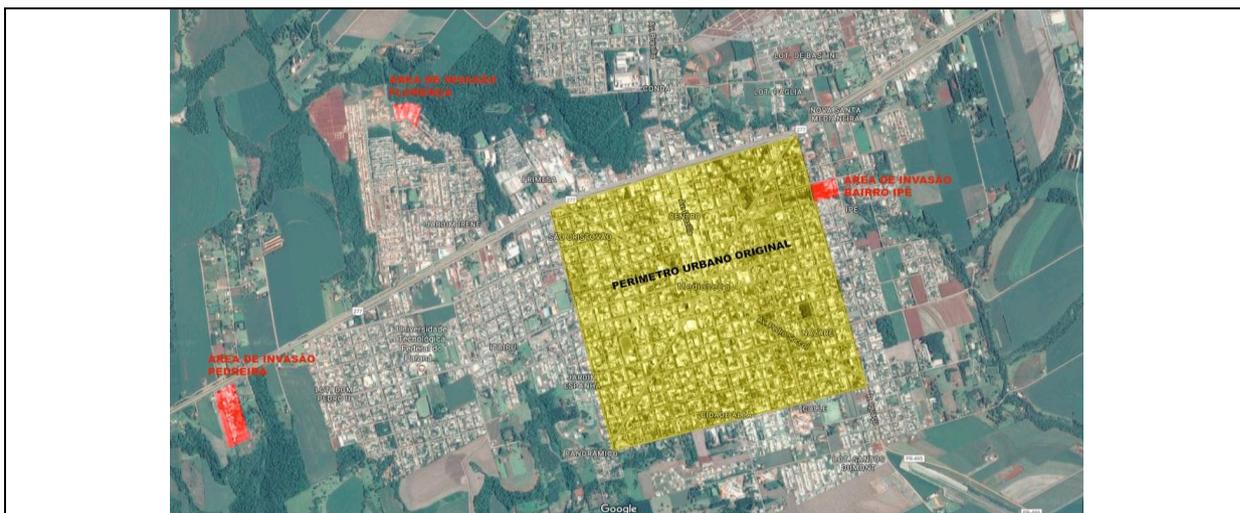


Figura 15 - Mapa da localização de invasões



Figura 16 - Invasão da Pedreira

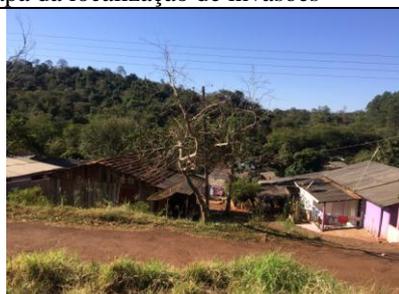


Figura 17 - Invasão do Bairro Florença



Figura 18 - Invasão do Bairro Ipezinho

Tem favelas sim. Isso seria um ponto a ser atacado para não deixá-las crescer onde as pessoas não estejam morando bem. Não pode deixar esse problema se alastrar, transformando problemas de saúde pública, de risco (Entrevistado I).

Com fins de tentar amenizar os problemas de ocupações irregulares, a Prefeitura Municipal de Medianeira criou uma parceria com o centro do imigrante em Foz do Iguaçu, para ajudar a regularização da documentação dessas imigrantes. Alguns desses imigrantes que conseguiram a documentação, já estão empregados, principalmente nas indústrias locais, em especial nas cooperativas, que normalmente enfrentam problemas com a falta de mão de obra (Entrevistado H).

Outro desafio para o desenvolvimento de Medianeira, que também está relacionado com a proximidade da fronteira com o Paraguai, é devido ao problema do contrabando. Essa prática utiliza pessoas da cidade para atividades ilícitas, especialmente adolescentes.

CONCLUSÕES

As aglomerações urbanas normalmente resultam, em primeiro momento, de políticas de desenvolvimento territorial mais amplo e, depois, tendem a ganhar autonomia para que comunidades, agora locais, procurem meios para impulsionar o seu desenvolvimento. Para isso, normalmente essas comunidades inseridas em territórios delimitados politicamente procuram identificar e explorar suas potencialidades para criar condições para que se desenvolvam sustentavelmente ao longo do tempo. Nesse ponto, a perspectiva do desenvolvimento endógeno, como ocorreu no presente estudo, tem se mostrado bastante promissor para compreender o processo de desenvolvimento de cidades e de municípios.

Nesse sentido, o desenvolvimento do referencial teórico-conceitual nesse trabalho permitiu que se associasse, de modo consistente e coerente, alguns fundamentos sobre gestão e planejamento urbano com sistemas de governança local para políticas públicas capazes de fomentar o desenvolvimento municipal endógeno. A partir disso foi possível, já de início, concluir que, de acordo com o quadro institucional existente atualmente no Brasil, os municípios, como entes federativos, ganharam significativa autonomia para procurarem seus próprios caminhos em direção ao desenvolvimento local e regional, promovendo ou reforçando as características típicas das localidades e, seguindo diretrizes do Estatuto das Cidades, criando condições que viabilizasse a participação dos cidadãos e da sociedade civil organizada no processo de planejamento e desenvolvimento de municípios e cidades. Compreendido esse amplo contexto foi possível identificar os fatores sociais e econômicos que contribuíram para o desenvolvimento endógeno a partir da relação entre atores públicos, privados e do terceiro setor ao longo da história de Medianeira.

Nesse sentido, quando à caracterização da **dimensão do município**, na linha defendida por Fresca (2004) – de que não é a quantidade de pessoas apenas que determina se uma cidade é pequena, média ou grande, mas sim a sua inserção e importância no contexto socioeconômico – em Medianeira, de acordo com o entrevistado D, quando se pensa em “negócio para Medianeira você não tem que dimensionar para 55.000 pessoas. Tem de fazer para 200.000 pessoas porque a cidade está no meio oeste do Paraná, e isso atrai os consumidores para saúde, alimentação, educação, entretenimento, entre outros”. Nesse caso, Medianeira por sua importância socioeconômica regional, pode ser considerada de **médio porte**.

Sobre o **desenvolvimento endógeno sustentável**, que deve se pautar em um processo de negociação entre a população local e autoridades, que são os atores locais dentro do desen-

volvimento, com base na comunidade, são facilitados pela ação de agentes como cientistas, associações civis, agentes econômicos públicos e privados (SACHS, 2002), o entrevistado C destacou que: [...] **se os agentes públicos externarem confiança para a população**, tendo em vista a **vocação de empreendedorismo** e dos **valores voltados para o trabalho**, seja cooperativo ou empresarial ou do empreendedorismo individual, ele facilita a atuação desses atores”. Quanto ao desenvolvimento à **dimensão econômica do desenvolvimento sustentável**, a que Barqueiro (2002) considera que “o acúmulo de capital e evolução tecnológica são itens essenciais no crescimento econômico, determinando um trajeto para o desenvolvimento autossustentado, com caráter endógeno” o entrevistado G destacou que a “**evolução tecnológica exige mão de obra especializada** para operar robôs na indústria, atualizar softwares. Temos que avançar em inovação tecnológica”. Então, é possível afirmar, por analogia entre a citação de Barqueiro (2002) e do entrevistado G, que a evolução tecnológica é essencial para que ocorra o desenvolvimento e, nesse sentido, Medianeira expressa a valorização dessa questão pela importância que atribuiu à formação de uma sólida base de instituições que se dedicam à educação superior no município.

O **cooperativismo** surge da “constatação de que a cooperação – fazer coisas junto com outras pessoas – era a melhor maneira para encontrar as soluções que interessavam a determinado grupo de indivíduos” (RICCIARDI; JENKINS, 2000, p. 58) e, assim, poderia ser instrumento utilizado para se alcançar a melhoria econômica e social de um determinado grupo (RICCIARDI, 1996). No caso de Medianeira, como ressaltou o entrevistado G, “nós não temos aqui, pouco e grandes **capitalistas**. Foi a união dos **pequenos e médios** que fez com que nos tornássemos grande. Isso é a **essência da cooperativa**”. Portanto, o cooperativismo nasce da união de vários atores em busca de um **crescimento comum**.

Para caracterizar objetivamente trajetórias de desenvolvimento de Medianeira a partir de diferentes perspectiva e indicadores, os levantamentos auxiliaram a **identificação os principais fatores** que contribuíram para o **desenvolvimento endógeno** do município. Com isso, a partir da investigação realizada, foi possível identificar os principais fatores para traçar o perfil do município a partir das suas principais forças. No município, as **cooperativas** e a **indústria** da cidade e de suas proximidades, na medida em que se desenvolveram, deram origem e fortaleceram o **setor de serviços**, que atualmente é o mais representativo. Isso fez com que, pela sua necessidade de elevar a **competitividade dos negócios locais** no mercado nacional e internacional, surgissem demandas para elevação da capacidade da cidade e do muni-

cípio desenvolver **novas tecnologias** e **capacitação profissional** para **atender às novas demandas do mercado local e regional**. Nesse contexto, ao lado principalmente das cooperativas instaladas na cidade e potencializadas pela **capacidade de articulação do empresariado** local, fez com que cidade avançasse na prestação de **ensino superior** para atender às necessidades locais e da região. Para dar conta disso, houve a instalação de um campus da Universidade Tecnológica do Paraná e outro da Faculdade Educacional de Medianeira (UDC).

As condições favoráveis para desenvolvimento econômico da cidade têm gerado condições para que a cidade tenha conseguido ao longo do tempo avançar significativamente em termos de **melhoria de infraestrutura urbana**, níveis de **educação** e **geração de emprego**. Isso tem se refletido, por exemplo, no **crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano do município**, que é considerado alto. Em relação a esse indicador, Medianeira ocupa a 13ª posição no ranking composto pelos 399 municípios paranaenses.

Em um **círculo virtuoso**, na medida em que o desenvolvimento econômico avançou, o município, a partir dos **esforços do mercado e do poder público**, vem conseguindo atender às exigências da população por **melhores padrões de qualidade de vida**. Isso, quando tomado como referencial de avaliação, tem se refletido, por exemplo, na **elevação do número de anos de jovens nas escolas** e **aumento da parcela da população que possui cursos de nível superior**. A capacitação local está fazendo com que os **setores da agricultura, da prestação de serviços e da indústria se capacitem** para atender a demanda do próprio município e de outros da região. Medianeira, pois, se transformou em um **polo comercial e de prestação de serviços** importante na região em que se localiza. A **demandada originada em outros municípios** pode ser constatada, por exemplo, na fala do Entrevistado D, que afirma que os negócios instalados na cidade devem ser projetados para atender 200 mil habitantes e não apenas os cerca de 55 mil habitantes de Medianeira e pode ser afirmada na fala do entrevistado I, que diz que Medianeira se estruturou para ser uma cidade polo, sendo muito forte em prestação de serviços. Essa dinâmica pode ser explicada, por exemplo a partir da “Teoria das Localidades Centrais” desenvolvida por Christaller (1933).

A teoria das localidades centrais considera que, em determinadas regiões, há tendência de surgimento de uma **rede de relações entre cidades** e de uma **hierarquia urbana** entre elas. Nesse contexto surgem os conceitos de centralidades, localidades centrais e de funções das cidades que auxiliaram compreender com maior profundidade o processo de desenvolvimento histórico de Medianeira, bem como para entender o seu perfil atual. Essa visão permi-

tida pela teoria é importante para que, tanto o poder público local quanto o mercado, possam adotar **políticas públicas e estratégias** para de uma **visão macro** que, por exemplo, continue a capacitar Medianeira a se **consolidar** como um **polo de prestação de serviços** para habitantes de outras cidades da região.

Outro aspecto importante identificado em relação à Medianeira é representado pelo fato de a cidade ter uma **forte geração de emprego no setor privado**, o que faz com que poder público não seja o principal gerador de empregos na cidade, ao contrário do que ocorre em alguns municípios vizinhos. Com um mercado local dinâmico, os esforços do **poder público**, por não ser demandado para a geração de empregos, passa para outras atividades essenciais para a **criação de infraestruturas e de prestação de serviços** que melhorem a **qualidade de vida dos cidadãos**. Essas constatações têm respaldo, por exemplo, na afirmação do entrevistado “C” quando disse que “até meados do ano 2000 a principal empresa empregadora de nossa cidade era a Prefeitura. A partir desse período, a Frimesa passou a ser a maior. [...] o poder público não é mais o fator que direciona o desenvolvimento do município. Pelo contrário, ele passa ser o **prestador de serviço público**”. Nesse contexto, sobre a atuação do poder público local, o entrevistado “C” conclui que “se os **agentes públicos** externarem **confiança para a população**, tendo em vista a vocação de empreendedorismo e dos valores voltados para o trabalho, seja cooperativo ou empresarial ou do empreendedorismo individual, ele facilita a atuação desses atores”.

O estudo também permitiu identificar são **fatores de maior relevância** para potencializar o **desenvolvimento endógeno** de Medianeira. Quanto a fatores endógenos iniciais que contribuem para o desenvolvimento de Medianeira, a investigação identificou (a) a **localização geográfica** que situa a cidade no entroncamento entre duas estradas que foram fundamentais para o crescimento da região oeste do Paraná, que são a atual BR277 e a PR 495, conhecida como a Estrada do Colono; (b) a existência de **terras férteis para o plantio**, conjugada com a cultura sulista que detinha elevados **conhecimentos sobre agricultura**; (c) a visão dos primeiros habitantes de que, ao chegarem na **cidade**, a definiam **como um novo lar**, permanecendo e buscando prosperar; (d) as terras não terem sido adquiridas como simples investimento, mas para o desenvolvimento de uma nova cidade, com ajuda dos **clubes de serviços**; (e) a emergência de uma **cultura do cooperativismo**, que se tornou a essência do crescimento da cidade; (f) um **planejamento urbano inicial** de Medianeira que nasceu de **atividade empreendedora privada**, com foco de viabilizar uma cidade para atividades agrícolas e indus-

triais; e, na atualidade, (g) a **prestação de serviços**, principalmente relacionados à **educação**, que contribui para a formação de pessoas e, ao mesmo tempo, capacita o mercado local para inovar tecnologicamente com maior facilidade.

Também foi possível determinar os **mecanismos de gestão** utilizados para o **planejamento municipal** que potencializaram o **desenvolvimento** do município de Medianeira e o situaram como um emergente **polo regional**. O desenvolvimento a configuração territorial de Medianeira teve **início em bases planejadas** e com a particularidade de tal planejamento ter sido realizado por **empreendedores privados**. Em termos de vocação e concepção, existe diferença de Medianeira em relação a municípios, como, por exemplo, São Miguel do Iguçu e Matelândia. Medianeira nasceu com a **visão de ser agrícola** e com **viés industrial**, como previsto pelos colonizadores Pedro Soccol e José Calegari. De início, as atividades industriais e comerciais da cidade eram de propriedade dos empreendedores responsáveis pela sua fundação. Esses negócios acabaram sendo absorvidos por **cooperativas** que se estabeleceram e ganharam força a partir da década de 1970, chegando ao presente como as **organizações** com maior **influência econômica** e de **dinamização do mercado local**.

A **localização geográfica** da cidade de Medianeira também exerceu influência importante no seu desenvolvimento endógeno. A seu **posicionamento em ponto de mediação** entre as cidades de Foz do Iguçu e Cascavel propiciou que se colocasse como ponto **acesso facilitado nos deslocamentos** entre essas duas cidades de maior porte. Em termos de aproveitamento das vantagens de **elevado fluxo**, a posição geográfica também, principalmente no início da sua trajetória, se mostrou importante por estar localizada no entroncamento de duas Rodovias, a hoje BR 277, e a Estrada do Colono. Esse entroncamento foi um importante ponto do caminho percorrido por todos os migrantes da região. Esse entroncamento facilitou com que a cidade se desenvolvesse. No processo de colonização do município e ocupação da cidade, pelo conjunto das entrevistas, evidencia-se que resultou de uma forte a cultura de um povo que ocupou Medianeira com a intenção de fundar um lar. Essa situação é, portanto, diferente de outras cidades, para aonde os agricultores foram com a finalidade de simplesmente expandir suas terras.

Em termos de concepção do **projeto inicial**, a formação da cidade decorreu do **espírito empreendedor** dos fundadores José Calegari e Pedro Soccol e, em especial, pela pelos **conhecimentos de urbanismo** do segundo fundador. Os conhecimentos de urbanismo estão presentes no formato inicial e nas funções atribuídas a partir da **estratégia de divisão territo-**

rial adotada. A forma de “X” utilizada por Soccol para facilitar o acesso das pessoas ao centro da cidade. Nesse projeto, também é relevante também considerar que houve o **planejamento das propriedades ao redor da cidade**, que foram divididas em lotes de 1 (um) alqueire. O objetivo foi estimular possíveis migrantes que moravam em zonas rurais e que não pretendiam morar na cidade ou não possuíam recursos financeiros suficientes para adquirir áreas rurais. Nessas chácaras poderiam manter a criação de animais e o cultivo de hortas, e, ao mesmo tempo, morando próximos da cidade. Isso ajudou no **desenvolvimento da cidade**, mas em contrapartida, criou um cinturão ao redor do eixo central.

Como é relativamente comum, nem sempre a realidade se comporta em relação aos **pressupostos utilizados em planos**. Como a planta original de Medianeira não foi diferente. **O crescimento original não seguiu o mesmo padrão concebido**, e avançou com tamanhos de quadras e de ruas diferentes do desenho inicial, principalmente no período anterior à década de 1990, quando, com vistas a **atualizar o plano inicial e regularizar a ocupação urbana**, foi implantado o **plano diretor**. Com esse novo plano foram definidas as bases iniciais de gestão urbana visando avançar em melhorias da **distribuição territorial** da cidade e no desenvolvimento de uma **infraestrutura** mínima necessária.

Em relação à **dinâmica econômica**, a cidade de Medianeira, mesmo com relativamente baixo impacto, acabou sendo beneficiada com a **distribuição dos royalties** obtidos em função da indenização recebida da Itaipu Binacional por ter utilizado áreas do município para viabilizar a implantação do lago da hidrelétrica. Como os recursos recebidos eram insuficientes para gerar dependência da cidade, Medianeira procurou avançar no desenvolvimento de mecanismos de que permitissem seu **autodesenvolvimento** a partir da exploração de seus **recursos endógenos**. Nesse sentido, a Associação Comercial e Industrial, agregando esforços do empresariado local, avançou no desenvolvimento de projetos e planos para dotação das bases necessárias para que a cidade definisse um perfil de prestadora regional de serviços. Isso exigiu que o município não se tornasse excessivamente dependente do Poder Público, criando sua própria estrutura de desenvolvimento.

Como dinamizadores da capacidade de internalização de tecnologias para capacitação profissional local e regional, a cidade avançou para viabilizar a instalação do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), que foi transformado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e para a viabilização da criação da Faculdade Educacional de Medianeira, por iniciativa dos empresários. Essas instituições possibilitaram que as pessoas

se qualificassem e, assim, passassem a suprir a demanda exigida pelas indústrias do município.

Avaliando a influência do **cooperativismo** no **desenvolvimento do município** de Medianeira, foi concluído que **é a espinha dorsal** do desenvolvimento endógeno da cidade e do município. Nesse sentido, todos os entrevistados mencionaram que a **cidade de Medianeira** resultou diretamente da influência do **espírito empreendedor** e do **espírito de coletividade** herdado dos colonizadores. Isso criou um cenário fértil para que surgissem e prosperassem as cooperativas. Nesse sentido, por exemplo, é o relato do entrevistado “D”, quando afirma que “a **área educacional** e o **cooperativismo** sempre foram bandeiras: uma vertente de raiz da cidade” e complementa dizendo que “com a agroindustrialização, Medianeira continua a ter um **desenvolvimento das cooperativas muito forte**”. Também vale destaque o apontamento do entrevistado “C” que disse [...]“se os agentes públicos externarem confiança para a população, tendo em vista a vocação de empreendedorismo e dos valores voltados para o trabalho, seja cooperativo ou empresarial ou do empreendedorismo individual, ele facilita a atuação desses atores”.

Nessa trajetória pujante, Medianeira, como outras cidades, também tem seus desafios. Por estar localizada perto da fronteira com o Paraguai, acaba atraindo pessoas à procura de trabalho. E muitas delas chegam sem documentação ou qualificação, gerando problemas sociais. Também a cidade tem sofrido com a atividade do contrabando porque muitas pessoas assistidas pelos programas sociais preferem trabalhar nessa atividade informal para não perderem os recursos originados de tais programas assistenciais. Portanto, em relação a esses problemas, o município tem sido desafiado a fazer com que as pessoas se qualifiquem e sejam independentes de assistência social.

Isso tudo permite afirmar que uma boa cidade é aquela que promove um ambiente que possibilite aos seus habitantes, uma sobrevivência salutar e também um desenvolvimento sustentável, utilizando-se de suas potencialidades, oportunizando a sociedade e viabilizando a competitividade econômica. É, em síntese, a percepção possibilitada depois desses dois anos de estudos investidos nesta dissertação para compreender com um pouco mais de profundidade um dos aspectos fundamentais da identidade de Medianeira. Isso talvez explique porque, hoje, pode-se considerar que a cidade de **Medianeira não é mais a maior entre as pequenas, mas a pequena entre as grandes.**

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Luiz Abrucio; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. **Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998. (Série Pesquisa, 12).

ACIME – Associação Empresarial de Medianeira. Disponível em: <www.acime.com.br>. Acesso em: 01 maio 2017

ACIOLY Junior, Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998.

AKAISHI, Ana Paula. **Desafios do planejamento urbano-habitacional em pequenos municípios brasileiros**. São Paulo: Revista Risco. edição n.14, p. 41-50, 2011.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogenização no desenvolvimento econômico regional no local**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 2001.

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento** — um conceito ultrapassado ou em renovação? da teoria à prática e da prática à teoria. Cadernos de Estudos Africanos, 2003.

AMATO, Pedro Muñoz. **Introdução à administração pública**. São Paulo: FGV, 1958.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1981.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Medianeira PR**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/medianeira_pr>. Acesso em: 30 abr. 2017.

AZEVEDO, A. **Brasil e terra e o homem: a vida humana**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Geografia urbana. **Tradução de Raquel Soeiro de Brito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. **Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

BOISIER, Sergio. **El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico, en Estudios Sociales**, Santiago de Chile.1999

BOISIER, Sergio. **Post-scriptum sobre desarrollo regional: modelos reales y modelos mentales**, en Anales de Geografía de la Universidad Complutense, N° 18, Madrid.1998

BRAGA, R. Plano diretor municipal: três questões para discussão. **Caderno do departamento de planejamento**, Presidente Prudente, 1 ago. 1995. 15-20.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL (2001) **Lei 10.257 de 10 de julho de 2001: Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional.

_____. (2015) **Lei 13.089 de 12 de janeiro de 2015: Institui o Estatuto da MetrÓpole, altera a Lei nº 10.257, de julho de 2001 e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALCULADORA DO CIDADÃO. Disponível em:
<<http://www.bcb.gov.br/calculadora/calculadoracidadao.asp>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

CARLOS, A. F. A. **Os caminhos da reflexão sobre as cidades e o urbano**. São Paulo: Editora da USP, 1994.

CHRISTALLER, Walter. **Os lugares centrais da Alemanha Meridional**. Alemanha, 1933.

CLICK MEDIANEIRA. **Medianeira 54 anos**: conheça um pouco de sua história. 2014. Disponível em: <<http://www.clickmedianeira.com.br/medianeira-54-anos-conheca-um-pouco-de-sua-historia>>. Acesso em 19 abr. 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Globalização e reestruturação da rede urbana**. Território, Rio de Janeiro. 1999.

COSTA, Geraldo Magela. **A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana**. Belo Horizonte: X ANPUR, 2003.

COSTA, M. T. As pequenas e médias empresas no desenvolvimento local: conceito e experiências. In: GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. (Orgs). **Competitividade e Desenvolvimento – atores e instituições locais**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CRUZ, Dayana Aparecida Marques de Oliveira. **As faces do planejamento urbano**. São Paulo: Revista Pegada vol. 12 n. 2, 2011, p. 81-94.

CRUZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DEEPASK. PIB: Veja o Produto Interno Bruto por cidade do Brasil - MEDIANEIRA, PR. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=medianeira/PR-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>>. Acesso em: 20 maio 2017.

DUARTE. Laura Maria Goulart; WEHRMANN Magda Eva S. de F. 2006. **Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar**. Disponível em: <http://cursa.ihmc.us/rid=1188901427657_869857229_8449/Caderno%2023.pdf#page=13>. Acesso em: 04 abr. 2017.

FACULDADE EDUCACIONAL DE MEDIANEIRA. **Projeto pedagógico do curso de administração**. Medianeira. 2011.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Administração pública e políticas públicas**. Rio de Janeiro, 2011.

FREDERICKSON, H. George. **The repositioning of American public administration**. 1999.

FRESCA, Tania. Maria. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

FRIMESA. **Uma história de sucesso**. Disponível em:
<<http://www.frimesa.com.br/public/uploads/metaspdfinfov2-545.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GIL, Antonio Gil. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUARIENTE, Reginaldo Vieira. **Capacidade institucionais de pequenos municípios paulistas: problemas e desafios encontrados na gestão local de Cajabi, Quaraci e Severinia**. Brasília: III Congresso de Gestão Pública, 2010.

GUAZZI, Dirceu Moreira. **Utilização do QFD como uma ferramenta de melhoria contínua do grau de satisfação de clientes internos: uma aplicação em cooperativas agropecuárias**. 1999. 226 f. Tese (Prof. Francisco A. P. Fialho, Dr.). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

HEIDEMANN, Francisco Gabriel; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora UNB, 2009.

HENRY Nicholas. **Paradigms of public administration**. 1995.

HIRST, P. Democracy and governance. In: Jon Pierre (ed.): **Debating governance: authority, steering and democracy**. Oxford University Press: New York, p13-35, 2000.

IBGE. **idades@**. Disponível em:
<<http://idades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411580&search=parana|medianeira>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

ITAIPU BINACIONAL. **Royalties**. <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**: desafios de um processo em construção. Recife: Seplan, 1996.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Vozes, 1997.

LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. **História**. Disponível em: <http://www.lar.ind.br/v4/institucional/index.php#l_historia>. Acesso em: 05 abr. 2017.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Itaipu**: as faces de um mega projeto de desenvolvimento. Niteroi: Editora Germânica, 2004;

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local**: caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 232 p.

LOPES, João Teixeira. **Em busca de um lugar no mapa**. São Paulo: Sociologia, Problemas e Práticas, n. 34, 2000, p. 81-116.

LUNKES, Gisela. **Fatos e momentos de uma história**. Medianeira: Conselho editorial Superintendência Regional, 2013.

MARIN, Roberto. Ruaro, aos 100 anos fala à memória terrunha. **Jornal Mensageiro**. Medianeira. 17 out. 2013.

MARTINS, Simone; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; LAGE, Mariana Luísa da Costa. **Análise dos conselhos gestores de políticas públicas à luz dos relatórios de fiscalização da Controladoria Geral da União**. Administração Pública e Gestão Social – APGS, Viçosa, v.4, p.221-245, abr/jun, 2012.

MENEGÁRIO; Alexandre Hattner. **Emprego de indicadores sócio-econômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias**. 2000. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Biblioteca/DissertacaoAlexandreHMenegario.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**. São Paulo: Vozes, 1994.

MONBEIG, Pierre. **O estudo geográfico das cidades**; novos estudos de geografia humana. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. **Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável**. Revista do Centro de Ciências Administrativas, UNIFOR – Universidade de Fortaleza, Fortaleza. 2003.

MOREIRA, H. F. O plano diretor e as funções sociais da cidade, Rio de Janeiro, abr. 2008. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/plano_diretor_helion.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

PETERS, G. B.; PIERRE, J. **Gobernanza sin gobierno? Replanteandose la administración pública**. 2005.

PIACENTI, Carlos A. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada – Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa. UFV, 2009

PIERUCCINI, Mariângela Alice; TSCHÁ, Olga da C. P.; IWAKE, Shiguero. **Criação dos municípios e processos emancipatórios**. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/pmop/capitulos/Capitulo_03.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: urbano e rural. Disponível em: <<http://www.medianeira.pr.gov.br/planodiretor/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA. **Contas públicas**. Disponível em: <<http://www.medianeira.pr.gov.br/>>. Acesso em 23 jul. 2017.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Veronica Karina. **A história do oeste paranaense**. 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-07.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação: governança e redes de políticas, administração judiciária.** São Paulo: Atlas, 2013.

PROCOPIUCK, Mario. **Arranjos institucionais e de governança para inovações em políticas públicas para desenvolvimento urbano.** Disponível: <<http://lattes.cnpq.br/2464341539930740>>. Acesso em: 29 out. 2015.

PUERTAS, Jaime A. **Inovación endógena y prospectiva: las desventajas comparativas de Colombia y de su región occidental.** Creset, 1998.

RABEL, Leonardo Santana. **Tendências curriculares em la enseñanza de la administración pública em los Estados Unidos.** 2000

RHODES, Rod A.W. **La nueva gobernanza: gobernar sin gobierno.** In: La gobernanza hoy: 10 textos de referencia. Augusti Cerrillo I Martinez, (Org.). Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 2005. p. 99-122.

RICCIARDI, Luiz. **Cooperativismo: Uma Solução para os problemas atuais.** 2. ed. Uruguai-ana – RS: Vitória, 1996.

RICCIARDI, Luiz.; JENKINS, Roberto. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos.** São Paulo: LTR, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000.** 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000378387>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ROLNIK, R. **10 anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo,** São Paulo, 2011.

SACHS, Ignacy. **As cinco dimensões do ecodesenvolvimento.** In: **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELI JR, Oklinger; FERNADES, Valdir. **Racionalidade de tomada de decisão para o planejamento e a gestão territorial sustentável.** Santa Cruz do Sul, 2011, v.16, n.2, p 131-155.

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ-GARAVITO, C. A. **Introduction: expanding the economic canon and searching for alternatives to neoliberal globalization.** In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Another production is possible. Beyond the capitalist canon.* London: Verso, 2006.

SANTOS, Milton. **Manual da geografia urbana.** São Paulo: Hucitec, 1981.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná.** Porto Alegre, 1989.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SETTI, Eloy Olindo. **Sicredi Paraná 25 anos: fragmentos da história do Cooperativismo de crédito.** Curitiba: Paraná, 2005.

SICREDI. **Sobre o Sicredi.** Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/quem-somos/>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

SIGNIFICADOS. **Significado de Royalties.** Disponível em: <<https://www.significados.com.br/royalties/>>. Acesso em 13 abr. 2017.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro.** 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 2011. Disponível em: <<http://www.praticadapesquisa.com.br/2011/08/metodologia-da-pesquisa-e-elaboracao-de.html>>. Acesso em: 17 maio 2017

SILVA, William. Ribeiro da. **Novos centros, novas centralidades, novas diferenças: a fragmentação do espaço urbano de Londrina.** Rio Claro. 2004.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997.

STERCHILE, Shirla Patricia Weber; SOUZA Edson Belo Clemente de. **Apontamentos sobre a aplicação dos royalties da Itaipu Binacional e o processo de desenvolvimento**. Disponível em: <<http://rbgdr.net/022008/artigo1.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2017.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. 22. ed. México: Siglo XX Editores, 1988.

TAPIA, Jorge R. B. **Desenvolvimento local, concentração social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália**. São Paulo em Perspectiva. 2005.

TENORIO, Fernando G. **Cidadania e desenvolvimento local**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

UTFPR **Inovação e geração de tecnologias**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao>> acesso em: 08 maio 2014.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VILLAÇA, F. Plano diretor: modernismo x pós-modernismo?, São Paulo, 1993.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO I – QUADRO-SÍNTESE DAS ENTREVISTAS

ATOR	RESULTADOS DA ENTREVISTA
A	<p>[...] em nossa cidade as pessoas são trabalhadoras. Na verdade, elas têm vergonha de dizer que não trabalham.</p> <p>Acredito que esse é o principal espírito que norteou o nosso crescimento.</p> <p>[...] os pioneiros quando vieram para Medianeira, sabiam que nunca mais iriam voltar porque aqui seria o seu lar, diferente de outras cidades em que as pessoas compraram as terras somente para investir.</p> <p>[...] atraídos pela terra fértil, pelas serrarias.</p> <p>[...] colonizadas por pessoas inteligentes.</p>
B	<p>[...] a essência do crescimento de nossa cidade foi o cooperativismo.</p> <p>[...] as cooperativas, no caso de Medianeira, pela sua grandiosidade exercem funções sociais e de geração de emprego, de riquezas, que em outros municípios recaem na maioria das vezes, sobre o poder público.</p>
C	<p>[...] localização geográfica porque a cidade foi fundada num entroncamento entre duas estradas que foram fundamentais para o crescimento da região oeste do Paraná que foi a atual BR277 e a PR 495, conhecida como a Estrada do Colono.</p> <p>[...] até meados do ano 2000 a principal empresa empregadora de nossa cidade era a Prefeitura. A partir desse período, a Frimesa passou a ser a maior. [...] o poder público não é mais o fator que direciona o desenvolvimento do município. Pelo contrário, ele passa ser o prestador de serviço público.</p> <p>[...] Se os agentes públicos externarem confiança para a população, tendo em vista a vocação de empreendedorismo e dos valores voltados para o trabalho, seja cooperativo ou empresarial ou do empreendedorismo individual, ele facilita a atuação desses atores.</p> <p>[...] pequenas propriedades – Bento Gonçalves</p> <p>[...] quando você tem várias pessoas interessadas nos mesmos valores, a questão política fica em segundo plano.</p> <p>[...] como as pessoas estão arraigadas no princípio do trabalho, de cooperar, de crescer, de desenvolver e de transformar, eles deixam em segundo plano a questão política.</p>
D	<p>[...] Medianeira é uma das maiores poupanças do oeste do Paraná</p> <p>[...] Conselho de Desenvolvimento de Medianeira conseguiu fazer um diagnóstico das principais oportunidades e para onde a cidade tinha uma vocação forte.</p> <p>[...] na área educacional, e no cooperativismo, sempre foi uma bandeira, uma vertente de raiz da cidade.</p> <p>[...] com a agroindustrialização tem um desenvolvimento das cooperativas muito forte.</p> <p>[...] Dabol, CGS, Tempermed. Parque industrial muito forte.</p> <p>[...] royalties em quantidade ínfima, onde o poder público não é o principal empregador, fez com que a sociedade entendesse que, se ela dependesse do poder público para conseguir algum crescimento, estaria perdida.</p> <p>[...] com a UTFPR e mais a UDC Medianeira, tem-se uma comunidade acadêmica com mais de 7000 pessoas, entre professores e alunos.</p> <p>[...] o negócio para Medianeira você não tem que dimensionar para 55.000 pessoas. Tem de fazer para 200.000 pessoas porque a cidade está no meio oeste do Paraná, e isso atrai os consumidores para saúde, alimentação, educação, entretenimento, entre outros.</p> <p>[...] Medianeira é muito forte no agronegócio. [...] é um dos segmentos que ainda é superavitário no país. [...] Medianeira tem uma economia muito consistente e diferenciada do que são as outras regiões</p> <p>[...] Medianeira tem uma realidade própria. Empreendedores rurais têm na força de seu negócio a diversificação.</p>
E	<p>[...] quando José Calegari e Pedro Soccol vieram para Medianeira eles se encantaram com as terras que eram planas</p> <p>[...] os colonizadores tinham uma ideia de que essa seria uma terra produtiva</p> <p>[...] os colonizadores criaram um frigorífico para que os produtores tivessem renda.</p> <p>[...] Pedro Soccol planejou a cidade, determinando os locais onde seriam construídos escolas, igreja, e outros equipamentos públicos.</p> <p>[...] o espírito comunitário sempre predominou desde o início porque quando se construía uma casa, em regime de mutirão, depois comemoravam com uma festa. Acabava unindo mais as pes-</p>

	<p>soas. Foi a raiz do cooperativismo.</p> <p>[...] Medianeira cresceu com a união do povo, principalmente devido a cooperativa</p> <p>[...] os clubes de serviço foram o alicerce para o crescimento da cidade</p>
F	<p>[...]O Plano Diretor entrou em vigor em 1992 e em outros municípios, como São Miguel do Iguaçu e Matelândia, por exemplo, somente em 2007. Isso fez com que Medianeira organizasse seu crescimento, principalmente na questão de expansão do perímetro urbano, de forma mais ordenada. Antes disso, tiveram vários loteamentos que eram feitos sem uma padronização e sem infraestrutura (rede de luz, água, meio fio, calçamento, asfalto, entre outros). Com isso, na implantação do Plano Diretor, num primeiro momento gerou certa dificuldade. Tanto é que depois de 1992, novos loteamentos demoraram para ser implantados, pois, obedecendo ao Plano, eram cobrados infraestrutura, e as pessoas não estavam acostumados a abrir loteamentos nesse sentido.</p> <p>[...] o crescimento da cidade, raciocinando nesse sentido de zoneamento, é feito pelo poder privado. Não é o município que expande. É o poder privado. O crescimento da cidade é gerido por grupo de empresários, investidores, pessoas pensam no desenvolvimento da cidade.</p>
G	<p>[...] primeira coisa ao se pensar em criar um município, é pensar na base econômica. Qual é a sustentação econômica do território? Começamos com a exploração primária e Medianeira teve sorte em logo poder transformar essa produção agropecuária, que é o ciclo da industrialização, de agregação de valor.</p> <p>[...] a indústria gera valor como um todo porque ela gera demandas, tais como serviços, habitação, saúde, comércio, esportes, bem estar, lazer entre outros.</p> <p>[...] outro ponto fundamental foi a vinda do CEFET (atual UTFPR) para Medianeira que qualificou a mão de obra em várias áreas, que fez com que se desenvolvesse nosso processo de industrialização.</p> <p>[...] o campo de serviços que abriu em Medianeira foi extenso, como medicina especializada, odontologia especializada, culturas, entre outros. [...] a população está ficando idosa, necessitando de vários serviços como bem estar, academias, alimentação etc.</p> <p>[...] evolução tecnológica exige mão de obra especializada para operar robôs na indústria, atualizar softwares. Temos que avançar em inovação tecnológica.</p> <p>[...] planejamento do setor público tem que ficar atento ao nível de progresso e tecnologia que a sua matriz econômica está avançando, para ele atender suas demandas. O município não precisa mais competir com o setor privado. Quem gera emprego é a iniciativa privada.</p> <p>[...] saúde, segurança e educação são os fundamentos que o setor público deve se preocupar para dar sustentação à matriz econômica que o município desenvolveu.</p> <p>[...] nós não temos aqui, pouco e grandes capitalistas. Foi a união dos pequenos e médios que fez com que se tornassem grandes. É a essência da cooperativa. O lance certo é fazer uma boa gestão disso. Ter visão de futuro e fazer uma boa gestão dos caminhos a seguir com o resultado gerado por milhares de pequenos.</p> <p>[...] Medianeira é privilegiada em associativismo. Exemplo foi a criação da Facemed (atual UDC Medianeira). Não importa que é o dono hoje. O que importa é que está disponível para a sociedade.</p>
H	<p>[...] devido ao fato de o município ser uma cidade promissora nos índices de desenvolvimento, isso acaba despertando para que pessoas vejam Medianeira como um lugar de oportunidades.</p> <p>[...] nós temos diversos públicos que nos procuram: tem o público que já vem com as condições econômicas definidas e tem aquele público que vem dependendo totalmente de assistência do município.</p> <p>[...] o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social para as pessoas que necessitam de auxílio, onde ocorre auxílio desde a confecção de documentação que é a exigência do mercado de trabalho. Essas pessoas são de várias nacionalidades, tais como paraguaios e haitianos. [...] a prefeitura municipal de Medianeira criou uma parceira com o centro do imigrante em Foz do Iguaçu, para ajudar a regularização da documentação desses imigrantes.</p> <p>[...] mas somente a documentação não basta. Muitas vezes é necessário auxiliá-los na alimentação, aluguel social, saúde, educação (vaga nas creches e ensino fundamental), entre outros. Em resumo: são vários tipos de problemas</p> <p>[...] o município muitas vezes acaba sendo penalizado, pois tem que dar conta dessas ações, que não aparecem nas estatísticas. E os recursos repassados pelo Governo, tais como Fundo de Participação dos Municípios, levam em conta o número de habitantes.</p> <p>[...] o CRAS faz o trabalho com as famílias para que elas possam aproveitar as oportunidades que</p>

	<p>o município oferece, tais como SESC, SENAC, Escola do Trabalho, que oferece cursos gratuitamente. A dificuldade é fazer com que essas pessoas atendidas, façam esses cursos. Muitas são assistidas pelos programas sociais, como o Bolsa Família e não querem sair do programa porque alguns acabam trabalhando informalmente por meio do transporte de mercadorias do Paraguai. Nosso trabalho é conscientizar da importância de sair desse programa e se desenvolver por outros caminhos.</p> <p>[...] outro problema que o município enfrenta são as “invasões”. Esses lugares estão crescendo a cada dia, refletindo no trabalho do CRAS. Também enfrentamos problemas de violência doméstica, problemas sociais, criança abandonada, família sem estruturas. Tudo isso exige que o município dê conta.</p>
I	<p>[...] Medianeira tem uma característica que é impressionante: ela é muito acolhedora. Recebe as pessoas de braços abertos.</p> <p>[...] Outra característica é que ela tem dezenas de entidades com objetivos sociais, desde APAE, Lar dos Idosos, Amesfi, clubes de serviços, associações, entre outras. São dezenas de entidades que procuram o bem estar comum. Para ajudar a cidade.</p> <p>[...] tem um tecido social muito denso, onde o individualismo não está presente. [...] ela tem característica muito humana da cidade onde todos procuram se proteger, um ajudando o outro.</p> <p>[...] ela se estruturou para ser uma cidade polo. Ela é muito forte em serviços. Os municípios vizinhos vêm para Medianeira, em busca de serviços como na área de medicina e engenharia ou para o comércio. Então, a cidade está estruturada para isso. E como ela se estruturou, ela atraiu pessoas de nível intelectual muito bom. Isso faz com que a cidade respire bastante essa evolução das pessoas.</p> <p>[...] Ela não só evoluiu na área educacional, mas na área intelectual também. [...] Ela tem um atendimento nos setores de serviços, como saúde, educação num nível muito alto. Tanto é que nos ranking de desenvolvimento humano, ela possui IDH bem elevado.</p> <p>[...] tem níveis de emprego espetaculares.</p> <p>[...] Tem favelas sim. Isso seria um ponto a ser atacado para não deixar crescer as favelas onde as pessoas não estejam morando bem. Não pode deixar esse problema se alastrar, transformando problemas de saúde pública, de risco.</p>

Quadro 8 - Síntese das entrevistas realizadas com atores locais

ANEXO II - LOTEAMENTOS COM AS RESPECTIVAS DATAS DE APROVAÇÃO

Nome do Loteamento	Área m ²	Lei/Alvará nº	Data Lei/Alvará	Local do Empreendimento
L. Vila de Flor da Serra	1.866.900	010/73	07.05.73	Lts. R. nº 229, 230, 231, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260 – 5º Polígono.
L. Bairro Condá	876.000	040/74	13.12.74	L.R. nº 80, 81, 82
L. Lorenzoni	29.250	016/75	15.09.75	Chác. nº 21 e 23
L. Parque do Sol	20.705	030/75	22.12.75	Chác. nº 248
L. Jardim Florido	47.475	032/75	22.12.75	Chác. nº 138, 147
L. De Mattia	8.700	033/75	22.12.75	Chác. nº 123
L. Parcial Vila Motter	18.103	034/75	22.12.75	Parte Chác. nº 74 e 75
L. Bairro São Cristóvão	46.453	020/76	26.08.76	Chác. nº 47 e 48
L. Panorâmico	41.636	019/76	26.08.76	Chác. nº 190 e 191
L. Jardim Florido II	48.616	011/76	07.07.76	Chác. nº 148 e 149
L. Divensi	8.200	010/76	07.07.76	Parte Chác. nº 167
L. Jardim Florido III	69.290	036/76	29.10.76	Chác. nº 130, 139 e 157
L. Nazaré	24.785	037/76	29.10.76	Chác. nº 174, parte do nº 175
L. Grandi	21.500	048/76	04.12.76	Chác. Part. nº 22
L. Jardim Florido IV	12.115	049/76	04.12.76	Chác. nº 156
L. Jardim das Laranjeiras	214.000	058/76	06.12.76	L.R. nº 88 – 1º Polígono
L. Jardim Bela Vista	40.000	059/76	30.12.76	L.R. nº 44
L. Jardim Ipê	31.645	003/77	11.04.77	Part. Chác. nº 143 e 134
L. Itaipu II	22.616	004/77	11.04.77	Chác. nº 21
L. Parque Alvorada	109.518	005/77	11.04.77	Chác. nº 152, 153, 154, 162 e parte do nº 163.
L. Vila de Jardinópolis	687.800	013/77	15.06.77	Remanescente da Gleba B do Imóvel Silva Jardim
L. Jardim Belo Horizonte	475.560	024/77	05.07.77	Lotes R. nº 40, 41 e parte do lote nº 50
L. Jardim Florido V	24.174	026/77	18.07.77	Chác. nº 158
L. Jardim Florido VI	56.457	027/77	18.07.77	Chác. nº 165, 247 part. 211
L. Vila Ipê	13.390	037/77	15.10.77	P. Chác. nº 120
L. Itaipu I	27.933	038/77	15.10.77	Chác. nº 72 e 73
L. Itaipu III	22.716,30	039/77	15.10.77	Part. Chác. nº 63 e 64
L. Parque Residencial Fri-mesa	Cancelado	044/77	14.11.77	Lei nº 059/82 de 9.12.82
L. Parque Residencial Fri-mesa II	Cancelado	045/77	14.11.77	Lei nº 059/82 de 9.12.82
L. Itaipu IV	22.578	046/77	14.11.77	Chác. nº 62
L. Jardim Florido VII	12.120	047/77	16.11.77	Chác. nº 133
L. Jardim Ana Cláudia	102.455	053/77	30.11.77	L.R. nº 42 do 1º Polig. Gleba Iguaçú
L. Parque Independência	726.000	054/77	30.11.77	Lts. nº 3, 4 e parte nº 20, 21, 22, 23 – 4º Políg
L. Jardim Oliveira Bueno	40.897,62	024/78	14.09.78	Chác. nº 245, 246
L. Dockhorn	8.416,63	029/78	07.11.78	Parte Chác. nº 57
L. Dockhorn II	14.153,22	030/78	04.11.78	Parte Chác. nº 57
L. Vila Esportiva	9.592	005/79	26.04.79	Chác. nº 207
L. Itaipu III - A	8.953,50	006/79	26.04.79	Chác. nº 64 – Parte
L. Jardim da Luz	22.691	007/79	26.04.79	Chác. nº 59
L. Jardim Oliveira Bueno II	12.973,50	008/79	26.04.79	Chác. nº 244
L. Jardim Floresta	87.020	018/79	27.06.79	Chác. nº 103, 104, 105, p. 88 e 89
L. Jardim Irene II	97.302	015/80	13.06.80	Parte L.R. nº 89, 90, 91 e 92

Partilha Puerari	10.500	010/80	29.04.80	Chác. nº 20 - parte
Chácaras Recreio Paraíso	410.908,06	D. 138/79	29.10.79	L.R. nº 98, parte nº 99 – 1º Polígono
Partilha Gregório Rohling	19.724	011/80	02.06.80	Chác. nº 203
L. Área Industrial de Medianeira P. de Exposições Rerratificação Lei nº 041/96 de 09.12.96	393.832	007/81	08.04.81	L.R. parte nº 12, 15, 16 – 5º Polígono
L. Iguaçú	59.810	005/82	05.04.82	Chác. nº 83, 84 e p.chác. 74 e 75
Partilha Carvalho	22.960	006/81	08.04.81	Chác. nº 49
Partilha Loch	18.480	044/82	04.10.82	Chác. nº 175
L. Jardim Beluno	Cancelado 30.01.85	018/82	03.05.82	Chác. nº 126
Partilha Orth	23.509	021/84	14.09.84	Chác. nº 71
Conjunto Habitacional Medianeira	46.868	007/86	09.04.86	Chác. nº 52 e 53
L. do Perímetro Urbano de Maralúcia	162.345	030/87	30.12.87	Parte Gleba 10 - Guairacá
L. Sudcoop (Cohapar)				
L. Jardim Irene III	175.784			Parte L.R. nº 91 e 92
Mutirão (Pynandi)	23.340			Chác. nº 51
L. Mutirão III Conj. Hab. Medianeira III	46.888	RI 17.162	Sem lei	Chácaras 67 e 68
L. Mutirão IV	9.259,63	037/92	03.07.92	Parte Chác. nº 58
L. Mutirão V	36.300,00	010/93	08.06.93	Chác. 41 e 50
L. Santa Inês	24.420,00	021/93	16.09.93	Chác. nº 129
L. Vale Azul	26.328,36	023/93, 01/97	25.02.03 24.02.03	Parte L.R. nº 42 1º polígono
L. Colle	10.285,50	206/94	07.10.94	Chác. nº 205
L. Jardim Universidade	96.977,74	219/94	21.10.94	Chác. nº 200, 202 e 236
L. Pavan	48.400,00	alvará 001/99	10.09.99	P/lote rural nº 02 do 4º Polígono
L. Borille	5.259,14	alvará 001/00	29.11.00	Parte Chácara urbana nº 69
L. Jardim Tropical	26.805,00	alvará 002/00	11.12.00	Parte Chácara nº 54 e 55
L. Barbosa	6.000,00	alvará 003/00	14.12.00	Parte Chácara nº 22
L. Ipêzinho	24.974,50	alvará 002/01	25.06.01	Chácara nº 121
L. Primavera	14.670,00	alvará 004/01	12.12.01	Parte Chácara nº 166
L. Moradia Medianeirense	27.239,00	alvará 001/02	26.03.02	Chácara nº 118
L. Moradia Parque das Pitangueiras	48.812,50	Alvará 2004	16.02.04	Lote Rural nº 90-A
L. Parque Verde	14.043,00	Alvará 001/05	17.05.05	Lote Rural nº 90-B
L. Vila Rural Frutos da Terra	249.500,00	Alvará 001/06	03/04/2006	Lote nº 123 do 4º Polígono
L. Araucária	19.436,00	Alvará 02/06	26/05/2006	Parte das chácaras nº 54 e 55
L. Área Industrial II	44.045,32	Alvará 001/07	08/02/07	Lotes Rurais nº 15 e 16 do 5º Polígono
L. Área Industrial III	55.660,00	Alvará 003/07	04/06/2007	Parte Lote Rural nº17 do 5º Polígono
L. Dom Pedro II	241.500,00	Alvará 004/07	09/11/2007	Lote Rural nº 05 do 4º Polígono
L. Jardim Lunkes	22.166,00	Alvará 005/07	10/12/2007	Chácara nº 82
L. Pavan II	12.000,00	Alvará 001/08	06/02/2008	Parte do Lote Rural nº02
L. Veneza	44.255,00	Alvará 002/08	03/03/2008	Chácara nº 78
L. Jardim Universidade II	9.941,92	Alvará 004/08	28/08/2008	Lote nº 80
Loteamento Ávila I	6.793,13	Alvará 005/08	09/09/2008	Chácara nº 210

Loteamento Ávila II	5.390,00	Alvará 006/08	09/09/2008	Chácara nº 210-A
Loteamento Ávila III	8.773,87	Alvará 007/08	09/09/2008	Chácara nº 210-B
8L. Jardim Gabriella I	21.067,68	Alvará 008/08	29/09/2008	Lote nº 1-L
L. Jardim Gabriella II	2.826,07	Alvará 009/08	29/09/2008	Lote nº 1-L-1
L. Razente	12.100,00	Alvará 001/09	03/02/2009	Parte da Chácara nº 124
L. Moinhos de Vento	5.387,02	Alvará 002/09	02/04/2009	Parte da Chácara 112
L. Santos Dumont	71.700,00	Alvará 003/09	24/04/2009	Parte do Lote rural nº89
L. Parque das Águas	115.393,30	Alvará 004/09	24/04/2009	Chácara nº 95
Loteamento Cidade Alta	50.094,20	Alvará 005/09	09/12/2009	Chácara nº 234
L. Jardim Itália	19.672,00	Alvará 001/10	12/04/2010	Chácara nº 243
L. Jardim Espanha I	15.675,00	Alvará 002/10	12/04/2010	Chácara nº 91
L. Jardim Espanha II	14.725,00	Alvará 003/10	12/04/2010	Chácara nº 93
Loteamento Paglia	7.000,00	Alvará 004/10	10/05/2010	Parte da Chácara nº 35
Loteamento Paglia I	20.000,00	Alvará 005/10	10/05/2010	Parte da Chácara nº 35
L. Jardim Vitória	19.871,64	Alvará 006/10	07/06/2010	Parte do Lote rural nº 42
L. Portal do Lago	46.295,00	Alvará 007/10	20/08/10	Chácara nº 44
L. Santos Dumont II	146.598,00	Alvará 001/11	04/01/2011	Parte do lote rural 89 do 4º polígono
L. Puerari I	212.195,93	Alvará 002/11	06/04/2011	Lote rural 83 do 1º polígono
L. Puerari II	11.971,37	Alvará 003/11	06/04/2011	Lote rural 83 do 1º polígono
L. Florença	803.203,13	Alvará 004/11	07/04/2011	Lote rural 90 do 1º polígono
L. Vila Motter II	17.719,49	Alvará 005/11	27/06/11	Chácara 70
L. Natura Ville	26.150,00	Alvará 006/11	08/11/2011	Parte da chácara 80 e 81
L. De Bastiani	17.434,88	Alvará 001/12	20/03/2012	Chácara C
L. Parque Residencial Peruzzo	16.715,00	Alvará 001/13	22/05/13	Chácara 240
L. Parque Residencial Alto da Glória	9.862,00	Alvará 002/13	22/05/2013	Parte da Chácara 239
L. Cidade Alta II	78.202,36	Alvará 003/13	23/05/2013	Chácara 230
L. Jardim Europa	27.219,00	Alvará 02/2014	08/04/2014	Chácara 117
L. Portugal	27.199,00	Alvará 03/2014	08/04/2014	Chácara 116
Jardim Paraíso	19.533,12	Alvará 04/2014	08/04/2014	Lote 1 - J
Vila Verde	155.400,00	Alvará 05/2014	22/09/2014	Lote rural 45B
Gralha Azul (ainda não executou)	24.453,00	Alvará 06/2014	18/11/2014	Chácara 56
Pioneiros I	17.260,00	Alvará 01/2015	23/01/2015	Parte da Chácara 119
Pioneiros II	10.000,00	Alvará 02/2015	23/01/2015	Parte da Chácara 119
Bérgamo	9.613,28	Alvará 03/2015	3/05/2015	Chácara 114C
Mônaco	8.450,27	Alvará 04/2015	13/05/2015	Chácara 114D
Marcante	21.290,00	Alvará 05/2015	17/07/2015	Chácara 249
Jardim Bethânia	31.500,00	Alvará 06/2015	17/07/2015	Parte do lote rural 42
Oreste Vendrame	212.504,56	Alvará 07/2015	17/07/15	Lote 46
Bernardi	20.000,00	Alvará 08/2015	17/07/2015	Parte do lote rural 44
Santo Antônio	20.000,00	Alvará 09/2015	10/11/2015	Parte do lote rural 44
Parque das Flores	134.800,00	Alvará 10/2015	24/11/15	Parte do lote 93
Jardim Rafaela	23.986,32	Alvará 01/2016	12/01/2016	Chácara 126
Cidade Ville	19.658,00	Alvará 02/2016	23/05/16	Chácara 208

Quadro 9 - Loteamentos com as respectivas datas de aprovação

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento 2016

ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu,(nome do entrevistado), nacionalidade, maior de idade e pleno gozo de todos os meus direitos, RG, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado **Desenvolvimento endógeno e arranjos de governança local: o caso de Medianeira, no Paraná**, cujo objetivo é avaliar os fatores sociais, políticos e econômicos que contribuíram para o desenvolvimento endógeno a partir da relação entre atores públicos, privados e do terceiro setor ao longo da história de Medianeira (PR).

A minha participação no referido estudo será na condição de entrevistado **para obtenção de informações gerais, históricas e atuais, sobre a realidade social, política e econômica do município de Medianeira, Paraná**.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são o aluno **Matheus José Mezzomo** e o professor **Mario Procopiuck** e com eles poderei manter contato pelo telefone (41)3271-2623, pelos e-mail mario.p@pucpr.br e matheusjmezzomo@gmail.com.

Tenho ciência de que tenho garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois sobre que diz respeito à minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Estou ciente e consinto que este Termo de Consentimento, depois de assinado, será guardado por 90 dias após a publicação da dissertação no Portal da PUCPR, e que, esgotado este prazo, será destruído.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para o CEP PUCPR (41) 3271-2292 ou mandar um e-mail para nep@pucpr.br.

Medianeira, Paraná, de de 2017.

Assinatura do entrevistado
Nome do entrevistado:

Matheus José Mezzomo
Aluno de Mestrado
Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana

Mario Procopiuck
Professor
Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana